

TERMO DE ABERTURA DE PROJETO (TAP)

Processo nº 53500.014780/2020-52

1. PROJETO

Nome do Projeto:	Elaboração da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022.
-------------------------	---

2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO DA ANATEL

Patrocinador:	Superintendente de Planejamento e Regulamentação
Gerente do Projeto:	Felipe Roberto de Lima
Área Responsável pelo Projeto:	Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR)
Unidade Demandante:	Conselho Diretor

3. OBJETIVO

3.1. Elaborar proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A construção da Agenda Regulatória visa organizar os trabalhos normativos da Agência para que os recursos possam ser priorizados nas ações de maior urgência e/ou alinhamento estratégico aos objetivos da Agência.

5. ESCOPO DO PROJETO

5.1. O presente projeto visa elaborar e propor ao Conselho Diretor proposta de Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, nos termos das competências estabelecidas regimentalmente para a Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR, em especial o inciso VIII do art. 155, bem como na Portaria nº 927/2015, que dispõe sobre o processo de regulamentação no âmbito da Anatel.

6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

6.1. Sob a perspectiva de resultados, as iniciativas constantes da Agenda Regulatória devem se relacionar ao menos com um dos quatro objetivos de resultado objetivo constantes do planejamento estratégico da Agência.

6.2. Sob a perspectiva de processos, a Agenda Regulatória deve se alinhar aos demais planejamentos de ordem tática da Agência.

7. RESTRIÇÕES

7.1. O prazo para o envio da proposta ao Conselho Diretor é 30 de novembro de 2020, para que aquele colegiado a aprove até 31 de março de 2021, conforme art. 9º da Portaria nº 927/2015.

7.2. Ocorre que, apesar de a Portaria acima não prever como obrigatória a realização de Consulta Pública sobre a proposta de Agenda Regulatória, a Agência tem adotado tal prática desde a primeira Agenda Regulatória, de 2015, considerando seu impacto para todo o setor de telecomunicações. Assim, para conciliar os prazos e viabilizar a aprovação até 31 de março do primeiro ano do biênio, faz-se necessário que a SPR encaminhe a proposta de Agenda Regulatória bem antes de 30 de novembro de 2020.

8. PREMISSAS

8.1. A Agenda Regulatória 2021-2022 deverá ser composta por: (i) ações da Agenda Regulatória 2019-2020 não finalizadas até dezembro de 2020; e (ii) novas ações informadas pelas Superintendências da Agência, que serão consideradas e priorizadas conforme sua aderência aos quatro objetivos de resultado do planejamento estratégico da Anatel.

8.2. Para o estabelecimento dos prazos e metas, será considerado escalonamento do trabalho frente à força de trabalho disponível, além o prazo médio de cada uma das fases do projeto regulamentar, conforme acompanhamento feito pela SPR.

8.3. Além disso, considerando a necessidade de discussão consolidada das temáticas normativas, conforme o que já vem sendo conduzido pela Anatel desde 2013 e recentemente ratificado pelo Decreto nº 10.139/2019, estabeleceu-se como objetivo que a Agenda Regulatória 2021-2022 deverá, idealmente, conter menos projetos normativos que a Agenda do biênio anterior (51 projetos atualmente na Agenda Regulatória 2019-2020).

8.4. Por fim, os projetos a constar na Agenda Regulatória 2019-2020 será organizados por temática e prioridade, conforme já feito na Agenda Regulatória 2019-2020.

9. PRINCIPAIS ENTREGAS DO PROJETO

Principais Entregas	Data
Instauração do processo e envio de Memorando às Superintendências solicitando subsídios	31 de março de 2020
Envio de subsídios pelas Superintendências	30 de abril de 2020

Consolidação da proposta de Consulta Pública e envio ao Conselho Diretor	31 de maio de 2020
Análise das contribuições e envio da proposta final de Agenda Regulatória 2021-2022 ao Conselho Diretor	20 dias após o término da Consulta Pública

- 9.1. Os prazos acima consideram tão somente as atividades sob responsabilidade desta SPR.
- 9.2. Conforme tem ocorrido desde 2015 na construção da Agenda Regulatória, o processo não necessita de Parecer da Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel.

10. NÃO ESCOPO DO PROJETO

- 10.1. Não faz parte do escopo do presente projeto a discussão do mérito das iniciativas em si, mas tão somente seu planejamento para o biênio 2021-2022.

11. RECURSOS PREVISTOS

- 11.1. Sem prejuízo de outros que venham a ser mapeados quando das discussões relativas ao projeto, far-se-á uso dos dados de prazos processuais coletados do Sistema Eletrônico de Informações e consolidados pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação nos relatórios periódicos de acompanhamento da Agenda Regulatória.

12. PARTES INTERESSADAS

- 12.1. São partes interessadas todas as áreas da Agência, além das prestadoras de serviços e demais agentes do setor (em especial consumidores, provedores de aplicações e conteúdos e outros órgão governamentais afetados pela regulamentação da Anatel).

13. RISCOS PREVIAMENTE IDENTIFICADOS

- 13.1. Identifica-se como principal evento de risco para o cumprimento dos prazos do projeto, o volume de informações e sugestões recebidas para análise, tanto das Superintendências internas quanto por meio da Consulta Pública.

14. CONSIDERAÇÕES

- 14.1. Não há considerações adicionais.

15. APROVAÇÃO

- 15.1. O presente Termo de Abertura de Projeto (TAP) segue assinado pelo seu Patrocinador, autoridade responsável pela aprovação do Projeto.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 01/04/2020, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação**, em 01/04/2020, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5403716** e o código CRC **0BDBD29A**.

Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR

Ao:

Superintendência Executiva (SUE)
Superintendência de Administração e Finanças
Superintendência de Gestão Interna da Informação
Superintendência de Controle de Obrigações
Superintendência de Relações com Consumidores
Superintendência de Competição
Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação
Superintendência de Fiscalização

Assunto: Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

1. O inciso VIII do art. 155 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, estabelece que compete à Superintendência de Planejamento e Regulamentação "submeter à aprovação proposta de Agenda Regulatória da Anatel".

2. A Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, aprova o processo de regulamentação no âmbito da Agência. Sobre a Agenda Regulatória, assim dispõe a referida Portaria:

Art. 3º (...)

II - Agenda Regulatória: instrumento de planejamento que agrega as ações regulatórias consideradas prioritárias pelo Conselho Diretor e que serão objeto de estudo ou tratamento da Agência em determinado período de tempo;

SEÇÃO III DA AGENDA REGULATÓRIA

Art. 9º Caberá à SPR nos termos do art. 155 do Regimento Interno, submeter à aprovação do Conselho Diretor proposta de Agenda Regulatória da Anatel até 30 de novembro do ano anterior ao de início de sua vigência.

§ 1º A Agenda Regulatória reunirá as ações regulatórias prioritárias da Agência para um período de 2 (dois) anos e estabelecerá as prioridades e prazos para cada projeto de regulamentação previsto.

§ 2º A elaboração da Agenda Regulatória observará, no que couber, os princípios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 3º A Agenda Regulatória deverá ser aprovada até 31 de março do primeiro ano de vigência.

Art. 10. Cabe à SPR manter a Agenda Regulatória atualizada e disponível no sítio da Agência para consulta durante toda sua vigência. (grifos nossos)

3. Como se vê, a proposta de Agenda Regulatória, bienal, deve ser encaminhada ao Conselho Diretor até 30 de novembro do ano anterior ao início do biênio, que deve aprová-la até 31 de março do primeiro ano do biênio de sua vigência.

4. Ocorre que, apesar de a Portaria acima não prever como obrigatória a realização de Consulta Pública sobre a proposta de Agenda Regulatória, a Agência tem adotado tal prática desde a primeira Agenda Regulatória, de 2015, considerando seu impacto para todo o setor de telecomunicações. Assim, para conciliar os prazos e viabilizar a aprovação até 31 de março do primeiro ano do biênio, faz-se necessário que a SPR encaminhe a proposta de Agenda Regulatória bem antes de 30 de novembro de 2020.

5. Ainda, relembramos que, apesar de a supracitada Portaria não ser explícita quanto aos

projetos regulamentares fora da Agenda, o Conselho Diretor decidiu e tem mantido o entendimento de que todas as iniciativas normativas da Agência devem necessariamente constar planejadas na Agenda Regulatória.

6. A Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020 foi aprovada por meio da Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, e recentemente atualizada pela Portaria nº 278, de 6 de março de 2020. Neste planejamento constam 51 (cinquenta e uma) iniciativas normativas, das quais 17 (dezessete) já foram concluídas. Ou seja, atualmente há na Agência 34 (trinta e quatro) iniciativas normativas em curso, sobre as mais diversas temáticas. O detalhamento de cada uma destas ações pode ser consultado em <https://www.anatel.gov.br/setorregulado/agenda-regulatoria>. Estas ações, caso não sejam concluídas até o final de 2020, constarão da Agenda Regulatória 2021-2022, o que significa dizer que as ações normativas já em curso certamente demandarão um grande esforço da área técnica durante o próximo biênio.

7. Importante ainda destacar a existência do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a "revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto". Em linhas gerais, tal Decreto traz orientações para toda a administração pública no sentido de melhorar a transparência de sua regulamentação e torná-la mais racional, com a consolidação de cada temática em instrumento normativo único. A análise quanto ao cumprimento, pela Anatel, do referido Decreto, está sendo realizada por esta SPR nos autos do processo nº 53500.009500/2020-94.

8. Dito isso, solicita-se o apoio dessa Superintendência no sentido de nos subsidiar, **até 30 de abril de 2020, com novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022**. Para tanto, para cada nova iniciativa regulamentar sugerida requeremos ao menos as seguintes informações:

- Nome da iniciativa
- Descrição e escopo da iniciativa, com foco nos problemas observados que devem ser solucionados
- Priorização (ordinário, prioritário ou urgente) - *conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010*
- Tema e subtema - *conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010*
- Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.
- Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência: (i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor; (iii) promover a satisfação dos consumidores; e (iv) promover a disseminação de dados e informações setoriais

9. As informações recebidas serão analisadas e compiladas por esta Superintendência de Planejamento de Regulamentação, que poderá, em comum acordo com a área que sugeriu a nova iniciativa, promover ajustes de escopo e prazo, principalmente visando a distribuição das iniciativas ao longo do tempo.

10. Por fim, informo que as dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o Gerente de Regulamentação, Felipe Roberto de Lima, por e-mail ou por meio da ferramenta Microsoft Teams.

11. Sendo o que tínhamos a informar, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 31/03/2020, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5400929** e o código CRC **052969F9**.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5400929

Data de Envio:

31/03/2020 20:46:20

De:

ANATEL/CC - SCP <scp@anatel.gov.br>

Para (com cópia oculta):

fabiocasotti@anatel.gov.br
dcarvalho@anatel.gov.br
priscila@anatel.gov.br
guido@anatel.gov.br
PaulaV@anatel.gov.br
karine@anatel.gov.br
andreperez@anatel.gov.br
anabeatriz@anatel.gov.br

Assunto:

Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022

Mensagem:

Para ciência e estudo de proposta na qual conste:

Nome da iniciativa

Descrição e escopo da iniciativa, com foco nos problemas observados que devem ser solucionados

Priorização (ordinário, prioritário ou urgente) - conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010

Tema e subtema - conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010

Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.

Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência: (i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor; (iii) promover a satisfação dos consumidores; e (iv) promover a disseminação de dados e informações setoriais

At.te.

Anexos:

Memorando_Circular_5400929.pdf

Data de Envio:

01/04/2020 08:13:51

De:

ANATEL/Agostinho Linhares de Souza Filho <linhares@anatel.gov.br>

Para (com cópia oculta):

Agostinho Linhares de Souza Filho <linhares@anatel.gov.br>

Alex Pires de Azevedo <AlexP@anatel.gov.br>

aparecida@anatel.gov.br

Tarcisio Aurelio Bakaus <bakaust@anatel.gov.br>

Marcos Estevo de Oliveira Correa <estevo@anatel.gov.br>

Luciana Rabelo Novato Ferreira <lucianarn@anatel.gov.br>

perc@anatel.gov.br

fneves@anatel.gov.br

alexandre.barros@anatel.gov.br

Assunto:

Agenda Regulatória para o biênio 2021 - 2022.

Mensagem:

Para ciência e estudo de proposta.

Anexos:

Memorando_Circular_5400929.pdf

Data de Envio:

01/04/2020 12:45:32

De:

ANATEL/CC - SFI <sfi@anatel.gov.br>

Para:

Igor de Moura Leite Moreira <IgorMoura@anatel.gov.br>
Fernando de Mattos Maciel <fdmaciel@anatel.gov.br>
Maria Augusta Bretas Lima <MariaAugusta@anatel.gov.br>
Andreza de Oliveira Lima <andreza.oliveira@anatel.gov.br>
rodrigomatos@anatel.gov.br
aataide@anatel.gov.br
Stevan Grubisic <Stevan@anatel.gov.br>
Andre Saraiva de Paula <andresaraiva@anatel.gov.br>
Katia Dutra Cardoso <katiadutra@anatel.gov.br>

Assunto:

Agenda Regulatória Biênio 2021-2022

Mensagem:

Para ciência e estudo de possíveis propostas.

Anexos:

Memorando_Circular_5400929.pdf

Data de Envio:

01/04/2020 14:34:48

De:

ANATEL/CC - SGI <sgi@anatel.gov.br>

Para:

André Gustavo Farias Gonçalves <AndreGustavo@anatel.gov.br>

Adriano César Dias <adrianodias@anatel.gov.br>

Nei Jobson da Costa Carneiro <nejjobson@anatel.gov.br>

Leonardo Della Justina do Nascimento <leonardod@anatel.gov.br>

Eduardo Takafashi de Alcantara <takafashi@anatel.gov.br>

Vanessa Macedo dos Anjos <vanessa.anjos@anatel.gov.br>

Assunto:

Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

Mensagem:

Para ciência do Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929).

Caso entenda pertinente a sugestão de novas iniciativas regulamentares, favor comunicar à assessoria da SGI, até 03/04/2020, para consolidação e envio à SPR.

Anexos:

Memorando_Circular_5400929.pdf

Memorando nº 14/2020/SGI

Ao Superintendente de Planejamento e Regulamentação (SPR)

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929), informa-se que a Superintendência de Gestão Interna (SGI) da Informação não possui sugestão de nova iniciativa regulamentar que deva ser planejada pela Anatel por meio da Agenda Regulatória 2021-2022.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Garcia de Souza, Superintendente de Gestão Interna da Informação**, em 06/04/2020, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5419771** e o código CRC **A47BB94A**.

Memorando nº 39/2020/SFI

Ao Superintendente de Planejamento e Regulamentação (SPR)

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929), informo que esta Superintendência de Fiscalização (SFI) não possui sugestão de nova iniciativa regulamentar que deva ser planejada pela Anatel por meio da Agenda Regulatória 2021-2022.

No entanto, conforme informado no Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929), a reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória faz parte da Agenda regulatória 2019-2020 e, caso não seja concluída até o final de 2020, deverá constar da Agenda Regulatória 2021-2022. Trata-se de um assunto de vital importância para a SFI, de forma que, reforçamos a importância do projeto.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Igor de Moura Leite Moreira, Superintendente de Fiscalização**, em 07/04/2020, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5425436** e o código CRC **5360177D**.

Memorando nº 64/2020/SAF

Ao Superintendente de Planejamento e Regulamentação (SPR)

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929), informo que a Superintendência de Administração e Finanças (SAF) não possui sugestão de novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Moreira Firmino, Superintendente de Administração e Finanças**, em 23/04/2020, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5473321** e o código CRC **F8A940B0**.

Memorando nº 26/2020/SRC

Ao SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929), informo que a Superintendência de Relações com Consumidores (SRC) não possui sugestão de nova iniciativa regulamentar a ser estudada pela Anatel em sua Agenda Regulatória no biênio 2021-2022.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Vieira Leonel, Superintendente de Relações com Consumidores**, em 23/04/2020, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5475994** e o código CRC **070E783A**.

Memorando nº 46/2020/SUE

Ao Superintendente de Planejamento e Regulamentação (SPR)

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI400929), informo que o gabinete da Superintendente Executiva e a Gerência de Planejamento Estratégico não possuem sugestão de novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Karla Crosara Ikuma Rezende, Superintendente Executivo**, em 27/04/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5486169** e o código CRC **42FF98CA**.

Memorando nº 40/2020/SOR

Ao Superintendência de Planejamento e Regulamentação

 Assunto: **Proposta de iniciativas da SOR para a Agenda Regulatória de 2021-2022.**

1. Em atenção ao Memorando Circular nº 4/2020/PRRE/SPR, de 31 de março de 2020, no qual solicita subsídios a respeito de "novas iniciativas regulamentares que devem ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022", encaminhamos as Informações na tabela que segue.

Nome da iniciativa	Descrição e escopo da iniciativa (problemas)	Priorização (ordinário, prioritário ou urgente)	Tema e subtema	Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.	Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência: (i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor; (iii) promover a satisfação dos consumidores; e (iv) promover a disseminação de dados e informações setoriais
Revisão da regulamentação sobre o Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais	A atual regulamentação é bastante antiga e defasada (Norma Técnica NTC N° 22, aprovada pela Resolução n° 24, de 22 de setembro de 1966), devendo ser atualizada de acordo com o ambiente regulatório que vivenciamos. Aspectos relacionados com o uso de satélites sem direito de exploração no Brasil, a semelhança de dispositivo existente no Regulamento de Uso Temporário do Espectro, devem ser considerado	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações	(i) 1° Semestre/2021; (ii) 1° Semestre/2021 e (iii) 1° Semestre/2022	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão do Regulamento do Serviço Radioamador	Revisar o Regulamento do Serviço Radioamador para contemplar as mudanças sociais e tecnológicas que ocorram desde a sua publicação, em 2006, que reduziram o interesse do público mais jovem pelo serviço. É recomendável desburocratizar a inclusão de novos usuários, com foco nos estudantes de cursos de telecomunicações e eletrônica, de nível técnico e superior.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações.	(i) 1° Semestre/2021; (ii) 1° Semestre/2021 e (iii) 2° Semestre/2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (iii) promover a satisfação dos consumidores;
Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR)	Revisar a Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações., aprovada pela Resolução n° 308, de 11 de setembro de 2002. As atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico impõe a revisão das regras previstas.	Prioritária.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações/ Gestão do Espectro	(i) 1° Semestre/2021; (ii) 1° Semestre/2021 e (iii) 2° Semestre/2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisar o Plano Geral de Autorizações, aprovado pela Resolução n° 321, de 2002.	Revisão o Plano Geral de Autorizações, aprovado pela Resolução n° 321, de 2002, tendo em vista a necessidade de atualização ao novo marco legal das telecomunicações, em especial artigos 4°, 7°, 12 e seguintes.	Prioritária	Tema Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços	(i) 1° semestre de 2021 (ii) 2° semestre de 2021 (iii) 1° semestre de 2022	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Elaboração de Regulamento para o Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geostacionário - SMGS	Revisar e atualizar disposições do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS), atualmente estabelecidas por meio de Norma do MCTIC.	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços/Gestão do Espectro	(i) 2° semestre de 2021; (ii) 1° semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Regulamentação da faixa de 37-48,2 GHz	Atender necessidade de estabelecer regras para uso da faixa de radiofrequências de 37 - 43,5 GHz, 45,5 - 47 GHz e 47,2 - 48,2 GHz, ou partes destas faixas. Dependendo da evolução, deixará de ser um novo regulamento e será incorporado ao regulamento de condições de uso de interesse coletivo.	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(i) 1° semestre de 2021; (ii) 1° semestre de 2022; (iii) 2° semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Elaboração de Regulamento para o Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite - SERDS	Revisar e atualizar as disposições do Serviço Especial de Radiodifusão por Satélite (SERDS), atualmente estabelecidas por meio de Norma do MCTIC	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços/Gestão de Espectro	(i) 1° semestre de 2021; (ii) 2° semestre de 2021; (iii) 1° semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações.	Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações	(i) 2° Semestre/2022;	i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
PDFF 2022	Atualizar o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(i) 2° semestre de 2021; (ii) 1° semestre de 2022; (iii) 2° semestre 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução n° 220/2000 e Resolução n° 267/2001)	Item 38 da Agenda Regulatória de 2019/2020. Aprovação final em 1° semestre de 2020. Processo: 53500.012175/2019-11 Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022. Adequar a regulamentação de Direito de Exploração de Satélites ao novo marco legal das telecomunicações.	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços e licenciamento de estações/Satélites	(iii) 1° semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução n° 548/2010)	Item 40 da Agenda 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2°/2020 Processo n° 53500.012177/2019-01 Reavaliar a regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução n° 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro. Poderá ser avaliada a consolidação deste regulamento no âmbito do RUE.	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(ii) 2° semestre de 2021; (iii) 2° semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Item 41 da Agenda 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2°/2020 Processo: 53500.012178/2019-47 Revisar, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, além disso realizar a consolidação normativa, incluindo a adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, condições para tratamento de uso de radiofrequências para mercado secundário, prorrogações de uso de RF, e inclusão de previsão para	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(iii) 1° semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

	definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.				
Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	<p>Item 28 da Agenda de 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: consulta pública 2º/2019</p> <p>Processo: 53500.054797/2018-28</p> <p>Elaborar regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV White Spaces, que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDF 2021).	<p>Item 35 da Agenda 2019-2020</p> <p>Atualização do PDFF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários.</p> <p>Processo: 53500.012171/2019-25</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão do Espectro</p>	(i) 1º Semestre/2020; (ii) 2º Semestre/2020 e (iii) 1º Semestre/2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão das faixas dispostas na regulamentação sobre radiação restrita (Resolução nº 680/2017)	<p>Item 39 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação Final 2º/2020</p> <p>Processo: 53500.001043/2019-56</p> <p>Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022.</p> <p>Revisar com vistas a ajustar a regulamentação em face de atualizações tecnológicas, incluindo a revisão de faixas com restrições de uso.</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) 1º semestre de 2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - numeração de serviços	<p>Item 25 da Agenda Regulatória 2019-2020. Meta: 2 semestre 2020 Aprovação</p> <p>Processo: 53500.059950/2017-22</p> <p>Caso não seja cumprida manter a Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação</p> <p>Subtema: Numeração</p>	(iii) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	<p>Item 33 da Agenda Regulatória 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2º/2020</p> <p>Processo: 53500.012170/2019-81</p> <p>Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(ii) 2º semestre de 2021; (iii) 2º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	<p>Item 36 da Agenda Regulatória de 2019/2020.</p> <p>Processo: 53500.012172/2019-70</p> <p>Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo.</p> <p><u>Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006.</u></p>	Prioritário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) prevista para 2º semestre de 2020; (ii) 1º semestre de 2021; (iii) 1º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT	<p>Item 32 da Agenda Regulatória nº 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação final 1º/2020</p> <p>Processo: 53500.044911/2018-10</p> <p>Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.</p>	Prioritário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku e Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)	<p>Item 37 e 38 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação Final 1º/2020 - Processo: 53500.012175/2019-11 Meta da Agenda 2019/2020: Consulta Pública 2/2020 - Processo: 53500.012173/2019-14</p> <p>Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022.</p> <p>Atualizar as faixas de frequências para as quais se aplica a norma a fim de facilitar a coordenação e a posterior entrada em operação de satélites operando nas faixas de frequências planejadas. Atualizar o regulamento em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições aplicáveis a esses Regulamentos, alteração de determinados artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização.</p>	Urgente	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da Regulamentação da Banda S	<p>Item 26 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação final 2º/2020</p> <p>Processo nº 53500.015486/2016-81</p> <p>Iniciativa iniciada na Agenda Regulatória 2015-2016. AIR concluída em setembro de 2018.</p> <p>Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022.</p> <p>Revisar a regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.</p>	Ordinário	<p>Tema: Recursos à Prestação.</p> <p>Subtema: Gestão de Espectro</p>	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;

2. No que tange ao pleito de inserção do Plano Geral de Autorizações cumpre salientar que o texto atualmente vigente sempre traz dificuldades adicionais nas operações de aquisições e reorganizações societárias. O Conselho Diretor já interpretou o mesmo texto do Regulamento de formas diferentes, ora aprovando operações, ora as condicionando à renúncia de outorgas de radiofrequências. Tal regulamentação foi escrita à época em que a competição no SMP estava se consolidando, não havendo mais justificativa para sua manutenção da forma como está. Em casos de reestruturação societária como o da Nextel, foi submetido novamente a interpretação de que o texto do Regulamento não apresenta óbice às operações societárias pretendidas. A anuência foi concedida sem que o CD tenha enfrentado expressamente a questão. Assim, considera-se necessária a reavaliação do tema, mantendo-se, apenas, os dispositivos que forem imprescindíveis para adequada exploração do serviço.

3. Ainda, esclarecendo melhor a proposta de revisão da Regulamentação referente ao Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite (SERDS), estabelecida por Norma do MCTIC, envolve a avaliação da necessidade de atualizar as condições gerais que regulamentam o serviço e

revisar os requisitos técnicos e condições de uso para as faixas de frequências a ele destinadas, a fim de simplificar e estruturar as disposições contidas nessa Norma, em conformidade com os objetivos estratégicos da Agência.

4. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação**, em 30/04/2020, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5403316** e o código CRC **AA5C8CA2**.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5403316

Data de Envio:

05/05/2020 14:53:31

De:

ANATEL/Felipe Roberto de Lima <feliperl@anatel.gov.br>

Para:

cleo.moura@anatel.gov.br

leandroc@anatel.gov.br

Assunto:

Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022

Mensagem:

Prezados, boa tarde.

Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR, que solicita subsídios, até 30 de abril, para construção da Agenda Regulatória 2021-2022, gostaríamos de confirmar se SCO e SCP terão contribuições?

Gostaríamos das informações o quanto antes for possível, pois vamos encaminhar a proposta de Agenda ao Conselho Diretor, para aprovação de Consulta Pública, ainda em maio.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Felipe Lima

61 99981 6323

Anexos:

Memorando_Circular_5400929.pdf

Memorando nº 48/2020/SCO

Ao Superintendência de Planejamento e Regulamentação

Assunto: **Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.**

1. Em atenção ao Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 400929), informo que a Superintendência de Controle de Obrigações (SCO) não possui sugestão de novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Santana Borges, Superintendente de Controle de Obrigações, Substituto(a)**, em 11/05/2020, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5528725** e o código CRC **993CC40A**.

Memorando nº 42/2020/SCP

Ao Superintendente de Planejamento e Regulamentação (SPR)

Assunto: Proposta de iniciativas da Superintendência de Competição (SCP) para a Agenda Regulatória de 2021-2022.

1. Em resposta ao Memorando Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 400929), no qual se solicitam subsídios a respeito de "novas iniciativas regulamentares que devem ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022", informam-se as seguintes iniciativas desta Superintendência de Competição para o referido biênio:

Nome da iniciativa	Descrição e escopo da iniciativa (problemas)	Priorização (ordinário, prioritário ou urgente)	Tema e subtema	Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.	Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência:
Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes	Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e alterado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá	Prioritário	Tema: GESTÃO ECONÔMICA DA PRESTAÇÃO. Subtema: Promoção da competição e resolução de conflitos.	(i) 1º Semestre/2021; (ii) 2º Semestre/2021; e (iii) 2º Semestre/2022.	(ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor;

	ocorrer a cada 4 (quatro) anos, conforme dispõe o §2º do artigo 13 do PGMC.				
Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada	Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre a revisão da regulamentação de linhas dedicadas de baixa e alta capacidade.	Ordinário	Tema: GESTÃO ECONÔMICA DA PRESTAÇÃO. Subtema: Promoção da competição e resolução de conflitos.	(i) 2º Semestre/2022; (ii) Não se aplica; e (iii) Não se aplica.	(ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor;

2. Com a aprovação da Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, a qual alterou o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, constante no item 14 da Agenda Regulatória 2017-2018 da Anatel, a próxima revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano deverá ocorrer no biênio 2021-2022.

3. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Abraão Balbino e Silva, Superintendente de Competição**, em 11/05/2020, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5518653** e o código CRC **3648664F**.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

TERMO DE CANCELAMENTO DE DOCUMENTO

Processo nº 53500.014780/2020-52

Interessado: CONSELHO DIRETOR DA ANATEL - CD

O GERENTE DE REGULAMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 239, incisos VI, VII e XI, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e com fundamento no art. 20 da [Portaria nº 912, de 4 de julho de 2017](#), determina o cancelamento do documento Informe nº 56/2020/PRRE/SPR (SEI nº5452393) e da Matéria para apreciação do Conselho Diretor nº 575/2020 (SEI nº5520922) no processo em epígrafe, em razão de ajustes e sua substituição por outros documentos.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5601846

PROCESSO N° 53500.014780/2020-52**INTERESSADO: CONSELHO DIRETOR DA ANATEL - CD****1. ASSUNTO**

1.1. Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Plano Estratégico da Anatel 2015-2024, aprovado pela Portaria n° 174, de 11 de fevereiro de 2015;

2.2. Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n° 612, de 29 de abril de 2013;

2.3. Processo de regulamentação no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Portaria n° 927, de 5 de novembro de 2015; e

2.4. Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, aprovada por meio da Portaria n° 542, de 26 de março de 2019 (SEI n° 3964072) e atualizada por meio da Portaria n° 278, de 6 de março de 2020 (SEI n° 5306659), ambas do Conselho Diretor.

3. ANÁLISE**Objetivo**

3.1. Este informe tem o objetivo de apresentar proposta de Agenda Regulatória para o período de 2021 a 2022, elaborada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), em conformidade com o Plano Estratégico da Anatel 2015-2024 e com o processo de regulamentação no âmbito da Anatel.

Agenda Regulatória

3.2. A Agenda Regulatória é um instrumento de gestão que confere maior publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência para o processo regulatório de uma Agência, possibilitando o acompanhamento pela sociedade e entes regulados dos compromissos pré-estabelecidos pelo órgão regulador.

3.3. A Agenda Regulatória contém todas as normatizações conduzidas pela Anatel no período de referência. Sua elaboração permite um melhor direcionamento dos trabalhos internos com vistas a resultados externos, facilitando o planejamento, a coordenação e o controle das diversas ações necessárias à efetivação de cada um de seus itens e à obtenção dos resultados, além de prover a máxima transparência às atividades regulatórias.

3.4. Além disso, todas as ações dispostas na Agenda Regulatória estão integralmente alinhadas ao Plano Estratégico da Anatel, aprovado pela Portaria n° 174, de 11 de fevereiro de 2015, em especial aos objetivos estratégicos de resultado ali previstos. Para o caso da Agenda Regulatória 2021-2022 aqui proposta, esta correlação será mostrada mais adiante neste Informe.

3.5. Para o biênio 2017-2018, a Agenda Regulatória foi aprovada por meio da Portaria n° 491, de 10 de abril de 2017, do Conselho Diretor. Posteriormente a Agenda foi ajustada por meio da Portaria n° 1, de 2 de janeiro de 2018, também do Conselho Diretor. Estes instrumentos contêm todas as iniciativas regulamentares a serem desenvolvidas pela Agência. Em outras palavras, nenhum outro processo normativo pode ser conduzido a não ser que seja incluído na Agenda Regulatória, prática esta que visa exatamente garantir transparência e previsibilidade sobre as ações normativas em discussão na Agência e que está perfeitamente alinhada às boas práticas regulatórias, estando em linha também ao praticado por outras Agências Reguladoras como, por exemplo, ANVISA, ANEEL e ANTT.

3.6. Tal diretriz foi emanada pelo Conselho Diretor nos autos do processo SEI n° 53500.210989/2015-88 (Acórdão n° 241/2016-CD, de 29 de junho de 2016, por meio do qual o colegiado da Agência acompanhou a Análise n° 54/2016-GCIF) e visa exatamente conferir o necessário caráter de estabilidade à Agenda Regulatória e à produção normativa da Agência. Pelo mesmo motivo decidiu-se por uma vigência bienal para cada Agenda Regulatória.

Análise n° 54/2016-GCIF

4.12. Da análise dos dispositivos acima transcritos, fica evidente que a Agenda Regulatória deve reunir todas as ações regulatórias prioritárias da Agência para o biênio em questão, devendo ser submetida à aprovação do Conselho Diretor, na forma e nos prazos acima mencionados. No momento da sua elaboração, deve ser realizada análise criteriosa tanto pelas áreas proponentes quanto por este Colegiado, com o objetivo de incluir exaustivamente toda ação regulatória ou projeto de regulamentação relevante e importante para o setor nos dois anos seguintes. Deve-se conferir um caráter de estabilidade à Agenda Regulatória, de modo a se garantir publicidade e previsibilidade à sociedade e aos regulados do direcionamento da Agência no período.

4.13. Todavia, projetos de regulamentação relevantes surgidos após a aprovação da Agenda Regulatória e que, obviamente, não foram nela incluídos no momento de sua elaboração e aprovação, poderão ser submetidos à aprovação do Conselho Diretor, nos termos do art. 8° da Portaria. Nestes casos, conforme estabelecido no §5° do mesmo artigo, uma vez aprovado o projeto o Conselho Diretor deverá indicar "a prioridade de seu tratamento, diretrizes e eventual impacto sobre o cronograma da Agenda". O procedimento previsto no art. 8° indica o caráter excepcional de sua incidência, tendo em vista que uma vez aprovado o projeto, a Agenda Regulatória deverá ser revista com a redefinição de priorização e cronograma de execução, devendo, ainda ser atualizada na forma do art. 10.

4.14. Portanto, o procedimento ordinário indica que todas as ações regulatórias e projetos de regulamentação devem, necessariamente, constar da Agenda Regulatória. Excepcionalmente, de forma extraordinária, a Agenda Regulatória poderá ser atualizada para inclusão de projetos eventualmente aprovados pelo Conselho Diretor com as adequações decorrentes em termos de prioridade e cronograma. Essa atualização excepcional não necessitará cumprir todo o procedimento para aprovação inicial da Agenda Regulatória, bastando a sua atualização e

disponibilização no sítio da Agência.

4.15. A meu ver, tal procedimento confere o necessário caráter de estabilidade à Agenda Regulatória, diante da necessidade de aprovação pelo Conselho Diretor, conforme rito estabelecido normativamente. Por outro lado, ao possibilitar a inclusão de projetos ad hoc, garante-se a uniformidade, a previsibilidade e a identificação exaustiva de todos os projetos de regulamentação em desenvolvimento na Agência. (grifos nossos)

3.7. De acordo com o Regimento Interno da Anatel, a competência para aprovação da Agenda Regulatória é do Conselho Diretor, sendo que cabe à SPR elaborar a proposta e encaminhar ao colegiado da Agência para aprovação:

Art. 133. São competências do Conselho Diretor, sem prejuízo de outras previstas na Lei nº 9.472/1997, no Regulamento da Agência e na legislação aplicável: (...)

IXIII - aprovar a Agenda Regulatória da Anatel;
(...)

Art. 155. A Superintendência de Planejamento e Regulamentação tem como competência: (...)

VIII - submeter à aprovação proposta de Agenda Regulatória da Anatel.

3.8. Sobre os prazos de vigência e também para aprovação da Agenda, a Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, disciplina o processo de regulamentação no âmbito da Anatel e assim dispõe sobre a Agenda Regulatória:

SEÇÃO III DA AGENDA REGULATÓRIA

Art. 9º Caberá à SPR, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, submeter à aprovação do Conselho Diretor proposta de Agenda Regulatória da Anatel até 30 de novembro do ano anterior ao de início de sua vigência.

§ 1º A Agenda Regulatória reunirá as ações regulatórias prioritárias da Agência para um período de 2 (dois) anos e estabelecerá as prioridades e prazos para cada projeto de regulamentação previsto.

§ 2º A elaboração da Agenda Regulatória observará, no que couber, os princípios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 3º A Agenda Regulatória deverá ser aprovada até 31 de março do primeiro ano de vigência.

Art. 10. Cabe à SPR manter a Agenda Regulatória atualizada e disponível no sítio da Agência para consulta durante toda sua vigência.

3.9. Como se vê, os prazos de 30 de novembro e 31 de março são limites máximos, sendo desejável que sejam antecipados no que for possível para possibilitar mais tempo para o debate no Conselho Diretor e também pela sociedade durante a Consulta Pública. Por este motivo, esta SPR optou por enviar a presente proposta de Agenda ao Conselho Diretor com antecedência de mais de quatro meses em relação à data limite prevista.

3.10. Ressalta-se que a Agenda Regulatória é instrumento de planejamento normativo que, conforme visto acima, deve estar alinhado ao restante do planejamento da Agência. Para o biênio 2021-2022, o planejamento tático da Agência já se encontra em elaboração. Entretanto, diferentemente da Agenda Regulatória, o Plano Tático não é objeto de Consulta Pública. Assim, a proposição da Agenda Regulatória 2021-2022 segue ao Conselho Diretor antes da conclusão do restante do planejamento tático justamente pela peculiaridade de consulta à sociedade no presente caso. Isto não afasta o alinhamento entre os dois instrumentos, uma vez que, como visto, a Agenda Regulatória já se encontra aderente aos objetivos estratégicos de resultado da Agência. Ainda, após a Consulta Pública da Agenda Regulatória e com o planejamento tático 2021-2022 já melhor delineado, outros ajustes poderão ainda ser feitos.

Das iniciativas regulamentares constantes na proposta de Agenda

3.11. Por se tratar de instrumento de gestão, a Agenda Regulatória deve estar alinhada ao planejamento estratégico da Anatel, guardando as iniciativas regulamentares correlação com os objetivos estratégicos de resultado aprovados por meio da Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015, do Conselho Diretor.

3.12. A implementação do planejamento estratégico se dá por meio de seu desdobramento em um planejamento tático e, em último nível, operacional.

3.13. De fato, no que tange ao processo de regulamentação, a camada tática do planejamento estratégico é definida pela Agenda Regulatória. Ato contínuo, os projetos constantes da Agenda Regulatória se desdobram em atividades no plano operacional da SPR.

3.14. Este encadeamento dos planos visa garantir o cumprimento das metas constantes na Agenda Regulatória e, em última instância, dos objetivos constantes no planejamento estratégico da Agência.

3.15. Neste sentido, as iniciativas constantes da presente proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 têm essencialmente duas origens:

- A continuação das iniciativas constantes da Agenda 2019-2020 ainda não finalizadas, iniciativas estas que estavam atreladas ao planejamento tático da Agência para os anos de 2019 e 2020;
- Novas iniciativas regulamentares mapeadas pelas áreas internas da Anatel conforme consta nos autos do presente processo.

3.16. Cabe destacar ainda que, ao longo da vigência da atual Agenda, esta SPR recebeu algumas demandas externas solicitando a regulamentação de diversos aspectos. Estas demandas foram analisadas por esta Superintendência no sentido de verificar se deveriam ou não ser incluídas na proposta de Agenda Regulatória 2021-2022, conforme segue:

- Processo SEI nº 53508.001076/2020-60 - Solicitação do Departamento de Controle Aéreo do Ministério da Defesa à respeito da regulamentação para a instalação de Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações - BSRs.
 - **Análise da SPR** Considerando que coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
- Processo SEI nº 53566.000744/2019-11 - Solicitação da Associação de Radioamadores do Piauí - ARPI para atualização da regulamentação do serviço de

radioamador.

- **Análise da SPF:** Coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, e já se encontra no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações.
- Processo SEI nº01250.055782/2019-53 - Solicitação do Grupo Escoteiro do Mar Guaravita para atualização da regulamentação do serviço de radioamador.
 - **Análise da SPF:** Coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, e já se encontra no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações.
- Processo SEI nº53500.054766/2018-77 - Solicitação da Radioestrada Comunicações Ltda de estudo para alteração da regulamentação existente permitindo que o canal 200, que hoje está destinado ao Serviço de Radiodifusão, em caráter primário, e ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em caráter secundário, também seja destinado ao Serviço Limitado Privado — SLP em caráter secundário.
 - **Análise da SPR:** Os aspectos referentes à destinação de radiofrequências para Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares foram recentemente revistos por meio da Resolução nº 721, de 11 de fevereiro de 2020. Além disso, consta das sugestões da SOR, conforme se verá adiante, a revisão do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências - PDFF 2022, onde se discutirá de maneira ampla a atribuição e destinação de radiofrequências aos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo e restrito. Sendo assim, não se julga necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- Processo SEI nº53524.000149/2019-64 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a SPR avalie, em autos apartados, a conveniência e oportunidade de se alterar a regulamentação, a fim de se dispensar a apresentação de certidão de regularidade junto à Fazenda Federal quando o interessado na obtenção da Autorização para Exploração de Serviço for pessoa jurídica de direito público interno e prestador de serviço de interesse público (Despacho Ordinatório SEI nº 5166043).
 - **Análise da SPR** No processo em questão a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) determinou a expedição, de forma cautelar, de licenças de funcionamento de estações associadas ao Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA) em favor do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de 12 (doze) meses, sem o preenchimento do requisito de regularidade junto à Fazenda Federal. Tal exigência, à época, constava do artigo 9º do Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, aprovado por meio da Resolução nº 651, de 13 de abril de 2015. Ocorre que o referido artigo foi revogado por meio da 720, de 10 de fevereiro de 2020, que aprovou o Regulamento Geral de Outorgas e ainda entrará em vigor. Neste sentido, entende-se que a questão já se encontra devidamente resolvida, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- Processo SEI nº53500.014739/2018-61 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a SPR avalie a necessidade de reavaliação da Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, no âmbito das iniciativas regulatórias que deverão ser promovidas com a edição do novo marco legal de telecomunicações, advindo da Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019 (Despacho Ordinatório SEI nº 4872575).
 - **Análise da SPR** O processo em questão trata de infração ao disposto no artigo 34 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - RSCM, aprovado pela Resolução nº 614/2013 e artigo 54 do Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite para Transporte de Sinais de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 220/2000. O Despacho Ordinatório supracitado foi exarado a partir de análise do recurso administrativo interposto contra o Decisório nº 375/2019/SEI/COGE/SCO (SEI nº4153811), que aplicou sanção de advertência pelas infrações citadas. O Conselheiro relator, em sua análise, afastou a alegação da recorrente de que a "Resolução nº 101/99 não se amolda em diversas situações cotidianas das prestadoras de satélite no Brasil nem se mostra adequada ou proporcional à apuração de eventuais operações por elas realizadas em níveis superiores de sua cadeia de controle, especialmente quando ocorridas no exterior, razão pela qual deve ela ser interpretada de acordo com as peculiaridades de cada caso". Lembrou, ainda, que a referida Resolução havia sido objeto de recente reanálise no processo nº 53500.059274/2017-97, item 37 da Agenda Regulatória 2017-2018, quando se concluiu pelo arquivamento do processo, tendo em vista o cenário de profundas transformações no marco regulatório que se avizinhavam. Neste sentido, optou-se por incluir determinação para avaliar a necessidade de reavaliação de tal regulamentação com a edição da Lei nº 13.879, em 2019. Ocorre que todos os dispositivos da referida Lei que carecem de regulamentação pela Agência já se encontram endereçadas em diversos itens da Agenda Regulatória 2019-2020 e que continuarão no biênio 2021-2022. Nestes projetos de regulamentação específicos, caso surja necessidade de alteração da

regulamentação aprovada pela Resolução nº 101/1999, a partir de algum problema mapeados, a solução será ali proposta. Sendo assim, não se julga necessária a inclusão de item específico sobre isso.

- Processo SEI nº 53500.016190/2019-21 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a SPR instaure processo com o intuito de reavaliar o Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações - C-INI (Despacho Ordinatório SEI nº 5395911).
 - **Análise da SPR** O processo em questão debate a reorganização dos Colegiados da Anatel, prevista no item nº 50 da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020. O C-INI inclui-se nos colegiados que estão sendo recriados pela proposta, objeto de Consulta Pública entre os dias 31 de março e 15 de maio de 2020. Em sua Análise, o Conselheiro Relator compartilhou o entendimento desta SPR quanto à importância daquele colegiado e, por isso, julgou importante não só sua recriação, mas também a reavaliação de seu Regimento Interno. Neste sentido, com vistas a operacionalizar o quanto antes tal colegiado, esta SPR entende estrategicamente interessante reavaliar o Regimento do C-INI no âmbito do item 50 em questão, juntamente com a análise das contribuições recebidas durante a citada Consulta Pública. Em outra estratégia, tratá-lo em processo apartado poderia retardar sua operacionalização, o que não é interessante dada a relevância do colegiado. Sendo assim, não se julga necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- Processo SEI nº 53500.054416/2017-20 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a área técnica, objetivando simplificar as normas a que o setor está submetido, avalie a futura elaboração de um único instrumento normativo para regulamentar todos os preços cobrados pela Agência, submetendo-os, na medida do possível e de acordo com as finalidades a que se destinam, às mesmas normas, de modo a evitar a multiplicidade de regramentos sobre a matéria (Despacho Ordinatório SEI nº 3011033).
 - **Análise da SPR** O processo em questão tratou da edição do Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite, que se deu por meio da Resolução nº 702, de 1 de novembro de 2018. À época o relatório de AIR do referido processo analisou a questão da consolidação de algumas normas, optando por manter os instrumentos normativos separados. Cumpre salientar, primeiramente, que a manutenção em instrumentos normativos separados não significa multiplicidade de regramentos ou inconsistência regulatória. De fato, os regulamentos afetos que foram recentemente atualizados guardam a devida coerência e consistência entre si, fruto do esforço que a Agência vem desempenhando neste sentido desde 2013, quando se reestruturou com a aprovação do atual Regimento Interno. Ademais, recentemente, fruto da análise feita a partir das determinações constantes no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, esta área técnica concluiu que tais normativos já se encontram consolidados em granularidade adequada na respectiva temática, conforme determina tal Decreto. Tal análise consta no processo nº 53500.009500/2020-94, atualmente na Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel e que será encaminhado para deliberação do Conselho Diretor após a edição do opinativo jurídico. Neste sentido, não se julga necessária, no momento, a inclusão de item específico sobre isso. Entretanto, caso o Conselho Diretor venha a exarar posicionamento diferente do da área técnica no processo em questão, tal questão deve ser reavaliada.
- Processo nº 53500.014780/2020-52 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a Superintendência de Planejamento e Regulamentação avalie a pertinência de se readequar o escopo original do item 9 da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2017-2018, prevista na Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2018, aprovada pelo Colegiado da Anatel, para, após juízo de conveniência e oportunidade, propor a sua inserção em nova edição da agenda regulatória, como item autônomo, e com os respectivos cronogramas de elaboração de Análise de Impacto, Consulta Pública e debates juntos à sociedade (Despacho Ordinatório SEI nº 5515403).
 - **Análise da SPR:** O processo em questão tratou de reavaliação das taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações. Em decisão recente, do final de abril de 2020, o Conselho Diretor optou por arquivar o presente processo, vez que extinta sua finalidade. Ainda, determinou a avaliação da conveniência e da oportunidade de se incluir novamente a discussão em Agenda Regulatória futura. Haja vista que se trata de uma decisão recente, há menos de um mês, não vislumbramos por hora motivações que justifiquem agora sua inserção na Agenda Regulatória, o que não prejudica sua inclusão no futuro.
- Processo SEI nº 53500.059950/2017-22 - Determinação do Conselho Diretor da Anatel para que a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (a) conjuntamente com as demais áreas afetas ao tema, inicie os estudos para a supressão do Código de Seleção de Prestadora (CSP), nos termos apresentados no Relatório de Análise de Impacto Regulatório (SEI nº 3434249), de forma a alinhá-la ao andamento do projeto relativo à Reavaliação do Regime e Escopo dos Serviços de Telecomunicações; e (b) inclua, caso já não o esteja, as constatações trazidas no

Subtema 2.1 do Relatório de Análise de Impacto Regulatório (SEI nº3434249) no escopo do Processo nº , referente ao item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020.

- **Análise da SPR:** Com relação ao item (a), os estudos serão iniciados pelas Superintendências afetas. Entretanto, considerando a situação atual do projeto de reavaliação do regime e do escopo dos serviços de telecomunicações (item 1 da Agenda Regulatória 2019-2020), bem como o tempo que decorrerá para a efetiva adaptação após a aprovação de tal regulamentação, não se vislumbra, por hora, a necessidade de inserção de projeto específico sobre isso na Agenda Regulatória 2021-2022, o que deverá acontecer futuramente. Quanto ao item (b), por sua vez, as constatações serão incluídas no item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, com meta de finalização de Análise de Impacto Regulatório e proposta no segundo semestre de 2020.
- Processo SEI nº53500.047386/2019-67 - Em março de 2020, a Gerência de Suporte à Fiscalização enviou à Gerência de Regulamentação o Memorando nº 87/2020/FISF/SFI (SEI nº5368281) com sugestões de alterações regulamentar das unidades da Anatel nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As sugestões recebidas da Anatel no Rio Grande do Sul versam sobre o Regulamento do Serviço Limitado Privado - SLP, aprovado por meio da Resolução nº 617, de 19 de junho de 2013 (inciso II do artigo 9º), e sobre o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, aprovado por meio da Resolução nº 651, de 13 de abril de 2015 (§1º do artigo 38). Já a sugestão da Anatel em Santa Catarina versa sobre a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências (§2º do art. 8º).
 - **Análise da SPR** Com relação à sugestão sobre o Regulamento do SLP, ressaltamos que a reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações. Com relação à sugestão sobre o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, ressaltamos que o artigo citado foi recentemente alterado por meio da Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, que aprovou o Regulamento Geral de Outorgas - RGO. Por fim, com relação à sugestão sobre a Lei nº 5.070/1966, ainda que a alteração legal não esteja na competência desta Agência, ressaltamos que a questão da obrigatoriedade de abertura de PADO (inclusive para aplicação de caducidade em serviço de interesse restrito em caso de não pagamento tempestivo de TFF, conforme apontado na sugestão) está em análise no item 12 da Agenda Regulatória 2019-2020, que versa sobre a reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória. Sendo assim, as três sugestões recebidas conforme acima já se encontram em debate em outros projetos normativos da Agenda Regulatória 2019-2020, não sendo necessária a inclusão de itens específicos sobre isso.

3.17. Adicionalmente, esta SPR encaminhou o Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929) às demais Superintendências da Agência solicitando apoio *"ho sentido de nos subsidiar, até 30 de abril de 2020, com novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022"*.

- A Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação - SOR sugeriu, por meio do Memorando nº 40/2020/SOR (SEI nº5403316), a inserção de nove novas iniciativas e a fusão de duas iniciativas constantes na Agenda Regulatória 2019-2020, além da continuidade das demais iniciativas também constantes da Agenda Regulatória nº 2019-2020:
 - **Novas iniciativas sugeridas:**
 - Revisão da regulamentação sobre o Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais
 - **Análise da SPR:** A reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
 - Revisão do Regulamento do Serviço Rádioamador
 - **Análise da SPR:** A reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
 - Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR)
 - **Análise da SPR:** Incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
 - Revisar o Plano Geral de Autorizações, aprovado pela

- **Análise da SPR:** A SOR justificou a necessidade de alteração do PGA-SMP (artigo 4º, 7º, 12 e seguintes) com base nas alterações na LGT promovidas pela Lei nº 13.819, de 2019. Sobre isso, tem-se que o artigo 4º já está sendo alterado no âmbito do item 3 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações em áreas de abrangência regionais ou nacional. O disposto nos artigos 7º, 12 e seguintes, por sua vez, tem impacto nos modelos de negócio que podem surgir com a possibilidade de transferência de autorização de uso de radiofrequências trazida pela Lei de 2019 (mercado secundário). Os aspectos referentes a esta possibilidade de transferência, por sua vez, estão sendo tratado no item 41 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre a revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE). Sendo assim, tem-se que os aspectos trazidos já estão sendo tratados em projetos da Agenda Regulatória 2019-2020, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- **Elaboração de Regulamento para o Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário - SMGS**
 - **Análise da SPR:** A reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- **Regulamentação da faixa de 37-48,2 GHz**
 - **Análise da SPR:** A reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo da revisão do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências - PDFF 2022, novo item sugerido para a Agenda Regulatória 2021-2022, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- **Elaboração de Regulamento para o Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite - SERDS**
 - **Análise da SPR:** A reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso.
- **Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações.**
 - **Análise da SPR:** A Agenda Regulatória 2019-2020 já prevê a construção de dois editais de licitação para disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações (itens 3 e 4), sendo certo que ao menos um destes certames deve se estender até 2021. Sendo assim, novos certames podem, em nossa visão, ser planejados após a conclusão destas duas licitações já previstas, motivo pelo qual sugerimos não inserir, por hora, a sugestão na Agenda Regulatória 2021-2022.
- **PDFF 2022**
 - **Análise da SPR:** Incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
- **Iniciativas da Agenda Regulatória 2019-2020 a serem unificadas:**
 - **Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku - item 37 da Agenda Regulatória 2019-2020**
 - **Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) - item**

- **Análise a SPR:** A SPR concorda com a unificação dos dois itens. Entretanto, há que se destacar que os dois processos encontram-se em fases distintas. Enquanto o primeiro encontra-se no Conselho Diretor para deliberação quanto à Consulta Pública, o segundo está na área técnica para análise do Parecer da Procuradoria Federal Especializada e posterior encaminhamento ao Conselho Diretor para deliberação quanto à Consulta Pública. Assim, sugerimos que os projetos devem ser mantidos separadamente na Agenda Regulatória até a aprovação das duas Consultas Públicas, avaliando-se sua unificação após as consultas à sociedade.
- A Superintendência de Competição - SCP sugeriu, por meio do Memorando nº 42/2020/SCP (SEI nº 5518653), a inserção de uma nova iniciativa:
 - Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes.
 - **Análise da SPR:** Incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
 - Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada.
 - **Análise da SPR:** Incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
- Conforme consta do presente processo, as demais Superintendências não sugeriram novas iniciativas regulamentares a serem inseridas na Agenda Regulatória 2021-2022.

3.18. Diante disso, as novas ações propostas para a Agenda Regulatória do biênio 2021-2022 são:

- Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Descrição: Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.

- Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.

Descrição: Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.

- Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).

Descrição: Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).

- Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.

Descrição: Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.

- Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.

Descrição: Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

3.19. Com isso, a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 apresenta 36 (trinta e seis) iniciativas regulamentares, sendo 31 (trinta e uma) advindas da Agenda 2019-2020 e 5 (cinco) novas advindas do levantamento junto às áreas internas.

3.20. Estas iniciativas foram categorizadas na planilha eletrônica SEI nº 5488162 por tema e subtema, conforme tabela abaixo.

SUBTEMA	TEMA	TOTAL	%	PRIORITÁRIO	URGENTE	ORDINÁRIO	NOVO	CONTINUAÇÃO
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prestação dos serviços de telecomunicações	4	11,1%	3	1	0	0	4
Regras gerais de prestação de serviços	Prestação dos serviços de telecomunicações	4	11,1%	4	0	0	0	4
Direito dos consumidores	Prestação dos serviços de telecomunicações	2	5,6%	1	0	1	0	2
Qualidade	Prestação dos serviços de telecomunicações	0	0,0%	0	0	0	0	0
Fiscalização regulatória	Fiscalização regulatória	2	5,6%	1	0	1	0	2
Promoção da competição e resolução de conflitos	Gestão Econômica da prestação	4	11,1%	2	0	2	2	2
Preços e tarifas	Gestão Econômica da prestação	1	2,8%	0	0	1	1	0
Certificação e homologação	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Espectro de radiofrequências	Recursos à prestação	12	33,3%	1	0	11	2	10
Outorga de serviços e licenciamento de estações	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Numeração	Recursos à prestação	1	2,8%	1	0	0	0	1
Satélites	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Finanças e arrecadação	Finanças e arrecadação	1	2,8%	1	0	0	0	1
Gestão interna	Gestão interna	3	8,3%	2	0	1	0	3
Simplificação e transparência regulatória	Simplificação e transparência regulatória	2	5,6%	1	0	1	0	2
Dados setoriais	Dados setoriais	0	0,0%	0	0	0	0	0
TOTAL		36	100,0%	17	1	18	5	31

Tabela 1 - Estatísticas da proposta de Agenda Regulatória 2021-2022 (temas/subtemas, priorização e novas iniciativas/continuação)

3.21. Observa-se uma queda significativa da quantidade de projetos regulamentares na Agenda Regulatória, uma vez que a Agenda para o corrente biênio contém 51 (cinquenta e uma) iniciativas, o que representa uma redução de aproximadamente 29,4% (vinte e nove vírgula quatro por cento). Esta redução é fruto da conclusão de muitos projetos que há algum tempo estavam em andamento na Agência, bem como da melhor estruturação dos projetos, que tem deixado de tratar de alterações pontuais regulamentares para atacar os problemas de maneira mais sistematizada a partir da implementação do processo de Análise de Impacto Regulatório com o novo Regimento Interno da Agência. Ainda, esta redução permitirá uma melhor priorização das atividades regulamentares na Agência, tanto na área técnica quanto no Conselho Diretor, de maneira a garantir uma maior execução das ações de caráter mais estratégico. O gráfico abaixo resume a evolução da quantidade de projetos da Agenda Regulatória desde sua instituição, em 2015:

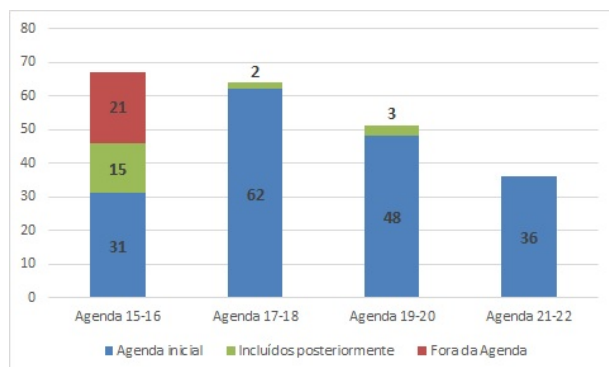


Gráfico 1 - Evolução da quantidade de projetos normativos nas Agendas Regulatórias desde 2015

Do alinhamento das ações normativas propostas aos objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência

3.22. Conforme exposto na introdução do presente Informe, a Agenda Regulatória é o instrumento de planejamento normativo da Agência e, assim, deve estar alinhado ao restante do planejamento da Anatel, em especial aos objetivos estratégicos de resultado. Em outros termos, todos os normativos previstos na Agenda devem contribuir, de alguma maneira, para um ou mais destes objetivos de resultado.

3.23. A Agenda aqui proposta para o biênio 2021-2022 é fruto, em sua maior parte, da continuidade das ações normativas previstas para o biênio 2019-2020. A construção daquela Agenda também adotou a premissa de alinhamento ao planejamento estratégico e tático da Agência, conforme se pode depreender do Informe nº 95/2018/SEI/PRRE/SPR (SEI nº 021161), nos autos do processo nº 53500.035584/2018-05:

Objetivo

3.1. Este informe tem o objetivo de apresentar proposta de Agenda Regulatória para o período de 2019 a 2020, elaborada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) em conformidade com o Plano Estratégico da Anatel 2015-2024, com a proposta de Plano Tático para o mesmo período e com o processo de regulamentação no âmbito da Anatel.

(...)

3.4. Além disso, todas as ações dispostas na Agenda Regulatória estão integralmente alinhadas ao Plano Estratégico da Anatel aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015, em especial aos objetivos estratégicos de resultado ali previstos.

(...)

Das iniciativas regulamentares constantes na proposta de Agenda

3.10. Por se tratar de instrumento de gestão, a Agenda Regulatória deve estar alinhada ao planejamento estratégico da Anatel, guardando as iniciativas regulamentares correlação com os objetivos estratégicos de resultado aprovados por meio da Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015, do Conselho Diretor

3.11. A implementação do planejamento estratégico se dá por meio de seu desdobramento em um planejamento tático e, em último nível, operacional.

3.12. De fato, no que tange ao processo de regulamentação, a camada tática do planejamento estratégico é definida pela Agenda Regulatória. Ato contínuo, os projetos constantes da Agenda Regulatória se desdobram em atividades no plano operacional da SPR.

3.13. Este encadeamento dos planos visa garantir o cumprimento das metas constantes na Agenda Regulatória e, em última instância, dos objetivos constantes no planejamento estratégico da

Agência.

3.14. Neste sentido, as iniciativas constantes da presente proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020 tem essencialmente duas origens:

* A continuação das iniciativas constantes da Agenda 2017-2018 ainda não finalizadas, iniciativas estas que estavam atreladas ao planejamento tático da Agência para os anos de 2017 e 2018;

* Novas iniciativas regulamentares mapeadas pelas áreas internas da Anatel durante a construção da proposta de planejamento tático para o biênio 2019-2020. (grifos nossos)

3.24. Quanto às novas iniciativas, cumpre salientar que esta SPR, ao questionar as áreas internas da Agência sobre novas demandas normativas, também tomou cuidado de solicitar que estas fossem pensadas à luz do planejamento estratégico da Agência, bem como dos problemas que se pretendia resolver, conforme se pode depreender da leitura do Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5400929):

Dito isso, solicita-se o apoio dessa Superintendência no sentido de nos subsidiar, até 30 de abril de 2020, com novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022. Para tanto, para cada nova iniciativa regulamentar sugerida requeremos ao menos as seguintes informações:

* Nome da iniciativa

* Descrição e escopo da iniciativa, com foco nos problemas observados que devem ser solucionados

* Priorização (ordinário, prioritário ou urgente) - conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010

* Tema e subtema - conforme classificação constante na Agenda Regulatória 2019-2010

* Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.

* Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência (i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor; (iii) promover a satisfação dos consumidores; e (iv) promover a disseminação de dados e informações setoriais

As informações recebidas serão analisadas e compiladas por esta Superintendência de Planejamento de Regulamentação, que poderá, em comum acordo com a área que sugeriu a nova iniciativa, promover ajustes de escopo e prazo, principalmente visando a distribuição das iniciativas ao longo do tempo. (grifos nossos).

3.25. Dito isso, resta claro que as iniciativas normativas propostas para o biênio 2021-2022 estão alinhadas aos objetivos estratégicos de resultado da Agência, sem prejuízo de metas a serem estabelecidas no planejamento tático pelo Conselho Diretor. Não obstante a isso, a tabela a seguir correlaciona cada uma destas iniciativas aos quatro objetivos de resultado.

Seq.	Iniciativa regulamentar	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Justificativa
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação	X	X			O projeto visa regulamentar a Lei nº 13.879/2019 no que diz respeito à possibilidade de adaptação das concessões do STFC para regime privado, mediante a assunção de compromissos relacionados à ampliação das redes de suporte à banda larga.
2	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional	X	X			O Edital em debate visa disponibilizar frequências em 4 faixas (700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 MHz) e, assim, possibilitar a ampliação das redes de banda larga móvel ditas de quarta geração (4G) e a instalação de redes ditas de quinta geração (5G), seja pelos atuais prestadores de serviço, seja por novos entrantes neste mercado.
3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais	X	X			Este Edital visa também disponibilizar radiofrequências destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP e ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, como foco nos prestadores de porte regional.
4	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros	X	X			Trata-se de Edital de Licitação referente a direitos de exploração de Satélites. A infraestrutura satelital é especialmente importante em um país de dimensões continentais como o Brasil para levar a infraestrutura de telecomunicações de acesso ou de transporte às regiões mais distantes.
						Esta iniciativa discute aspectos relacionados à

5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	X	X			continuidade do STFC prestado em regime público, especialmente com a proximidade do encerramento dos atuais Contratos de Concessão (2025). Nesta seara, discute aspectos relevantes sobre bens reversíveis, sua definição e a operacionalização de seu acompanhamento pela Anatel.
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina	X	X			Trata-se de iniciativa que visa retirar barreiras regulatórias ao desenvolvimento da internet das coisas - IoT, ecossistema que permitirá o desenvolvimento e o aumento da produtividade de todos os setores da economia.
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações	X		X		Esta iniciativa visa criar um normativo de segurança das redes de telecomunicações, inclusive segurança cibernética, além de aprimorar o atual ecossistema de suporte das redes de telecomunicações às diversas iniciativas de segurança pública.
8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	X	X			Trata-se de revisão quinquenal dos Contratos de Concessão do STFC e do Plano Geral de Metas de Universalização. Nesta revisão específicas está sendo debatida a aplicação do saldo remanescente das obrigações retiradas, agora ou anteriormente, de maneira equilibrada em obrigações de expansão de redes de transporte (<i>backhaul</i>).
9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações			X		Esta iniciativa visa atualizar a regulamentação de direitos dos consumidores aprovada em 2014, simplificando as regras relacionadas a problemas que não mais persistem e aprimorando outras relacionadas aos problemas que mais afetam os consumidores nos dias atuais (por exemplo, aqueles relacionados às ofertas).
10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações			X		Trata-se de atualização das regras relacionados aos Conselhos de Usuários dos serviços de telecomunicações visando, entre outras coisas, melhorar sua representatividade e, assim, propiciar a discussão e propostas relacionadas a diversos assuntos relacionados aos consumidores destes serviços.
11	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória	X	X	X	X	Trata-se de projeto que visa aprimorar os mecanismos regulatórios que a Agência tem para alcançar diversos objetivos de maneira mais efetiva, privilegiando instrumentos de regulação responsiva em relação à estratégia tradicional de

					acompanhamento e controle. Por se tratar de projeto transversal e estruturante, tem elevada importância para o atingimento de todos os objetivos estratégicos de resultado.
12	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)	X	X	X	Esta iniciativa visa avaliar a regulamentação de celebração de Termos de Ajustamento de Condutas aprovada em 2013, considerando a experiência obtida no primeiro ciclo de discussão de TACs. Tal instrumento regulatório visa, como o próprio nome diz, que as prestadoras de serviços de telecomunicações ajustem suas condutas. Ainda, permite a aplicação de recursos em projetos chamados adicionais como, por exemplo, a ampliação de cobertura da rede móvel ou a construção de redes de transporte em fibra óptica (<i>backhaul</i>).
13	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações		X		Trata-se de reavaliação da regulamentação de compartilhamento dos postes das distribuidoras da energia elétrica com as prestadoras de serviços de telecomunicações com foco em questões de ocupação (disponibilidade e regularização) e preço. Assim, visa garantir acesso a este insumo para mais prestadores de serviços de telecomunicações o que permitirá a ampliação das redes e da competição.
14	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais		X		De maneira semelhante ao que é discutido no PGMC para os insumos intra setoriais para oferta de serviços de telecomunicações, esta iniciativa visa debater a oferta de um insumo de outro setor, de conteúdos audiovisuais, e seu impacto no ambiente competitivos de diversos serviços de telecomunicações.
15	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.		X		Trata-se de atualização periódica (quadrienal) do Plano Geral de Metas de Competição, atualizado anteriormente em 2018, visando discutir, principalmente, os mercados relevantes de atacado, a definição dos grupos econômicos com Poder de Mercado Relevante e as medidas assimétricas a serem a eles impostas.
16	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.		X		Esta iniciativa visa discutir as regras afetas à oferta de EILD, aprovadas em 2012. Desde então o tema EILD foi discutido na edição do primeiro PGMC, em 2012, e em sua reedição, em 2018. Passado este tempo, algumas regras parecem precisar de aprimoramento, especialmente no que diz

						respeito à classificação do EILD em padrão ou especial, o que impacta nos preços a serem ofertados.
17	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	X		X		Trata-se de revisão periódica das áreas de tarifação do STFC. A alteração destas áreas de tarifação impactam na classificação das chamadas de telefonia fixa como local ou de long distância nacional o que, em última instância, influencia nos preços pagos pelos consumidores destes serviços.
18	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços		X			Entre outros aspectos, este projeto discute a disponibilização de recursos de numeração para dispositivos de Internet das Coisas - IoT, Serviço de Comunicação Multimídia - SCM e Serviço Móvel Global por Satélite - SMGS. Além disso, contém discussões sobre a disponibilização de Códigos de Seleção de Prestadora - CSP para chamadas de longa distância. Assim, entre outros objetivos, trata-se de importante projeto do ponto de vista concorrencial.
19	Reavaliação da Regulamentação da Banda S	X	X			Este projeto debate a disponibilização de nova faixa de radiofrequências para serviços de telecomunicações satelitais (Serviço Móvel Global por Satélite - SMGS) e terrestres (Serviço Móvel Pessoal - SMP) visando a ampliação destas redes e também o aumento da competição.
20	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	X	X			Trata-se de discussão sobre a possibilidade de disponibilizar as faixas de frequências destinadas às transmissões de TV terrestres também para outros serviços de telecomunicações de suporte à banda larga (por exemplo, o SMP) quando não utilizadas por canais de TV (espaços em branco). Ao disponibilizar este espectro, pretende-se possibilitar a ampliação das redes de telecomunicações e também da competição na oferta destes serviços.
21	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.	X	X			Trata-se de discussão visando disponibilizar nova faixa de frequência para oferta do Serviço Móvel Pessoal - SMP. Ao disponibilizar este espectro, pretende-se possibilitar a ampliação das redes de telecomunicações e também da competição na oferta destes serviços.
22	Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	X	X			Trata-se de discussão visando disponibilizar nova faixa de frequência para oferta do Serviço Móvel Pessoal - SMP. Ao disponibilizar este espectro, pretende-se

						possibilitar a ampliação das redes de telecomunicações e também da competição na oferta destes serviços.
23	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDFF 2021).	X	X			Trata-se de atualização periódica do Plano de Distribuição de Faixas de Frequência - PDFF onde se discute a atribuição e destinação de radiofrequências para diversos serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito. Ao disponibilizar este espectro, pretende-se possibilitar a ampliação das redes de telecomunicações e também da competição na oferta destes serviços.
24	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	X	X			Este projeto visa, entre outras coisas, discutir a canalização das faixas de 800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz, de maneira a deixá-las mais aderente a oferta de serviços móveis com tecnologias mais atuais (quarta e quinta geração - 4G e 5G) e, assim, permitir a ampliação da capacidade e qualidade destas redes.
25	Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku	X	X			A iniciativa visa atualizar mecanismos de coordenação entre satélites o que, em última análise, permite a ampliação da capacidade satelital. A infraestrutura satelital é especialmente importante em um país de dimensões continentais como o Brasil para levar a infraestrutura de telecomunicações de acesso ou de transporte às regiões mais distantes.
26	Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)	X	X			O projeto visa, entre outras coisas, regulamentar a Lei nº 13.879/2019 no que diz respeito aos procedimentos para outorga de direito de exploração de satélites. A infraestrutura satelital é especialmente importante em um país de dimensões continentais como o Brasil para levar a infraestrutura de telecomunicações de acesso ou de transporte às regiões mais distantes.
27	Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)	X	X			Trata-se de iniciativa para atualizar as regras relacionadas ao acompanhamento do uso eficiente do espectro pelos diversos detentores. Isto pretende melhorar a alocação do espectro de radiofrequências entre os diversos interessados em utilizá-lo, melhorando o ambiente competitivo e também a capacidade e qualidade das redes de telecomunicações.
28	Revisão do Regulamento	X	X			O projeto visa, entre outras coisas, regulamentar a Lei nº 13.879/2019 no que diz respeito ao mercado secundário de radiofrequências. Este mercado visa melhorar a

28	de Uso do Espectro (RUE)	X	X			alocação do espectro de radiofrequências entre os diversos interessados em utilizá-lo, melhorando o ambiente competitivo e também a capacidade e qualidade das redes de telecomunicações.
29	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.	X				Trata-se de reavaliação da regulamentação sobre a instalação de Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações - BSR visando, entre outras coisas, discutir os tipos de equipamentos que podem ser instalados e também por quem.
30	Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).	X	X			Trata-se de atualização periódica do Plano de Distribuição de Faixas de Frequência - PDFF onde se discute a atribuição e destinação de radiofrequências para diversos serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito. Ao disponibilizar este espectro, pretende-se possibilitar a ampliação das redes de telecomunicações e também da competição na oferta destes serviços.
31	Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel	X				Trata-se de importante projeto para fins de racionalização da arrecadação dos tributos geridos pela Anatel, o que, em última instância, permite maior segurança jurídica e maiores investimentos no setor de telecomunicações brasileiro.
32	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel	X	X	X	X	A estrutura da Anatel é o que permite o desempenho de suas atividades e, consequentemente, o atingimento dos objetivos da Agência. Assim, frente aos aprendizados que se teve desde a reestruturação da Agência, em 2013, é possível aprimorar esta estrutura, as competências e os processos de trabalho, o que certamente impactará de maneira positiva no atingimento dos objetivos do planejamento estratégico.
33	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs	X	X	X	X	A atuação internacional da Agência também é estratégica para o atingimento de seus resultados, seja para trazer ou levar insumos relacionados aos diversos temas objeto da regulação da Anatel. Assim, aprimorar os mecanismos de participação internacional da Agência também impactará de maneira positiva no atingimento dos objetivos do planejamento estratégico.
						Trata-se de iniciativa regulamentar pontual para a recriação de diversos colegiados da Agência extintos pelo Decreto nº 9.759/2019.

34	Reorganização dos Colegiados da Anatel	X	X	X	Os colegiados que estão sendo recriados incluem foros de co-regulação sobre diversos temas (competição, qualidade, consumidores, entre outros) e, por isso, afetam diversos objetivos de resultado.
35	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações	X	X	X	Trata-se de importante projeto de simplificação regulatória, visando melhorar a qualidade e a consistência das regras de prestação do serviços de telecomunicações. A simplificação das regras permite, entre outras coisas, melhorar seu entendimento pelos consumidores e também o ambiente regulatório de prestação destes serviços, atraindo mais investimentos para a ampliação das redes de telecomunicações.
36	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)	X	X	X	Este projeto visa revogar regras que, embora tivessem razão de existir quanto editadas, não se justifiquem mais nos dias atuais. Assim, trata-se de importante medida de gestão do estoque regulatório. A simplificação das regras permite, entre outras coisas, melhorar seu entendimento pelos consumidores e também o ambiente regulatório de prestação destes serviços, atraindo mais investimentos para a ampliação das redes de telecomunicações.

Tabela 2: Correlação das iniciativas regulamentares aos objetivos estratégicos de resultado.

Objetivo 1: promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados.

Objetivo 2: estimular a competição e a sustentabilidade do setor.

Objetivo 3: promover a satisfação dos consumidores.

Objetivo 4: promover a disseminação de dados e informações setoriais.

Das metas e prazos constantes na proposta de Agenda

3.26. Vencido o rol de iniciativas que devem constar na Agenda Regulatória 2021-2022, passa-se ao estabelecimento das metas e prazos a serem cumpridos.

3.27. Desde a Agenda Regulatória 2015-2016, as metas têm sido estruturadas por semestre, considerando os principais marcos do processo regulamentar, quais sejam: (i) a confecção do relatório de Análise de Impacto Regulatório e da proposta inicial pela área técnica; (ii) a aprovação, pelo Conselho Diretor, de Consulta Pública sobre a proposta normativa; e (iii) a aprovação final, também pelo Conselho Diretor, desta proposta.

3.28. Nesta linha, as metas e prazos para o próximo biênio foram definidos da seguinte maneira:

- Para as iniciativas que se tratam de continuação de ações já em curso no biênio 2019-2020, estimou-se as metas de Consulta Pública e de aprovação final, conforme cada caso, partindo-se da fase atual de cada uma destas iniciativas e tomando como base os prazos médios de cada fase do processo regulamentar, conforme consta do acompanhamento trimestral de acompanhamento da Agenda Regulatória 2019-2020 elaborado por esta SPR (Processo SEI nº 53500.026146/2019-29). Esta sistemática consta da planilha eletrônica SEI nº 5488162.
- Para as cinco novas iniciativas a partir das sugestões das Superintendências de Outorgas e Recursos à Prestação - SOR e de Competição - SCP, as metas de relatório de AIR e proposta foram definidas conforme sugestões feitas por aquelas áreas, ajustando-se demais fases com base dos prazos médios de cada fase do processo regulamentar e considerando-se também a complexidade, maior ou menor, de cada uma das novas iniciativas sugeridas.
- Para a nova iniciativa referente à revisão das áreas de tarifação do STFC, as metas foram distribuídas da mesma maneira que constam nas Agendas Regulatórias 2017-2018 e 2019-2020, adiantando-as em um semestre em virtude da importância deste projeto para a consolidação da regulamentação sobre este tema, conforme prevê o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

3.29. A partir daí, chegou-se à proposta de Agenda Regulatória 2021-2022 que consta na planilha eletrônica SEI nº 5488162 e da minuta de Portaria SEI nº 5518878.

Da proposta de atualização da Portaria nº 927, de 27 de novembro de 2015

3.30. Quando da aprovação da Agenda Regulatória 2019-2020, em março de 2019 por meio da Portaria nº 542, o Conselho Diretor trouxe também algumas determinações a esta Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR conforme Despacho Ordinatório SEI nº 3964760:

- a) determinar à Área Técnica que estude o teor do Relatório de Atividades OV SEI nº 3919972 quando da elaboração da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022; e,
- b) determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que, na execução de todos os itens da mencionada Agenda Regulatória, adote como princípios os seguintes objetivos:
- b.1) promover a simplificação regulatória de modo a fortalecer a competição no setor de telecomunicações e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população;
 - b.2) realizar a destinação e a atribuição das radiofrequências necessárias para o desenvolvimento da tecnologia de quinta geração - 5G no menor prazo possível, e estimular o uso secundário do espectro, como previsto no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências - RUER;
 - b.3) implantar o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - PERT como direcionamento prioritário para as políticas públicas de expansão da infraestrutura de banda larga no Brasil;
 - b.4) promover as providências necessárias para a regulamentação da migração do regime de concessão para autorização, de acordo com a revisão do marco legal encaminhado pelo PLC 79/2016, em caso de sua aprovação pelo Senado Federal e sanção presidencial; e,
 - b.5) assessorar o Poder Executivo na adequação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, de modo a financiar os projetos previstos no PERT, e na revisão do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel, visando taxa zero para a habilitação dos dispositivos para a Internet das Coisas, IoT, como forma de estimular o seu desenvolvimento no Brasil. (grifos nossos)

3.31. Como se vê, o item "a" do supracitado Despacho Ordinatório determina que esta SPR estude o teor do Relatório de Atividades OV SEI nº 3919972 quando da elaboração da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

3.32. O Relatório de Atividades da Ouvidoria em questão traz as seguintes conclusões:

6. CONCLUSÕES

- 6.1. Considerando a elaboração da Agenda Regulatória como importante instrumento de gestão que confere maior publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência para o processo regulatório, possibilitando o acompanhamento pela sociedade e dos entes regulados dos compromissos pré-estabelecidos pelo órgão regulador;
- 6.2. Considerando a importância da participação social no processo de melhoria da qualidade regulatória de uma Agência Reguladora, seja pelo caráter de controle social, seja para subsidiar a Agência de dados e informações relevantes ao processo regulatório;
- 6.3. Considerando o atual estágio de Acompanhamento e Planejamento das atividades da Agência, especialmente o Plano Operacional (Tático);
- 6.4. Considerando a garantia de maior segurança jurídica, transparência e previsibilidade ao processo.
- 6.5. A Ouvidoria, com base em todo exposto acerca da elaboração da Agenda Regulatória 2019-2020 e do processo de elaboração e acompanhamento da Agenda Regulatória de maneira geral, recomenda que:
- 6.5.1. A Agenda Regulatória da Anatel seja publicada anualmente, com horizonte de 4 (quatro) anos, sendo o instrumento para apontar as ações temáticas que estão em estudo e/ou elaboração, objeto do planejamento tático, para alcance dos objetivos estratégicos, e
 - 6.5.2. Seja publicado o Plano Anual de Regulamentação, listando as ações da Agenda Regulatória que encerrar-se-ão naquele ano.
- 6.6. Desta forma a Ouvidoria deseja, através das considerações abordadas neste Relatório, contribuir para o aprimoramento do processo de elaboração da Agenda Regulatória da Anatel. (grifos nossos)

3.33. Conforme já apontado anteriormente neste Informe, o formato da Agenda Regulatória está previsto na Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, que disciplina o processo de regulamentação na Agência, a saber:

SEÇÃO III

DA AGENDA REGULATÓRIA

Art 9º Caberá à SPR, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, submeter à aprovação do Conselho Diretor proposta de Agenda Regulatória da Anatel até 30 de novembro do ano anterior ao de início de sua vigência.

§ 1º A Agenda Regulatória reunirá as ações regulatórias prioritárias da Agência para um período de 2 (dois) anos e estabelecerá as prioridades e prazos para cada projeto de regulamentação previsto.

§ 2º A elaboração da Agenda Regulatória observará, no que couber, os princípios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 3º A Agenda Regulatória deverá ser aprovada até 31 de março do primeiro ano de vigência.

Art 10. Cabe à SPR manter a Agenda Regulatória atualizada e disponível no sítio da Agência para consulta durante toda sua vigência. (grifos nossos)

3.34. Sobre a portaria em questão, é certo que, desde 2015, muito se aprendeu e se amadureceu com relação ao processo de regulamentação. Neste sentido, é fato que a Portaria nº 927/2015 carece de atualizações, o que está sendo debatido por esta SPR, para submissão ao Conselho Diretor, no processo nº 53500.019691/2020-01. Entre os diversos aspectos que estão lá em debate encontra-se a questão do período da Agência, constante do Relatório de Atividades da Ouvidoria.

3.35. Cumpre, por fim, salientar que se optou por fazer o debate da Agenda Regulatória 2021-2022 e da revisão da Portaria nº 927/2015 em processos separados dado o fluxo distinto que cada um segue dentro da Agência, sem prejuízo que as conclusões de ambos sejam compatibilizadas até a aprovação final da Agenda Regulatória 2021-2022.

3.36. Sobre o aspecto, esta Superintendência ressalta a desnecessidade da submissão da presente proposta de Consulta Pública à Procuradoria Federal Especializada junto à Agência, exatamente pela manifestação daquele órgão jurídico nesse sentido quando da aprovação da Agenda Regulatória 2015-2016, a primeira alinhada ao planejamento estratégico aprovado em 2015, constante do processo SICAP nº 53500.010073/2015-20.

3.37. Naquele momento, por meio do Parecer nº [00637/2015/PFE-ANATEL/PGF/AGU](#), a Procuradoria concluiu consignando que se tratava de proposta cujo objeto estava relacionado à gestão estratégica da Agência, não cabendo a ela emitir juízo sobre o mérito de tal gestão.

Parecer n. [00637/2015/PFE-ANATEL/PGF/AGU](#)

3. CONCLUSÃO (...)

c) No que se refere à proposta contida no bojo dos autos, de início, insta salientar que se trata de proposta cujo objeto está relacionado à gestão estratégica da Agência, não cabendo a esta Procuradoria emitir juízo sobre o mérito de tal questão;

3.38. Exatamente por este motivo, a Agenda Regulatória seguinte, para o biênio 2017-2018, também não foi submetida ao parecer da Procuradoria, conforme pode ser averiguado nos autos do processo SEI nº 53500.028961/2016-80. O mesmo aconteceu no caso da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, conforme consta do processo SEI nº 53500.035584/2018-05.

3.39. Também por este motivo esta SPR não encaminhou os autos do presente processo para manifestação da Procuradoria previamente ao envio ao Conselho Diretor.

Da submissão da proposta à Consulta Pública

3.40. Destaca-se que, de acordo com a Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, não há obrigatoriedade de submissão da Agenda Regulatória da Agência à Consulta Pública da sociedade.

3.41. De fato, trata-se de instrumento de gestão interna, e não de instrumento normativo em si, não se enquadrando na obrigatoriedade prevista no artigo 62 do Regimento Interno da Anatel e do artigo 42 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT.

3.42. Entretanto, considerando ser documento relevante à sociedade na medida em que externa o planejamento normativo da Agência para o biênio vindouro, as últimas Agendas Regulatórias foram submetidas à Consulta Pública e por este mesmo motivo que se propõe o encaminhamento da presente proposta também à Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

3.43. Sobre a Consulta Interna, tem-se entendido, desde a Agenda Regulatória 2015-2016, que tal procedimento não se fazia necessário, uma vez que sua construção está desde então atrelada ao planejamento estratégico e tático da Agência, que conta com a participação de todas as áreas da Anatel, da sede e das unidades descentralizadas.

3.44. O mesmo acontece no presente caso, motivo pelo qual a proposta não foi submetida à Consulta Interna, já que, conforme já dito, as ações aqui previstas são continuidade da Agenda para o biênio 2019-2020 ou são novas iniciativas mapeadas pelas diversas áreas da Anatel conforme consta dos autos do presente processo.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS/ANEXOS

4.1. Planilha eletrônica com o detalhamento da construção da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5488162);

4.2. Minuta de Portaria com a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5518878);

4.3. Minuta de Consulta Pública sobre a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5518888).

5. CONCLUSÃO

5.1. Propõe-se o encaminhamento ao Conselho Diretor da minuta de Consulta Pública sobre proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, em linha com a competência desta Superintendência de Planejamento e Regulamentação estabelecida no inciso VIII do artigo 155 do Regimento Interno da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 02/06/2020, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação**, em 02/06/2020, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5600347** e o código CRC **4C028422**.

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação
2	Reavaliação da regulamentação sobre operacionalização das metas de universalização
3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional
4	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais
5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações
8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU
9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações
10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações
11	Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações
12	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória
13	Reavaliação da regulamentação sobre aplicação de sanções administrativas
14	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)
15	Reavaliação da regulamentação sobre alocação de contas para fins de cálculo dos custos dos produtos de atacado previstos no PGMC
16	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações
17	Avaliação sobre liberdade tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado, modalidades Local e Longa Distância Nacional, agregando análise sobre revisão da granularidade das Áreas Locais deste serviço - áreas locais e liberdade LDN
18	Avaliação sobre liberdade tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado, modalidades Local e Longa Distância Nacional, agregando análise sobre revisão da granularidade das Áreas Locais deste serviço - liberdade local

19	Revisão anual de Áreas Locais do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC
20	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC
21	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações - revisão do modelo de certificação
22	Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de telecomunicações
23	Reavaliação da regulamentação sobre uso de Femtocélulas
24	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Administração da numeração
25	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços
26	Reavaliação da Regulamentação da Banda S
27	Reavaliação da regulamentação técnica dos serviços de radiodifusão (AM, FM e TV)
28	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF
29	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões das Conferências Mundiais até 2018 e dos padrões internacionalmente aceitos (PDFF 2019)
30	Revisão da Resolução nº 537/2010 - Faixa de 3,5 GHz
31	Regulamentação das faixas de 2300-2400 MHz.
32	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.
33	Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz
34	Reavaliação da regulamentação de uso de faixas para radioenlaces
35	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDFF 2021).
36	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP
37	Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku
38	Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)
39	Revisão das faixas dispostas na regulamentação sobre radiação restrita (Resolução nº 680/2017)
40	Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)
41	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)
42	Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel
43	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel
44	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs
45	Revogação de normativos sem vigência
46	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações
47	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)
48	Reavaliação da regulamentação sobre coletas de dados setoriais dos diversos serviços de telecomunicações
49	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros
50	Reorganização dos Colegiados da Anatel
51	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais

SITUAÇÃO ATUAL (18/5/2020)			1º/2020	2º/2020
09 - Análise das contribuições da CP e nova minuta proposta pela área técnica			-	-
13 - Processo concluído			-	-
09 - Análise das contribuições da CP e nova minuta proposta pela área técnica			-	-
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica			#VALUE!	#VALUE!
09 - Análise das contribuições da CP e nova minuta proposta pela área técnica			-	-
10 - Parecer da PFE sobre nova proposta da área técnica			-	-
12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica			-	-
04 - Análise do Parecer pré-CP da PFE			-	Consulta Pública
06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública			-	Consulta Pública
10 - Parecer da PFE sobre nova proposta da área técnica			-	-
13 - Processo concluído			-	-
10 - Parecer da PFE sobre nova proposta da área técnica			-	-
13 - Processo concluído			-	-
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica			#VALUE!	#VALUE!
13 - Processo concluído			-	-
06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública			-	Consulta Pública
13 - Processo concluído			-	-
13 - Processo concluído			-	-

-
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
08 - Consulta Pública
12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica
13 - Processo concluído
06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
13 - Processo concluído
12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
13 - Processo concluído
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública
04 - Análise do Parecer pré-CP da PFE
13 - Processo concluído
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica
04 - Análise do Parecer pré-CP da PFE
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
13 - Processo concluído
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica
06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública
13 - Processo concluído
12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica
09 - Análise das contribuições da CP e nova minuta proposta pela área técnica
01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área técnica

Relatório de AIR

-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
Consulta Pública	-
-	-
-	-
-	Consulta Pública
-	-
-	-
-	-
-	-
#VALUE!	#VALUE!
-	-
Relatório de AIR	Consulta Pública
#VALUE!	#VALUE!
-	Consulta Pública
-	Consulta Pública
-	-
#VALUE!	#VALUE!
#VALUE!	#VALUE!
-	-
-	-
Relatório de AIR	-
-	-
#VALUE!	#VALUE!
-	Consulta Pública
-	-
-	-
#VALUE!	#VALUE!

0

0

Consulta Pública	0	0
Aprovação final	0	0

1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
Aprovação final	-	-	-
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
Aprovação final	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
-	Aprovação final	-	-
-	Aprovação final	-	-
Aprovação final	-	-	-
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
-	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
-	-	-	-
-	Aprovação final	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
-	-	-	-
-	Aprovação final	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
-	Aprovação final	-	-
-	Aprovação final	-	-
-	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
Aprovação final	-	-	-
Consulta Pública	-	Aprovação final	-
Consulta Pública	-	Aprovação final	-
-	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!
-	Aprovação final	-	-
-	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
Aprovação final	-	-	-
#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!	#VALUE!

0

0

0

0

0	0	0	0
0	0	0	0

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA
1	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC
2	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.
3	Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).
4	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.
5	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.

DESCRIÇÃO
Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.
Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.
Atualização periódica do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)
Revisão dos mercados relevantes e as das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.
Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

1º/2021	2º/2021	1º/2022
Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final
Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final
-	Relatório de AIR	Consulta Pública
Relatório de AIR	Consulta Pública	-
-	-	-

Relatório de AIR

2

1

0

Consulta Pública

0

2

1

Aprovação final

0

0

2

2º/2022	ÁREA INTERNA QUE SUGERIU
-	PROJETO PERIÓDICO
-	SOR
Aprovação final	SOR PROJETO PERIÓDICO
Aprovação final	SCP PROJETO PERIÓDICO
Relatório de AIR	SCP

0

0

1

2 8 8 6

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	NOVO ITEM?	1º/2021
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação	NÃO	Aprovação final
2	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional	NÃO	Aprovação final
3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais	NÃO	-
4	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros	NÃO	Aprovação final
5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	NÃO	Aprovação final
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina	NÃO	Aprovação final
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações	NÃO	Aprovação final
8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	NÃO	-
9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações	NÃO	-

10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações	NÃO	Aprovação final
11	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória	NÃO	Aprovação final
12	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)	NÃO	-
13	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações	NÃO	-
14	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais	NÃO	-
15	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.	SIM	Relatório de AIR
16	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.	SIM	-
17	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	SIM	Relatório de AIR
18	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços	NÃO	Aprovação final
19	Reavaliação da Regulamentação da Banda S	NÃO	Aprovação final
20	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	NÃO	-
21	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.	NÃO	Aprovação final
22	Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	NÃO	-
23	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDF 2021).	NÃO	Aprovação final
24	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	NÃO	-

25	Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku	NÃO	-
26	Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)	NÃO	-
27	Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)	NÃO	-
28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	NÃO	-
29	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.	SIM	Relatório de AIR
30	Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).	SIM	-
31	Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel	NÃO	Aprovação final
32	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel	NÃO	Consulta Pública
33	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs	NÃO	Consulta Pública
34	Reorganização dos Colegiados da Anatel	NÃO	Aprovação final
35	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações	NÃO	-
36	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)	NÃO	-

Relatório de AIR
Consulta Pública

1º/2021
3
2

Aprovação final

14

PESO
PESO (%)

6.1
39.4%

2º/2021	1º/2022	2º/2022	TEMA
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
Consulta Pública	-	Aprovação final	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
Aprovação final	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
Aprovação final	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações

-	-	-	Prestação dos serviços de telecomunicações
-	-	-	Fiscalização regulatória
Consulta Pública	-	Aprovação final	Fiscalização regulatória
Aprovação final	-	-	Gestão econômica da prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Gestão econômica da prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Gestão econômica da prestação
-	-	Relatório de AIR	Gestão econômica da prestação
Consulta Pública	Aprovação final	-	Gestão econômica da prestação
-	-	-	Recursos à prestação
-	-	-	Recursos à prestação
Aprovação final	-	-	Recursos à prestação
-	-	-	Recursos à prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Recursos à prestação
-	-	-	Recursos à prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Recursos à prestação

Aprovação final	-	-	Recursos à prestação
Aprovação final	-	-	Recursos à prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Recursos à prestação
Consulta Pública	-	Aprovação final	Recursos à prestação
Consulta Pública	Aprovação final	-	Recursos à prestação
Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	Recursos à prestação
-	-	-	Finanças e arrecadação
-	Aprovação final	-	Gestão interna
-	Aprovação final	-	Gestão interna
-	-	-	Gestão interna
Consulta Pública	-	Aprovação final	Simplificação e transparência regulatória
Aprovação final	-	-	Simplificação e transparência regulatória

2º/2021	1º/2022	2º/2022
1	0	1
11	1	0

6	4	10
---	---	----

4.5
29.0%

1.4
9.0%

3.5
22.6%

SUBTEMA	PRIORIZAÇÃO	PROCESSO
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prioritário	53500.056574/2017-14
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prioritário	53500.004083/2018-79
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prioritário	53500.012164/2019-23
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Urgente	53500.024725/2019-37
Regras gerais de prestação de serviços	Prioritário	53500.056388/2017-85
Regras gerais de prestação de serviços	Prioritário	53500.060032/2017-46
Regras gerais de prestação de serviços	Prioritário	53500.078752/2017-68
Regras gerais de prestação de serviços	Prioritário	53500.040174/2018-78
Direito dos consumidores	Prioritário	53500.061949/2017-68

Direito dos consumidores	Ordinário	53500.033628/2018-54
Fiscalização regulatória	Prioritário	53500.205186/2015-10
Fiscalização regulatória	Ordinário	53500.012166/2019-12
Promoção da competição e resolução de conflitos	Ordinário	53500.014686/2018-89
Promoção da competição e resolução de conflitos	Prioritário	53500.014835/2020-24
Promoção da competição e resolução de conflitos	Prioritário	Nova iniciativa
Promoção da competição e resolução de conflitos	Ordinário	Nova iniciativa
Preços e tarifas	Ordinário	Nova iniciativa
Numeração	Prioritário	53500.059950/2017-22
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.015486/2016-81
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.054797/2018-28
Espectro de radiofrequências	Prioritário	53500.044911/2018-10
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012170/2019-81
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012171/2019-25
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012172/2019-70

Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012173/2019-14
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012175/2019-11
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012177/2019-01
Espectro de radiofrequências	Ordinário	53500.012178/2019-47
Espectro de radiofrequências	Ordinário	Nova iniciativa
Espectro de radiofrequências	Ordinário	Nova iniciativa
Finanças e arrecadação	Prioritário	53500.062704/2017-58
Gestão interna	Prioritário	53500.052390/2017-85
Gestão interna	Ordinário	53500.017117/2019-76
Gestão interna	Prioritário	53500.016190/2019-21
Simplificação e transparência regulatória	Prioritário	53500.059638/2017-39
Simplificação e transparência regulatória	Ordinário	53500.012180/2019-16

DESCRIÇÃO
<p>Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas - PGO, a elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes.</p>
<p>Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). Este projeto inclui, ainda, a análise quanto à viabilidade de inserção no Edital das faixas de 3,3 a 3,4 GHz e 26 GHz e, se for o caso, a edição das alterações regulamentares necessárias.</p>
<p>Edital de Licitação para autorização das demais radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, com foco na operação por prestadores regionais.</p>
<p>Edital de Licitação para conferência de direitos de exploração de satélites brasileiros, visando possibilitar a continuidade do uso de recursos de órbita e espectro notificados em nome da Administração Brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como a ocupação de outras posições orbitais e faixas de frequências associadas de interesse do setor.</p>
<p>Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.</p> <p>Inclui também a avaliação sobre a necessidade de se estabelecer regulamentação sobre indenização de bens reversíveis com vistas a criar as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.</p>
<p>Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, tais como regras de qualidade, licenciamento, atendimento, dentre outros.</p>
<p>Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência, em especial sobre aspectos que envolvam a interlocução entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os órgãos de segurança pública (bloqueio de Estações Móveis impedidas, interceptação de chamadas, quebra de sigilo, entre outros).</p> <p>Adicionalmente, o projeto visa a elaboração de análises e estudos sobre a necessidade ou não de regulamentação que possibilite a implementação de medidas de proteção e segurança das redes e serviços das operadoras de telecomunicações. A segurança das redes é hoje um dos grandes problemas da nova economia digital. São diversos os países que vem enfrentando os problemas relacionados à segurança cibernética e realizando grandes investimentos na busca da disponibilidade, confidencialidade e integridade das informações no ambiente cibernético. Como os dados trafegam em redes de telecomunicações cabe à Anatel atuar dentro de suas competências a fim de garantir e fiscalizar a proteção dessa primeira linha de frente, a exemplo de outros reguladores como FCC (EUA), Anacom (Portugal), KISA (Coreia do Sul), Ofcom (Reino Unido) que atualizam constantemente suas diretrizes.</p>
<p>Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, em atenção ao estabelecido na Cláusula 3.2 dos modelos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados em 31 de dezembro de 2020 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.</p>
<p>Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, visando analisar pontos do regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implantação do Regulamento - GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente.</p>

Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 623, de 18 de outubro de 2013, visando aprimoramento de seu funcionamento, tendo em vista a experiência adquirida com os primeiros mandatos, encerrados em 2016.
Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.
Reavaliação da regulamentação sobre termos de ajustamento de conduta (TAC), em especial o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC), aprovado pela Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013, com vistas a aprimorar a atuação regulatória adotando-se modelo responsivo, em que o controle é proporcional à conduta do regulado.
Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, aprovada pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da Anatel e da Aneel.
Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais, nos termos das diretrizes metodológicas para definição de mercados relevantes e dos critérios para identificação de grupo com poder de mercado significativo, incluídas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e incluídas pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.
Revisão dos mercados relevantes e as das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.
Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.
Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.
Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações.
Revisão da regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.
Elaboração de regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV White Spaces, que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).
Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.
Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.
Atualização do PDFF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários.
Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo. Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006.

Atualização das faixas de frequências para as quais se aplica a norma a fim de facilitar a coordenação e a posterior entrada em operação de satélites operando nas faixas de frequências planejadas.
Atualização do regulamento em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições aplicáveis a esses Regulamentos, alteração de determinados artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização.
Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução nº 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro.
Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.
Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.
Atualização periódica do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)
Atualmente, a regulamentação dos tributos cobrados pela Anatel, realizada por meio das Resoluções nº 247/2000 e nº 255/2001, apresenta inconsistências com o texto legal e normas vigentes, além de não especificar solução jurídica para alguns dos problemas enfrentados pela área responsável pela arrecadação. As lacunas e inadequações na normativa atual se devem à existência de erros técnicos na elaboração do seu texto e ao grande lapso temporal transcorrido desde a sua edição (aproximadamente, 15 anos). A revisão completa dessas resoluções e sua posterior consolidação em um único instrumento normativo é absolutamente necessária, sob pena de aumentar o número de demandas judiciais envolvendo os tributos em questão e tornar ainda mais grave o quadro de insegurança jurídica ao qual estão submetidas as prestadoras e os agentes públicos responsáveis pela arrecadação e processamento das demandas administrativas (PAFs). Além disso, deve-se considerar o fato de que a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, um dos tributos cuja cobrança compete à Agência, não foi regulamentada ainda. Portanto, à oportunidade de revisar as resoluções mencionadas soma-se a necessidade evidente de regulamentar a CFRP, com a elaboração de um único regulamento que contemple todos os tributos cuja capacidade tributária ativa foi atribuída à Anatel. Por fim, com as melhorias havidas na cobrança de tributos, é oportuno que se avalie a necessidade de manter ou não a previsão de caducidade para o caso de inadimplência de taxas do Fistel, considerando que a Anatel já dispõe de outros meios no exercício de suas atividades, dentre os quais o bloqueio da entidade nos sistemas para realização de operações indispensáveis à prestação do serviço.
Reavaliação do Regimento Interno da Anatel, conforme diretrizes constantes da Portaria nº 1.701, de 8 de dezembro de 2016.
Revisão da estrutura e regimento interno, incluindo seus procedimentos operacionais, das Comissões Brasileiras de Comunicações estabelecidos por meio da Resolução 347, de 22 de agosto de 2003. Devido à participação ampliada de diversos setores da sociedade nas atividades das CBCs e do reiterado interesse de participação do Conselho Diretor nas discussões mantidas nas Comissões, é preciso reavaliar a referida Resolução de forma a atualizá-la e agregar possíveis novos elementos possibilitados pelo processo de revisão no âmbito da agenda regulatória.
Recriação dos colegiados instituídos por atos da Agência que ainda guardam relação com suas atividades finalísticas e a extinção expressa dos demais, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.
A convergência das redes e serviços de telecomunicações tem se tornado uma realidade cada vez mais presente no setor. Diversos serviços são oferecidos por meio de uma mesma plataforma, ou pelo menos na forma de ofertas conjuntas (ainda que por plataformas distintas). Nesta linha, a regulamentação tem também convergido a fim de tratar cada temática de maneira única para os diversos serviços. Exemplos recentes são a regulamentação sobre direitos de consumidores de serviços de telecomunicações, editada pela Agência em 2014, e de qualidade destes serviços, atualmente em unificação na Agência, além da regulamentação afeta à competição que já traz uma natureza transversal aos diferentes serviços de telecomunicações. Ato contínuo, os regulamentos dos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, em especial os quatro maiores, também devem evoluir neste sentido, simplificando e unificando tais regras no que for possível.
Avaliação com relação à necessidade ou não de revogação de diversos dispositivos normativos cujo escopo não esteja incluído em outras iniciativas da presente Agenda Regulatória.

SEQ AGENDA
1
1
1
1
2
2
2
2
3

3
5
5
6
6
6
6
7
10
12
12
12
12
12
12
12

12
12
12
12
12
12
13
14
14
14
15
15

01 - Relatório de AIR e minuta de CP proposta pela área

03 - Parecer da PFE sobre proposta de CP da área técnica

04 - Análise do Parecer pré-CP da PFE

06 - Deliberação do CD de proposta de Consulta Pública

08 - Consulta Pública

09 - Análise das contribuições da CP e nova minuta

10 - Parecer da PFE sobre nova proposta da área técnica

11 - Análise do Parecer pós-CP da PFE

12 - Deliberação do CD de nova proposta da área técnica

área técnica

técnica

pública

proposta pela área técnica

técnica

técnica

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

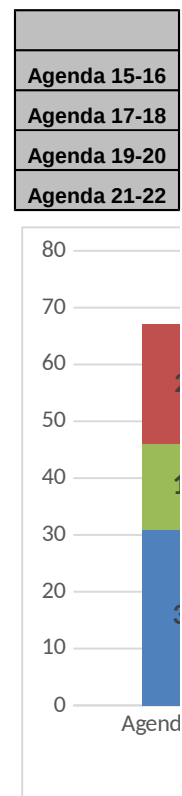
[REDACTED]

[REDACTED]

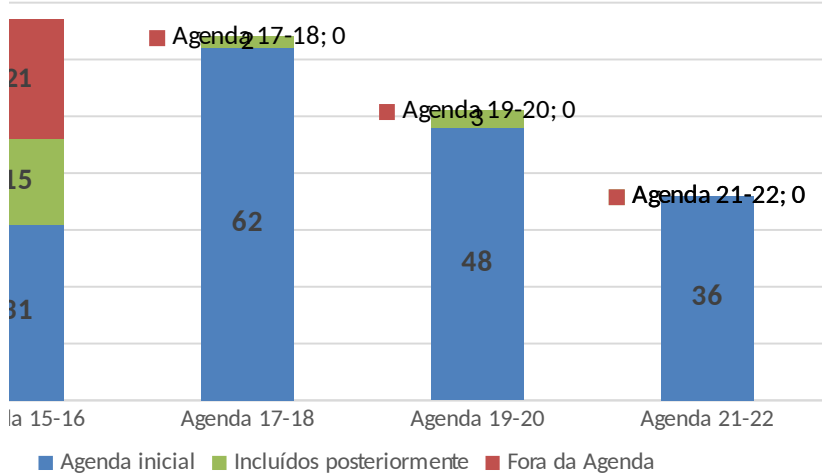
[REDACTED]

SUBTEMA	TEMA	TOTAL
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prestação dos serviços de telecomunicações	4
Regras gerais de prestação de serviços	Prestação dos serviços de telecomunicações	4
Direito dos consumidores	Prestação dos serviços de telecomunicações	2
Qualidade	Prestação dos serviços de telecomunicações	0
Fiscalização regulatória	Fiscalização regulatória	2
Promoção da competição e resolução de conflitos	Gestão Econômica da prestação	4
Preços e tarifas	Gestão Econômica da prestação	1
Certificação e homologação	Recursos à prestação	0
Espectro de radiofrequências	Recursos à prestação	12
Outorga de serviços e licenciamento de estações	Recursos à prestação	0
Numeração	Recursos à prestação	1
Satélites	Recursos à prestação	0
Finanças e arrecadação	Finanças e arrecadação	1
Gestão interna	Gestão interna	3
Simplificação e transparência regulatória	Simplificação e transparência regulatória	2
Dados setoriais	Dados setoriais	0
TOTAL		36

%	PRIORITÁRIO	URGENTE	ORDINÁRIO	NOVO	CONTINUAÇÃO
11.1%	3	1	0	0	4
11.1%	4	0	0	0	4
5.6%	1	0	1	0	2
0.0%	0	0	0	0	0
5.6%	1	0	1	0	2
11.1%	2	0	2	2	2
2.8%	0	0	1	1	0
0.0%	0	0	0	0	0
33.3%	1	0	11	2	10
0.0%	0	0	0	0	0
2.8%	1	0	0	0	1
0.0%	0	0	0	0	0
2.8%	1	0	0	0	1
8.3%	2	0	1	0	3
5.6%	1	0	1	0	2
0.0%	0	0	0	0	0
100.0%	17	1	18	5	31



Agenda inicial	Incluídos posteriormente	Fora da Agenda
31	15	21
62	2	0
48	3	0
36	0	0



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

MINUTA DE PORTARIA

Aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES Exercício das atribuições que lhe confere o art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o processo de gestão estratégica orientada a resultados implantado na Agência e suportado por seu Plano Estratégico 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que a Agenda Regulatória é instrumento de planejamento que agrega as ações regulatórias consideradas prioritárias e que serão objeto de estudo ou tratamento da Agência durante sua vigência;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em uma Reunião nº XXX, de XX de XXXXX de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.014780/2020-52,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os Projetos de Regulamentação recebem as seguintes classificações de priorização nesta Agenda Regulatória:

I - Prioritário: iniciativas de grande relevância e impacto setorial, bem como de direta repercussão em outros temas regulatórios, devendo, quando necessário, se sobrepor aos Projetos ordinários;

II - Urgente: iniciativas que merecem tratamento célere e prioritário, seja por risco na demora, seja pela existência de prazos e limites temporais previstos em lei, dentre outras possibilidades, devendo ter tratamento imediato; e,

III - Ordinário: todas as demais iniciativas.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que elabore semestralmente relatório de acompanhamento das iniciativas regulamentares constantes da Agenda ora aprovada.

Art. 3º Determinar à SPR que inclua, no último relatório de acompanhamento do ano de 2021, avaliação quanto à necessidade de readequação das iniciativas e metas constantes da Agenda, conforme o caso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 20/05/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação**, em 21/05/2020, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5518878** e o código CRC **4DD69B18**.

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA 2019-2020

TEMA: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Subtema: Modelo de prestação e ampliação do acesso

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação	Processo nº 53500.056574/2017-14 Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas - PGO, a elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes.					
2	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional	<p>Processo nº 53500.004083/2018-79</p> <p>Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). Este projeto inclui, ainda, a análise quanto à viabilidade de inserção no Edital das faixas de 3,3 a 3,4 GHz e 26 GHz e, se for o caso, a edição das alterações regulamentares necessárias.</p>	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
		Processo nº 53500.012164/2019-23					

3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais	Edital de Licitação para autorização das demais radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, com foco na operação por prestadores regionais.	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
4	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros	Processo nº 53500.024725/2019-37 Edital de Licitação para conferência de direitos de exploração de satélites brasileiros, visando possibilitar a continuidade do uso de recursos de órbita e espectro notificados em nome da Administração Brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como a ocupação de outras posições orbitais e faixas de frequências associadas de interesse do setor.	Urgente	Aprovação final	-	-	-

Subtema: Regras gerais de prestação de serviços

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		Processo nº 53500.056388/2017-85 Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens					

5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros. Inclui também a avaliação sobre a necessidade de se estabelecer regulamentação sobre indenização de bens reversíveis com vistas a criar as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina	Processo nº 53500.060032/2017-46 Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, tais como regras de qualidade, licenciamento, atendimento, dentre outros.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
		Processo nº 53500.078752/2017-					

		68					
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações	<p>Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência, em especial sobre aspectos que envolvam a interlocução entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os órgãos de segurança pública (bloqueio de Estações Móveis impedidas, interceptação de chamadas, quebra de sigilo, entre outros). Adicionalmente, o projeto visa a elaboração de análises e estudos sobre a necessidade ou não de regulamentação que possibilite a implementação de medidas de proteção e segurança das redes e serviços das operadoras de telecomunicações. A segurança das redes é hoje um dos grandes problemas da nova economia digital. São diversos os países que vem enfrentando os problemas relacionados à segurança cibernética e realizando grandes investimentos na busca da disponibilidade, confidencialidade e integridade das informações no ambiente cibernético. Como os dados trafegam em redes de telecomunicações cabe à Anatel atuar dentro de suas competências a fim de garantir e fiscalizar a proteção dessa</p>	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		primeira linha de frente, a exemplo de outros reguladores como FCC (EUA), Anacom (Portugal), KISA (Coréia do Sul), Ofcom (Reino Unido) que atualizam constantemente suas diretrizes.					
8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	<p>Processo nº 53500.040174/2018-78</p> <p>Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, em atenção ao estabelecido na Cláusula 3.2 dos modelos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados em 31 de dezembro de 2020 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.</p>	Prioritário	-	Aprovação final	-	-

Subtema: Direito dos consumidores

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		<p>Processo nº 53500.061949/2017-68</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014,</p>					

9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações	visando analisar pontos da regulamentação que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implantação do Regulamento - GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente.	Prioritário	-	Aprovação final	-	-
10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações	Processo nº 53500.033628/2018-54 Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 623, de 18 de outubro de 2013, visando aprimoramento de seu funcionamento, tendo em vista a experiência adquirida com os primeiros mandatos, encerrados em 2016.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-

TEMA: FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		Processo nº 53500.205186/2015-10 Detalhamento do					

11	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória	procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
12	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)	Processo nº 53500.012166/2019-12 Reavaliação da regulamentação sobre termos de ajustamento de conduta (TAC), em especial o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC), aprovado pela Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013, com vistas a aprimorar a atuação regulatória adotando-se modelo responsivo, em que o controle é proporcional à conduta do regulado.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

TEMA: GESTÃO ECONÔMICA DA PRESTAÇÃO

Subtema: Promoção da competição e resolução de conflitos

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
13	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.014686/2018-89</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, aprovada pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da Anatel e da Aneel.</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
14	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais	<p>Processo nº 53500.014835/2020-24</p> <p>Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais, nos termos das diretrizes metodológicas para definição de mercados relevantes e dos critérios para identificação de grupo com poder de mercado significativo, incluídas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e incluídas pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
15	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de	<p>Nova iniciativa regulamentar</p> <p>Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de</p>	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	-	Aprovação final

	nº 694, de 17 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.	novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.					
16	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.	Nova iniciativa regulamentar Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.	Ordinário	-	-	-	Relatório de AIR

Subtema: Preços e tarifas

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
17	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	Nova iniciativa regulamentar Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	-

		inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.					
--	--	---	--	--	--	--	--

TEMA: RECURSOS À PRESTAÇÃO

Subtema: Numeração

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
18	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços	Processo nº 53500.059950/2017-22 Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

Subtema: Espectro de radiofrequências

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		Processo nº 53500.015486/2016-81 Revisão da					

19	Reavaliação da Regulamentação da Banda S	regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
20	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	Processo nº 53500.054797/2018-28 Elaboração de regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV White Spaces, que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
21	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.	Processo nº 53500.044911/2018-10 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
22	Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	Processo nº 53500.012170/2019-81 Revisar a regulamentação da	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

		faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.					
23	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDF 2021).	<p>Processo nº 53500.012171/2019-25</p> <p>Atualização do PDF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários.</p>	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
24	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	<p>Processo nº 53500.012172/2019-70</p> <p>Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo. Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

		Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006					
25	Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku	<p>Processo nº 53500.012173/2019-14</p> <p>Atualização das faixas de frequências para as quais se aplica a norma a fim de facilitar a coordenação e a posterior entrada em operação de satélites operando nas faixas de frequências planejadas.</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
26	Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)	<p>Processo nº 53500.012175/2019-11</p> <p>Atualização do regulamento em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições aplicáveis a esses Regulamentos, alteração de determinados artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização.</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
	Reavaliação da	<p>Processo nº 53500.012177/2019-01</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução nº 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a</p>					

27	regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)	forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Processo nº 53500.012178/2019-47 Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
29	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.	Nova iniciativa regulamentar Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	-
	Atualização das atribuições e destinações do	Nova iniciativa regulamentar Atualização periódica					

30	Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).	Atualização periódica do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)	Ordinário	-	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final
----	---	---	-----------	---	------------------	------------------	-----------------

TEMA: FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		<p>Processo nº 53500.062704/2017-58</p> <p>Atualmente, a regulamentação dos tributos cobrados pela Anatel, realizada por meio das Resoluções nº 247/2000 e nº 255/2001, apresenta inconsistências com o texto legal e normas vigentes, além de não especificar solução jurídica para alguns dos problemas enfrentados pela área responsável pela arrecadação. As lacunas e inadequações na normativa atual se devem à existência de erros técnicos na elaboração do seu texto e ao grande lapso temporal transcorrido desde a sua edição (aproximadamente, 15 anos). A revisão completa dessas resoluções e sua posterior consolidação em um único instrumento normativo é absolutamente necessária, sob pena de aumentar o número de demandas judiciais envolvendo os tributos em questão e tornar ainda mais grave o quadro de insegurança jurídica ao qual estão submetidas as prestadoras e os agentes públicos responsáveis pela</p>					
31	Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de	Arrecadação de	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

	Receitas Tributárias da Anatel	arrecadação e processamento das demandas administrativas (PAFs). Além disso, deve-se considerar o fato de que a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, um dos tributos cuja cobrança compete à Agência, não foi regulamentada ainda. Portanto, à oportunidade de revisar as resoluções mencionadas soma-se a necessidade evidente de regulamentar a CFRP, com a elaboração de um único regulamento que contemple todos os tributos cuja capacidade tributária ativa foi atribuída à Anatel. Por fim, com as melhorias havidas na cobrança de tributos, é oportuno que se avalie a necessidade de manter ou não a previsão de caducidade para o caso de inadimplência de taxas do Fistel, considerando que a Anatel já dispõe de outros meios no exercício de suas atividades, dentre os quais o bloqueio da entidade nos sistemas para realização de operações indispensáveis à prestação do serviço.					
--	--------------------------------	---	--	--	--	--	--

TEMA: GESTÃO INTERNA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
32	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel	Processo nº 53500.052390/2017-85 Reavaliação do Regimento Interno da Anatel, conforme	Prioritário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-

		diretrizes constantes da Portaria nº 1.701, de 8 de dezembro de 2016					
33	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs	<p>Processo nº 53500.017117/2019-76</p> <p>Revisão da estrutura e regimento interno, incluindo seus os procedimentos operacionais, das Comissões Brasileiras de Comunicações estabelecidos por meio da Resolução 347, de 22 de agosto de 2003. Devido à participação ampliada de diversos setores da sociedade nas atividades das CBCs e do reiterado interesse de participação do Conselho Diretor nas discussões mantidas nas Comissões, é preciso reavaliar a referida Resolução de forma a atualizá-la e agregar possíveis novos elementos possibilitados pelo processo de revisão no âmbito da agenda regulatória.</p>	Ordinário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-
34	Reorganização dos Colegiados da Anatel	<p>Processo nº 53500.016190/2019-21</p> <p>Recriação dos colegiados instituídos por atos da Agência que ainda guardam relação com suas atividades finalísticas e a extinção expressa dos demais, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.</p>	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

TEMA: SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022

35	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.059638/2017-39</p> <p>A convergência das redes e serviços de telecomunicações tem se tornado uma realidade cada vez mais presente no setor. Diversos serviços são oferecidos por meio de uma mesma plataforma, ou pelo menos na forma de ofertas conjuntas (ainda que por plataformas distintas). Nesta linha, a regulamentação tem também convergido a fim de tratar cada temática de maneira única para os diversos serviços. Exemplos recentes são a regulamentação sobre direitos de consumidores de serviços de telecomunicações, editada pela Agência em 2014, e de qualidade destes serviços, atualmente em unificação na Agência, além da regulamentação afeta à competição que já traz uma natureza transversal aos diferentes serviços de telecomunicações. Ato contínuo, os regulamentos dos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, em especial os quatro maiores, também devem evoluir neste sentido, simplificando e unificando tais regras no que for possível.</p>	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
		Processo nº 53500.012180/2019-16					

36	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)	Avaliação com relação à necessidade ou não de revogação de diversos dispositivos normativos cujo escopo não esteja incluído em outras iniciativas da presente Agenda Regulatória.	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
----	--	---	-----------	---	-----------------	---	---

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5518878

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

MINUTA DE CONSULTA PÚBLICA

O [DIGITE AQUI O NOME DO CARGO] DA AGÊNCIA NACIONAL TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), pelo [art. 42](#) da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo [art. 67](#) do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou por meio [DIGITE AQUI CIRCUITO DELIBERATIVO E/OU REUNIÃO Nº E DATA] submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.014780/2020-52, a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23h59 do dia [DIGITE AQUI A DATA].

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 20/05/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação**, em 21/05/2020, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5518888** e o código CRC **58FA8365**.

MATÉRIA PARA APRECIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 630/2020

PROCESSO Nº 53500.014780/2020-52

INTERESSADO: CONSELHO DIRETOR DA ANATEL - CD

1. EMENTA

1.1. Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Plano Estratégico da Anatel 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

2.2. Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

2.3. Processo de regulamentação no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Portaria n.º 927, de 5 de novembro de 2015;

2.4. Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, aprovada por meio da Portaria nº 542, de 26 de março de 2019 (SEI nº 3964072) e atualizada por meio da Portaria nº 278, de 6 de março de 2020 (SEI nº 5306659), ambas do Conselho Diretor; e

2.5. Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5600347).

3. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

3.1. Trata-se de proposta de Agenda Regulatória para o período de 2021 a 2022, elaborada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), em conformidade com o Plano Estratégico da Anatel 2015-2024 e com o processo de regulamentação no âmbito da Anatel.

3.2. A proposta foi elaborada conforme Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5600347), devendo ser encaminhada ao Conselho Diretor para aprovação de Consulta Pública.

3.3. Cumpre destacar que, conforme apontado no supracitado Informe, as iniciativas normativas propostas para o biênio 2021-2022 estão alinhadas aos objetivos estratégicos de resultado da Agência, sem prejuízo de metas a serem estabelecidas no planejamento tático pelo Conselho Diretor.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS

4.1. Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5600347);

4.2. Planilha eletrônica com o detalhamento da construção da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5488162); e

4.3. Minuta de Portaria com a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5518878).

5. PROPOSTA

5.1. Propõe-se o encaminhamento da proposta de Consulta Pública sobre a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 para deliberação do Conselho Diretor.

5.2. Encaminhe-se o presente processo ao Superintendente Executivo para posterior envio à deliberação do Conselho Diretor.

5.2.1. Nos termos do Regimento Interno, a presente matéria deverá ser objeto de sorteio

para sua distribuição ao Conselheiro relator.

Segue o presente documento assinado pelo Superintendente/Chefe de órgão vinculado à Presidência Executiva.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 02/06/2020, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5601892** e o código CRC **339AD550**.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHO ORDINATÓRIO

Processo nº 53500.014780/2020-52

Interessado: CONSELHO DIRETOR DA ANATEL - CD

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições dispostas no art. 173, inciso VII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), após avaliação do Processo em epígrafe, encaminha a Matéria para apreciação do Conselho Diretor nº 630/2020 (SEI nº 5601892) à Secretaria do Conselho Diretor (SCD).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Crosara Ikuma Rezende, Superintendente Executivo**, em 03/06/2020, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5616995** e o código CRC **5E8DD702**.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5616995

Processo:

53500.014780/2020-52 - Planejamento Estratégico: Agenda Regulatória

Data da Distribuição:

04/06/2020 10:07:35

Colegiado:

Conselho Diretor (CD)

Composição do Colegiado:

Leonardo Euler de Moraes (PR)

Vicente Bandeira de Aquino Neto (VA)

Emmanoel Campelo de Souza Pereira (EC)

Moisés Queiroz Moreira (MM)

Carlos Manuel Baigorri (CB)

Relator:

Vicente Bandeira de Aquino Neto (VA)

ANÁLISE Nº 153/2020/VA

Processo nº 53500.014780/2020-52

Interessado: CONSELHO DIRETOR DA ANATEL - CD

CONSELHEIRO

VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO

1. ASSUNTO

Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

2. EMENTA

CONSULTA PÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. AGI REGULATÓRIA PARA O BIÊNIO 2021-2022. PRÁTICA DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE. AJUSTES À PROPOSTA. SUBMISSÃO AO PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA PC (TRINTA) DIAS.

1. A Agenda Regulatória é um importante instrumento de gestão adotado pela Agência para a consecução de sua missão institucional de desenvolver o setor de telecomunicações e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços à população.

2. A Agenda relaciona as principais iniciativas regulatórias e regulamentares que ocuparão a agenda do Órgão Regulador nos dois anos seguintes a sua aprovação, conferindo maior transparência pública, previsibilidade e eficiência na atuação da Agência.

3. A submissão da proposta de Agenda Regulatória ao procedimento de Consulta Pública, apesar de não ser obrigatória em virtude de inexistência de previsão regulamentar ou legal, é importante medida de transparência e participação da sociedade, na medida em que externa o planejamento normativo da Agência, constituindo prática recorrente em sua elaboração.

4. A aprovação de novos Regulamentos e a consolidação de iniciativas regulamentares deram causa a ajustes da proposta encaminhada pela Área Técnica.

5. Pela realização de Consulta Pública, por 30 (trinta) dias, para submeter a proposta ajustada da Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 às críticas e sugestões do público em geral, nos termos regimentais.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Lei 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras e altera diversos diplomas legais (Lei das Agências).

3.2. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado e altera diversos diplomas legais (Lei da Liberdade Econômica).

3.3. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

3.4. Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de

2013.

3.5. Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015, que aprovou o Plano Estratégico da Anatel 2015-2024.

3.6. Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, que dispõe sobre o processo de regulamentação no âmbito da Anatel.

3.7. Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, que aprovou a Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020.

3.8. Portaria nº 1.371, de 30 de julho de 2019, que inseriu a iniciativa 49 na Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020.

3.9. Portaria nº 1.824, de 9 de setembro de 2019, que inseriu a iniciativa 50 na Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020.

3.10. Acórdão nº 608, de 12 de novembro de 2019, que alterou as metas para a iniciativa nº 38 da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020.

3.11. Portaria nº 278, de 06 de março de 2020, que atualizou as metas para o ano de 2020 da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020.

4. RELATÓRIO

4.1. Trata-se da submissão à Consulta Pública, para colher comentários e contribuições da sociedade, da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, elaborada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) em colaboração com as demais Superintendências da Agência.

4.2. Por meio do Informe nº 79/2020/SEI/PRRE/SPR, de 2 de junho de 2020 (SEI nº 5600347), a SPR apresentou proposta de Agenda Regulatória para o próximo biênio, acompanhada de minuta de Portaria (SEI nº 5518878) e minuta de Consulta Pública (SEI nº 5518888).

4.3. Na mesma data, a SPR exarou a Matéria para apreciação do Conselho Diretor nº 630/2020 (SEI nº 5601892).

4.4. Após revisão formal, a Superintendente Executiva remeteu os autos à Secretaria do Conselho Diretor (SCD) para distribuição, conforme Despacho Ordinatório SEI nº 5616995, de 3 de junho de 2020.

4.5. Fui sorteado relator da matéria em 4 de junho de 2020 (Certidão SEI nº 5620944).

4.6. É o breve relatório.

5. FUNDAMENTAÇÃO

5.1. Trata-se da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2020-2021, a ser submetida às críticas e sugestões do público em geral mediante o procedimento de Consulta Pública.

I - A Agenda Regulatória como instrumento de gestão

5.2. A Agenda Regulatória é um importante instrumento adotado pela Anatel para a consecução de sua missão institucional de desenvolver o setor de telecomunicações e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços à população, ao relacionar as principais iniciativas regulatórias e regulamentares que ocuparão a agenda da Agência nos 2 (dois) anos seguintes à sua aprovação.

5.3. Além de propiciar um caráter de estabilidade e de previsibilidade aos agentes regulados e ao público em geral, tal ferramenta possibilita também uma melhora no planejamento, na coordenação e no controle das tarefas executadas internamente, direcionando recursos e esforços para onde são mais necessários e produzem resultados mais relevantes.

5.4. Trata-se de instrumento de gestão interna, cuja submissão à Consulta Pública não se

enquadra na obrigatoriedade prevista no art. 62 do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e do art. 9º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 (Lei das Agências), como se pode compreender de sua leitura:

Regimento Interno da Anatel (RIA)

"Art. 62. Os atos de caráter normativo da Agência serão expedidos por meio de Resoluções, de competência exclusiva do Conselho Diretor, observado o disposto nos [arts. 59 e 60](#), relativos aos procedimentos de Consultas Pública e Interna, respectivamente.

*Parágrafo único. Os atos de caráter normativo a que se refere o **caput**, salvo em situações expressamente justificadas, deverão ser precedidos de Análise de Impacto Regulatório."*

.....

Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019

*"Art. 9º **Serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.***

*§ 1º A consulta pública é o instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual a sociedade é consultada previamente, por meio do envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados, sobre **proposta de norma regulatória** aplicável ao setor de atuação da agência reguladora.(...)" (grifou-se)*

5.5. Entretanto, esta Agência tem optado por submeter as últimas propostas de Agenda Regulatória ao procedimento de Consulta Pública, constituindo prática de transparência e publicidade, na medida em que externa o planejamento normativo da Anatel para o biênio vindouro à participação da sociedade, prática louvável à qual me alinho.

II - Da competência do Conselho Diretor

5.6. De acordo com o RIA, as competências do Conselho Diretor sobre o procedimento de Consulta Pública e a Agenda Regulatória são os seguintes:

"Art. 59. A Consulta Pública tem por finalidade submeter minuta de ato normativo, documento ou matéria de interesse relevante, a críticas e sugestões do público em geral.

*§ 1º **A Consulta Pública pode ser realizada pelo Conselho Diretor ou pelos Superintendentes, nas matérias de suas competências.***

(...)

Art. 133. São competências do Conselho Diretor, sem prejuízo de outras previstas na Lei nº 9.472/1997, no Regulamento da Agência e na legislação aplicável:

(...)

*LV - **expedir Consulta Pública;***

(...)

*LXIII - **aprovar a Agenda Regulatória da Anatel;**" (grifou-se)*

5.7. Resta clara a competência deste Conselho Diretor para expedir Consultas Públicas,

assim como aprovar a Agenda Regulatória.

III - Da elaboração da minuta de Agenda Regulatória

5.8. A Portaria nº 927, de 5 de novembro de 2015, dispõe sobre o processo de regulamentação no âmbito da Agência, estabelecendo as regras e etapas a serem cumpridas nos procedimentos normativos, incluindo os procedimentos para elaboração, revisão, implementação e monitoramento da regulamentação.

5.9. Especificamente quanto à elaboração e aprovação da Agenda Regulatória, a Portaria estabelece o seguinte:

*"Art. 9º Caberá à SPR, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, submeter à aprovação do Conselho Diretor proposta de Agenda Regulatória da Anatel **até 30 de novembro** do ano anterior ao de início de sua vigência.*

*§ 1º A Agenda Regulatória reunirá as ações regulatórias prioritárias da Agência para um **período de 2 (dois) anos** e estabelecerá as **prioridades e prazos** para cada **projeto de regulamentação** previsto.*

§ 2º A elaboração da Agenda Regulatória observará, no que couber, os princípios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

*§ 3º A Agenda Regulatória deverá ser **aprovada até 31 de março** do primeiro ano de vigência."* (grifou-se)

5.10. Tratando-se de proposta de submissão, ainda que não obrigatória, ao procedimento de Consulta Pública, a SPR encaminhou ao Conselho Diretor as minutas da Agenda Regulatória em tempo considerado suficiente para a apreciação do Colegiado e da sociedade. Nos termos dessa Superintendência no Informe nº 79/2020/SEI/PRRE/SPR (SEI nº 5600347):

"3.9. Como se vê, os prazos de 30 de novembro e 31 de março são limites máximos, sendo desejável que sejam antecipados no que for possível para possibilitar mais tempo para o debate no Conselho Diretor e também pela sociedade durante a Consulta Pública. Por este motivo, esta SPR optou por enviar a presente proposta de Agenda ao Conselho Diretor com antecedência de mais de quatro meses em relação à data limite prevista."

5.11. A Portaria nº 927/2015 também prevê a necessária adequação de cada Projeto de Regulamentação ao Plano Estratégico em vigor e sua aprovação pelo Conselho Diretor via Agenda Regulatória, salvo em situações excepcionais e urgentes, a saber:

"Art 7º Aventada a necessidade de alteração do arcabouço normativo da Agência, as Superintendências poderão, ouvida a SPR, propor ao Conselho Diretor Projeto de Regulamentação com tal finalidade

§1º O Conselho Diretor poderá determinar à SPR ou a outra Superintendência a formulação de projeto de regulamentação sobre tema específico.

§2º Todo Projeto de Regulamentação deverá ser submetido à aprovação do Conselho Diretor via Agenda Regulatória ou na forma do disposto no art. 8º desta Portaria.

.....

Art 8º A Superintendência proponente, em conjunto com a SPR, formatará o escopo do Projeto de Regulamentação, contendo, no mínimo:

I - identificação e descrição do problema;

II - fundamento preliminar da necessidade de intervenção por meio de

regulamentação;

III - compatibilidade com o Plano Estratégico em vigência;

IV - grupos afetados pela implementação do Projeto; e,

V - resultados esperados.

§ 1º As propostas serão agrupadas e submetidas ao Conselho Diretor em intervalos trimestrais, **salvo em situações excepcionais e urgentes, quando a submissão poderá ser realizada a qualquer momento e de maneira individualizada.**

(...)

§ 3º **A compatibilidade com a estratégia da Agência será demonstrada ao se relacionarem os resultados esperados do Projeto com objetivos e indicadores específicos definidos no Plano Estratégico em vigor.**

§ 4º **É compatível com o Plano Estratégico todo projeto incluído na Agenda Regulatória.**

§ 5º **Caso seja aprovado Projeto de Regulamentação não presente na Agenda Regulatória, o Conselho Diretor indicará a prioridade de seu tratamento, diretrizes e eventual impacto sobre o cronograma da Agenda Regulatória. (...)**" (grifou-se)

5.12. A SPR acerta ao encaminhar a presente proposta de Agenda Regulatória 2012-2022 ao Conselho Diretor para submissão ao Procedimento de Consulta Pública com antecedência suficiente para examinar as contribuições da sociedade e posterior aprovação final, que deve ocorrer nos prazos do art. 9º da Portaria nº 927/2015.

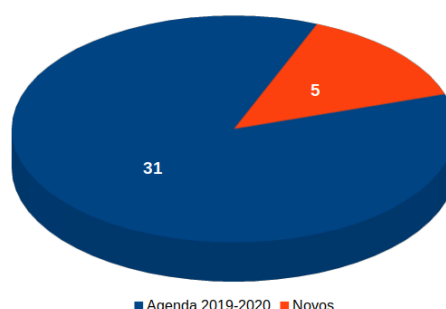
IV - Da proposta de ações regulamentares da SPR

5.13. No Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº600347), a Área Técnica destacou que a proposta tem 2 (duas) origens:

"3.15. Neste sentido, as iniciativas constantes da presente proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 têm essencialmente duas origens:

- A continuação das iniciativas constantes da Agenda 2019-2020 ainda não finalizadas, iniciativas estas que estavam atreladas ao planejamento tático da Agência para os anos de 2019 e 2020;
- Novas iniciativas regulamentares mapeadas pelas áreas internas da Anatel conforme consta nos autos do presente processo." (grifos no original)

5.14. Do total de **36** (trinta e seis) iniciativas propostas, a Superintendência destacou que **31** (trinta e uma) delas são advindas da Agenda Regulatória 2019-2020 e **5** (cinco) seriam novas. Em termos relativos, pouco mais que **86%** (oitenta e seis por cento) das iniciativas são continuação de projetos da atual Agenda:



5.15. Passando ao exame das iniciativas propostas, analisarei inicialmente o tratamento dado pela Área Técnica àquelas que se originaram de determinações deste Colegiado.

V - Das propostas de iniciativas com origem no Conselho Diretor

V.1 - Do Processo nº 53524.000149/2019-64

5.16. Cuida-se da avaliação da conveniência e oportunidade de se alterar a regulamentação para se dispensar a apresentação de certidão de regularidade junto à Fazenda Federal quando o interessado na obtenção da Autorização para Exploração de Serviço for pessoa jurídica de direito público interno e prestador de serviço de interesse público, nos termos do Despacho Ordinatório SEI nº 5166043, proferido por este Colegiado nos autos do Processo nº 53524.000149/2019-64:

"Despacho Ordinatório

Processo nº 53524.000149/2019-64

Interessado: Minas Gerais Gabinete Militar do Governador

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de homologação do Despacho Decisório nº 16/2019/ORLE/SOR, de 8 de fevereiro de 2018 (SEI nº 3802302), decidiu, por meio do Circuito Deliberativo nº 11, de 27 de janeiro de 2020, tendo por fundamento a Análise nº 9/2020/VA (SEI nº 5124609):

(...)

c) determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que avalie, em autos apartados, a conveniência e oportunidade de se alterar a regulamentação, a fim de se dispensar a apresentação de certidão de regularidade junto à Fazenda Federal quando o interessado na obtenção da Autorização para Exploração de Serviço for pessoa jurídica de direito público interno e prestador de serviço de interesse público."

5.17. Nos termos da SPR, no processo em questão, *"a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) determinou a expedição, de forma cautelar, de licenças de funcionamento de estações associadas ao Serviço Limitado Móvel Aeronáutico (SLMA) em favor do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de 12 (doze) meses, sem o preenchimento do requisito de regularidade junto à Fazenda Federal. Tal exigência, à época, constava do artigo 9º do Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, aprovado por meio da Resolução nº 651, de 13 de abril de 2015. Ocorre que o referido artigo foi revogado por meio da Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, que aprovou o Regulamento Geral de Outorgas e ainda entrará em vigor. Neste sentido, entende-se que a questão já se encontra devidamente resolvida, não sendo necessária a inclusão de item específico sobre isso."*

5.18. De fato, consta da Resolução nº 720/2020 a revogação do art. 9º o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimos, aprovado pela Resolução nº 651, de 13 de abril de 2015.

5.19. Examinando-se a questão, verifico que o Regulamento Geral de Outorgas (RGO) dispensa a apresentação de regularidade junto à Fazenda Federal quando trata de autorizações de serviços de telecomunicações de interesse restrito, como deve ser o caso das pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços de interesse público como segurança.

5.20. Considero o entendimento da Área Técnica acertado.

V.2 Do Processo nº 53500.014739/2018-61

5.21. Trata-se da necessidade de reavaliação da Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, no âmbito das iniciativas regulatórias que deverão ser promovidas com a edição do novo marco legal de telecomunicações, advindo da Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019 (Despacho Ordinatório SEI nº 4872575).

5.22. A SPR observou que o Conselheiro Relator Emmanoel Campelo de Souza Pereira do Processo nº 53500.014739/2018-61 afastou alegações no sentido de que a *"Resolução nº 101/99 não se amolda em diversas situações cotidianas das prestadoras de satélite no Brasil nem se mostra adequada ou proporcional à apuração de eventuais operações por elas realizadas em níveis superiores de sua cadeia de controle, especialmente quando ocorridas no exterior, razão pela qual deve ela ser interpretada de acordo com as peculiaridades de cada caso"*. Optou-se, naquele momento, por se incluir determinação para avaliar a necessidade de reavaliação do Regulamento aprovado pela Resolução nº 101/1999 com a edição da Lei nº 13.879/2019, nos termos do Acórdão nº 595, de 11 de novembro de 2019 (SEI nº 4872185), do qual se extrai a seguinte ementa:

"Acórdão nº 595, de 11 de novembro de 2019

Processo nº 53500.014739/2018-61

Recorrente/Interessado: HISPAMAR SATÉLITES S.A.

CNPJ nº 04.568.354/0001-98

Conselheiro Relator: Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Fórum Deliberativo: Reunião nº 879, de 7 de novembro de 2019

EMENTA

TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SEM ANUÊNCIA PRÉVIA DA ANATEL. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 101/99. RETIRADA DE SÓCIO EQUIPARADA A CONDIÇÃO DE CONTROLADORA, NOS TERMOS DE REGULAMENTAÇÃO. NECESSIDADE DE REAVALIAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 101/99 ANTE A APROVAÇÃO DE NOVO MARCO REGULATÓRIO.

1. Nos termos da Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, é considerada controladora pessoa jurídica que participe ou indique pessoa para membro de Conselho de Administração. A operação que envolva alteração de controle deve ser submetida à anuência prévia desta Agência.

2. Determinação à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) para que avalie a necessidade de reavaliação da Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, no âmbito das iniciativas regulatórias que deverão ser promovidas com a edição do novo marco legal de telecomunicações, advindo da Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019."
(grifou-se)

5.23. A Área Técnica entende que os dispositivos da Lei nº 13.879/2019 que carecem de regulamentação pela Agência já se encontram endereçados em diversos itens da atual Agenda Regulatória e que continuarão a sê-lo no biênio 2021-2022. Caso surja necessidade de alteração da Resolução nº 101/1999, a partir de algum desses projetos de regulamentação, caberá neles se propor a solução.

5.24. Assim, a Área Técnica concluiu que não seria necessária a inclusão de item específico para se reavaliar a Resolução nº 101/1999.

5.25. Entendo que a Área Técnica se propôs a tratar da reavaliação da Resolução nº 101/1999 pontualmente, caso os projetos da Agenda Regulatória assim o exijam.

5.26. Julgo não haver prejuízo de assim se proceder neste caso.

V.3 - Do Processo nº 53500.016190/2019-21

5.27. Cuida-se da Instauração de processo com o intuito de reavaliar o Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações - C-INI, em atendimento ao Despacho Ordinatório SEI nº 5395911, proferido nos autos do Processo nº 53500.016190/2019-21:

"Despacho Ordinatório

Processo nº 53500.016190/2019-21

Interessado: Agência Nacional de Telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de Reorganização dos Colegiados da Anatel, previsto no item nº 50 da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, decidiu, em sua Reunião nº 882, de 5 de março de 2020, tendo por fundamento a Análise nº 33/2020/MM (SEI nº 5238617):

(...)

b) determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que:

b.1) instaure processo com o intuito de reavaliar o Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI); e,

(...)"

5.28. A SPR entende ser *"estrategicamente interessante reavaliar o Regimento do C-INI no âmbito do item 50"* da atual Agenda Regulatória, que trata da reorganização dos Colegiados da Anatel, posto que C-INI inclui-se nos colegiados que estão sendo recriados pela proposta. A seu ver, tratar do assunto em processo apartado poderia retardar sua operacionalização.

5.29. Tenho a opinião que a recriação do C-INI restabelecerá importante fórum para discussão e acompanhamento das políticas públicas de telecomunicações, principalmente aquelas relacionadas à ampliação das redes de fibra óptica e do Serviço Móvel Pessoal (SMP), ainda mais na proximidade da quinta geração das telecomunicações celulares (5G).

5.30. O Processo de Reorganização dos Colegiados encontra-se em fase de relatoria pós Consulta Pública, no Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo, conforme Certidão SEI nº 5676241, isto é, em momento processual avançado. Em que pese ao fato de discussão a ser realizada no âmbito daquele processo, entendo que não seria conveniente agrupar a discussão do Regimento Interno do C-INI, em momento processual ainda inicial.

5.31. Dessa forma, proponho, de forma diversa da sugerida pela Área Técnica, a inclusão de item específico para tratar da reavaliação do Regimento Interno do C-INI. Para fins de submissão ao procedimento de Consulta Pública, inicialmente sugiro que a iniciativa possua a prioridade "ordinária" e meta de "Relatório de AIR" para o primeiro semestre de 2021, devendo-se reajustar a prioridade e as metas à luz das contribuições da sociedade e das decisões tomadas no âmbito do processo de recriação de colegiados.

V.4 - Do Processo nº 53500.054416/2017-20

5.32. Refere-se à avaliação da elaboração de um único instrumento normativo para regulamentar todos os preços cobrados pela Agência, submetendo-os, na medida do possível e de acordo com as finalidades a que se destinam, às mesmas normas, de modo a evitar a multiplicidade de regramentos sobre a matéria, em cumprimento ao Despacho Ordinatório SEI nº 3011033, exarado

"Despacho Ordinatório

Processo nº 53500.054416/2017-20

Interessado: Exploradoras de Satélites, Prestadoras de Serviços de Telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de submissão a Consulta Pública da regulamentação sobre preço público a ser cobrado pelo Direito de Exploração de Satélite - RPPDES, decidiu, em sua Reunião nº 855, de 26 de julho de 2018, tendo por fundamento a Análise nº 106/2018/SEI/EC (SEI nº 2911531), com os acréscimos propostos pelo Conselheiro Leonardo Euler de Moraes, nos termos do Voto nº 15/2018/SEI/LM (SEI nº 2959840), bem como os acréscimos propostos pelo Presidente Juarez Quadros do Nascimento por meio de voto oral: a) disponibilizar, no sítio eletrônico da Agência, juntamente com a minuta de Resolução, os documentos arrolados nos itens 3.1 a 3.9 da referida análise, bem como a análise e os demais votos proferidos no âmbito do Conselho Diretor; b) determinar às Superintendências de Planejamento e Regulamentação (SPR) e de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) que, após a conclusão do procedimento de Consulta Pública, tomem as medidas necessárias no sentido de integrar as regras pertinentes à precificação e cobrança de Preços Públicos de outorgas, objeto do processo em epígrafe, à proposta de Regulamento Geral de Outorga, constante dos autos do Processo nº 53500.014706/2016-50; e, c) **determinar à área técnica que envide esforços para, objetivando simplificar as normas a que o setor está submetido, avalie a futura elaboração de um único instrumento normativo para regulamentar todos os preços cobrados pela Agência, submetendo-os, na medida do possível e de acordo com as finalidades a que se destinam, às mesmas normas, de modo a evitar a multiplicidade de regramentos sobre a matéria.**" (grifou-se)

5.33. Referido processo tratou da edição do Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite, que se deu por meio da Resolução nº 702, de 1º de novembro de 2018.

5.34. De acordo com a SPR, no relatório de AIR daquele Processo de nº 53500.054416/2017-20, analisou-se devidamente a questão da consolidação de algumas normas e optou-se por manter os instrumentos normativos separados, o que não significaria haver multiplicidade de regramentos ou inconsistência regulatória. Os regulamentos afetos que foram recentemente atualizados, segundo a Área Técnica, guardam a devida coerência e consistência entre si, fruto do esforço que a Agência vem desempenhando neste sentido desde 2013, quando se reestruturou com a aprovação do atual Regimento Interno.

5.35. Além disso, a Área Técnica aduz que, no Processo nº 53500.009500/2020-94, que trata das determinações constantes no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o qual, por sua vez, dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, tais instrumentos já se encontram consolidados em granularidade adequada. Referido processo encontra-se aguardando o opinativo da Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE-Anatel) e posteriormente será encaminhado a este Conselho.

5.36. Dessa forma, a Área Técnica não julga necessária a inclusão deste item específico na Agenda Regulatória.

5.37. Entendo que deve ser acolhida a proposta da Área Técnica. Caso o Conselho Diretor venha a decidir de forma diversa no Processo nº 53500.009500/2020-94, deve-se, com as devidas diretrizes, determinar a inclusão de nova iniciativa na Agenda Regulatória ou processá-la na forma do art. 8º da Portaria nº 927/2015.

V.5 - Do Processo nº 53500.058462/2018-89

5.38. O **Processo nº 53500.058462/2018-89** cuidou da reavaliação das taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações, o qual este Conselho Diretor, na 883ª Reunião do Conselho Diretor, ocorrida em 30 de abril de 2020, optou por arquivar por extinção de finalidade, como registrado na ementa do Voto nº 36/2020/PR (SEI nº5474571), de lavra do Presidente Leonardo Euler de Moraes:

*"4.47. Assim, dado que a temática relatada é **urgente** e complexa, e sua importância tem sido diuturnamente enfatizada nos posicionamentos públicos deste Conselheiro, inclusive em fóruns técnicos e acadêmicos, e, ainda, considerando o patrimônio intelectual e documental subscrito ao debate posto, **considero razoável dar continuidade ao trabalho** de modo a suprimir os riscos de imprecisão, mitigar o impacto regulatório e arrecadatário, e assegurar máxima higidez aos trâmites processuais definidos em Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Res. nº 612/2013. Ademais, será uma oportunidade para restaurar o debate junto às autoridades fiscais, titulares axiomáticos da matéria aqui proposta.*

*4.48. Nesses termos, proponho **arquivar o presente processo, vez que extinta sua finalidade**, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999, e **determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR que, com base nas informações contidas nos autos deste processo, avalie a pertinência de se readequar o escopo original do item 9 da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2017-2018, prevista na Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2018, aprovada pelo Colegiado da Anatel, para, após juízo de conveniência e oportunidade, propor a sua inserção em nova edição da agenda regulatória, como item autônomo, e com os respectivos cronogramas de elaboração de Análise de Impacto, Consulta Pública e debates juntos à sociedade.**" (grifos nossos)*

5.39. Sobre a inserção de nova iniciativa na Agenda Regulatória 2021-2022, a SPR aduz que, haja vista que se trata de uma decisão recente, *"não vislumbramos por hora motivações que justifiquem agora sua inserção na Agenda Regulatória, o que não prejudica sua inclusão no futuro".*

5.40. Como bem apontado no Voto nº 36/2020/PR (SEI nº5474571), o tema é urgente e complexo, e entendo que o fato de o Processo nº 53500.058462/2018-89 ter sido recentemente decidido não se consubstancia em razão para não se inserir o tema na Agenda Regulatória 2021-2020.

5.41. Dessa forma, sugiro a inclusão desse item para apreciação da sociedade no procedimento de Consulta Pública. Inicialmente, sugiro que tal iniciativa seja classificada como "prioritária" e tenha a meta de entrega de AIR para o primeiro semestre de 2021, entendendo-se que tais disposições estão sujeitas a ajustes baseados nas contribuições obtidas na Consulta Pública.

V.6 - Do Processo nº 53500.059950/2017-22

5.42. Trata-se de determinação, exarada no âmbito do processo que trata da proposta de Regulamento de Numeração de Serviços de Telecomunicações (SEI nº53500.059950/2017-22), para que: (i) se iniciem estudos para a supressão do Código de Seleção de Prestadora (CSP), nos termos apresentados no Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) (SEI nº3434249), de forma a alinhá-la ao andamento do projeto relativo à Reavaliação do Regime e Escopo dos Serviços de

Telecomunicações; e (ii) se incluam as constatações trazidas no Subtema 2.1 do Relatório de AIR (SEI nº 3434249), relativo à numeração para SCM, no escopo do Projeto nº 53500.059638/2017-39, item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, que trata da simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, nos termos do Despacho Ordinatório SEI nº 5509473:

"Despacho Ordinatório

Processo nº 53500.059950/2017-22

Interessado: Agência Nacional de Telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de Regulamento de Numeração de Serviços de Telecomunicações, constante do item 25 da Agenda Regulatória 2019-2020, decidiu, em sua Reunião nº 883, de 30 de abril de 2020, tendo por fundamento a Análise nº 31/2020/EC (SEI nº 5214486), determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que:

a) conjuntamente com as demais áreas afetas ao tema, inicie os estudos para a supressão do Código de Seleção de Prestadora (CSP), nos termos apresentados no Relatório de Análise de Impacto Regulatório (SEI nº 3434249), de forma a alinhá-la ao andamento do projeto relativo à Reavaliação do Regime e Escopo dos Serviços de Telecomunicações;

b) inclua, caso já não o esteja, as constatações trazidas no Subtema 2.1 do Relatório de Análise de Impacto Regulatório (SEI nº 3434249) no escopo do Processo nº , referente ao item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020;

(...)"

5.43. Quanto aos estudos para supressão do CSP, a SPR informa que os estudos serão iniciados pelas Superintendências afetas. O Corpo Técnico, considerando que a situação atual do projeto de reavaliação do regime e do escopo dos serviços de telecomunicações (item 1 da Agenda Regulatória 2019-2020), e o tempo que decorrerá para a efetiva adaptação após a aprovação de tal regulamentação, também afirmou que não se vislumbra a necessidade de inserção de projeto específico na Agenda Regulatória 2021-2022, o que deverá acontecer futuramente.

5.44. Quanto à inclusão das constatações do Subtema 2.1 do Relatório de AIR (SEI nº 3434249), a Área Técnica afirmou que as constatações serão incluídas no item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, com meta de finalização de Análise de Impacto Regulatório e proposta no segundo semestre de 2020.

5.45. O processo de Reavaliação do Regime e Escopo dos Serviços de Telecomunicações contempla, conforme sua descrição (item 1 da presente minuta), "a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas - PGO, a elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes", e tem sua aprovação final prevista para o primeiro semestre de 2021.

5.46. A Área Técnica, considerando o adiantado do processo da referida reavaliação, assim como o posterior prazo que será necessário para efetiva adaptação dos instrumentos de outorgas, aponta não haver necessidade de inserção de um projeto para a supressão do CSP na Agenda Regulatória, preferindo-o fazer posteriormente, em futura revisão, ou ainda em Agenda Regulatória subsequente. Não tenho objeções ao procedimento proposto pela Área Técnica, entendendo que há prazo suficiente para fazê-lo até a adaptação dos instrumentos de outorgas.

V.7 - Do Processo nº 53500.035584/2018-05

5.47. Cuida-se do estudo do Relatório de Atividades da Ouvidoria (SEI nº3919972) quando da elaboração da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, nos termos do item "a" Despacho Ordinatório - SEI nº 3964760, exarado no bojo do Processo nº 53500.035584/2018-05:

"O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, decidiu, em sua Reunião nº 867, de 21 de março de 2019, tendo por fundamento a Análise nº 18/2019/VA (SEI nº 3803453), com os acréscimos propostos oralmente pelo Conselheiro Anibal Diniz:a) determinar à Área Técnica que estude o teor do Relatório de Atividades OV SEI nº 3919972 quando da elaboração da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022;" (sublinhou-se)

5.48. A Área Técnica transcreveu as conclusões do Relatório de Atividade da Ouvidoria em seu Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5600347):

"6. CONCLUSÕES

6.1. Considerando a elaboração da Agenda Regulatória como importante instrumento de gestão que confere maior publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência para o processo regulatório, possibilitando o acompanhamento pela sociedade e dos entes regulados dos compromissos pré-estabelecidos pelo órgão regulador;

6.2. Considerando a importância da participação social no processo de melhoria da qualidade regulatória de uma Agência Reguladora, seja pelo caráter de controle social, seja para subsidiar a Agência de dados e informações relevantes ao processo regulatório;

6.3. Considerando o atual estágio de Acompanhamento e Planejamento das atividades da Agência, especialmente o Plano Operacional (Tático);

6.4. Considerando a garantia de maior segurança jurídica, transparência e previsibilidade ao processo.

6.5. A Ouvidoria, com base em todo exposto acerca da elaboração da Agenda Regulatória 2019-2020 e do processo de elaboração e acompanhamento da Agenda Regulatória de maneira geral, recomenda que:

6.5.1. A Agenda Regulatória da Anatel seja publicada anualmente, com horizonte de 4 (quatro) anos, sendo o instrumento para apontar as ações temáticas que estão em estudo e/ou elaboração, objeto do planejamento tático, para alcance dos objetivos estratégicos, e

6.5.2. Seja publicado o Plano Anual de Regulamentação, listando as ações da Agenda Regulatória que encerrar-se-ão naquele ano.

6.6. Desta forma a Ouvidoria deseja, através das considerações abordadas neste Relatório, contribuir para o aprimoramento do processo de elaboração da Agenda Regulatória da Anatel." (grifos da Área Técnica)

5.49. A SPR argumentou que a elaboração da Agenda Regulatória está disciplinada pela Portaria nº 927/2015, que prevê, entre outros pontos, a **periodicidade bienal** do instrumento. Reconhecendo como certa a necessidade de atualização da portaria, a qual ainda está em debate na SPR para futura submissão ao Conselho Diretor, o Corpo Técnico optou por tratar o tema separadamente, por meio do Processo nº 53500.019691/2020-01, esperando compatibilizar as conclusões dos 2 (dois) assuntos até a aprovação final da Agenda Regulatória 2021-2022.

5.50. Devo destacar que, recentemente, importantes dispositivos legais têm uniformizado requisitos e procedimentos a serem considerados na elaboração normativa das Agências Reguladoras. É o caso da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, e da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras (Lei das Agências).

5.51. Em especial, a Lei nº 13.874/2019 estabelece que a análise de impacto regulatório deverá conter informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade de seu impacto econômico:

*"Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da **realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.***

*Parágrafo único. **Regulamento** disporá sobre a data de início da exigência de que trata o caput deste artigo e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada."* (grifou-se)

5.52. Com a recentíssima edição do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, detalharam-se as regras estabelecidas para a elaboração de análise de impacto regulatório, entre elas, as seguintes:

*"Art. 6º A AIR será concluída por meio de **relatório que contenha:***

I - sumário executivo objetivo e conciso, que deverá empregar linguagem simples e acessível ao público em geral;

II - identificação do problema regulatório que se pretende solucionar, com a apresentação de suas causas e sua extensão;

III - identificação dos agentes econômicos, dos usuários dos serviços prestados e dos demais afetados pelo problema regulatório identificado;

IV - identificação da fundamentação legal que ampara a ação do órgão ou da entidade quanto ao problema regulatório identificado;

V - definição dos objetivos a serem alcançados;

VI - descrição das alternativas possíveis ao enfrentamento do problema regulatório identificado, consideradas as opções de não ação, de soluções normativas e de, sempre que possível, soluções não normativas;

*VII - exposição dos possíveis impactos das alternativas identificadas, **inclusive quanto aos seus custos regulatórios;***

VIII - considerações referentes às informações e às manifestações recebidas para a AIR em eventuais processos de participação social ou de outros processos de recebimento de subsídios de interessados na matéria em análise;

IX - mapeamento da experiência internacional quanto às medidas adotadas para a resolução do problema regulatório identificado;

X - identificação e definição dos efeitos e riscos decorrentes da edição, da alteração ou da revogação do ato normativo;

XI - comparação das alternativas consideradas para a resolução do problema regulatório identificado, acompanhada de análise fundamentada que contenha a metodologia específica escolhida para o caso concreto e a alternativa ou a combinação de alternativas sugerida, considerada mais adequada à resolução do problema regulatório e ao alcance dos objetivos pretendidos; e

XII - descrição da estratégia para implementação da alternativa sugerida, acompanhada das formas de monitoramento e de avaliação a serem adotadas e, quando couber, avaliação quanto à necessidade de alteração ou de revogação de normas vigentes.

Parágrafo único. O conteúdo do relatório de AIR deverá, sempre que possível, ser detalhado e complementado com elementos adicionais específicos do caso concreto, de acordo com o seu grau de complexidade, abrangência e repercussão da matéria em análise.

Art. 7º Na elaboração da AIR, será adotada uma das seguintes **metodologias específicas para aferição da razoabilidade do impacto econômico**, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.874, de 2019:

I - análise multicritério;

II - análise de custo-benefício;

III - análise de custo-efetividade;

IV - análise de custo;

V - análise de risco; ou

VI - análise risco-risco.

§ 1º A escolha da metodologia específica de que trata o caput deverá ser justificada e apresentar o comparativo entre as alternativas sugeridas.

§ 2º O órgão ou a entidade competente poderá escolher outra metodologia além daquelas mencionadas no caput, desde que justifique tratar-se da metodologia mais adequada para a resolução do caso concreto.

(...)

Art. 24. **Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos em:**

I - **15 de abril de 2021**, para:

a) o Ministério da Economia;

b) as agências reguladoras de que trata a Lei nº 13.848, de 2019; e

c) o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro; e

II - **14 de outubro de 2021**, para os demais órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." (grifou-se)

5.53. Com a edição do Decreto nº 10.411/2020, a Área Técnica dispõe de diretrizes e quesitos que devem ser observados na revisão e aprimoramento do processo de elaboração normativa. Sugiro determinar à SPR que apresente, nos autos do Processo nº53500.019691/2020-01 e junto do exame dos apontamentos do Relatório de Atividades da Ouvidoria (SEI nº3919972), as alterações a serem efetuadas em atendimento ao referido Decreto. Adicionalmente, considerando-se a data de produção de seus efeitos, 15 de abril de 2021, e a data de submissão da Agenda Regulatória para aprovação pelo Conselho Diretor (Portaria nº 927/2015, art. 9º), proponho firmar a data de 30

de novembro de 2020 para fazê-lo.

VI - Das iniciativas advindas das Superintendências da Agência

5.54. Ao longo da vigência da atual Agenda, afirma a SPR que recebeu algumas demandas externas, como de prefeituras e associações, solicitando a regulamentação de diversos aspectos. Tais demandas foram analisadas pela Área Técnica e incorporadas, quando necessárias, às iniciativas advindas das Superintendências da Agenda, nos seguintes termos, extraídos do item 3.16 do Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº 5600347):

- "Processo SEI nº53508.001076/2020-60 - Solicitação do Departamento de Controle Aéreo do Ministério da Defesa à respeito da regulamentação para a instalação de Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações - BSRs.
 - **Análise da SPR** Considerando que coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, incluir na Agenda Regulatória 2021-2022.
- Processo SEI nº53566.000744/2019-11 - Solicitação da Associação de Radioamadores do Piauí - ARPI para atualização da regulamentação do serviço de radioamador.
 - **Análise da SPR** Coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, e já se encontra no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações.
- Processo SEI nº01250.055782/2019-53 - Solicitação do Grupo Escoteiro do Mar Guaravita para atualização da regulamentação do serviço de radioamador.
 - **Análise da SPR** Coincide com sugestão da SOR, conforme se verá adiante, e já se encontra no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações.
- Processo SEI nº53500.054766/2018-77 - Solicitação da Radioestrada Comunicações Ltda de estudo para alteração da regulamentação existente permitindo que o canal 200, que hoje está destinado ao Serviço de Radiodifusão, em caráter primário, e ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em caráter secundário, também seja destinado ao Serviço Limitado Privado — SLP em caráter secundário.
 - **Análise da SPR:** Os aspectos referentes à destinação de radiofrequências para Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares foram recentemente revistos por meio da Resolução nº 721, de 11 de fevereiro de 2020. Além disso, consta das sugestões da SOR, conforme se verá adiante, a revisão do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências - PDFF 2022, onde se discutirá de maneira ampla a atribuição e destinação de radiofrequências aos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo e restrito. Sendo assim, não se julga necessária a inclusão de item específico sobre isso.

(...)

- Processo SEI nº53500.047386/2019-67 - Em março de 2020, a Gerência de Suporte à Fiscalização enviou à Gerência de Regulamentação o Memorando

nº 87/2020/FISF/SFI (SEI nº5368281) com sugestões de alterações regulamentar das unidades da Anatel nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As sugestões recebidas da Anatel no Rio Grande do Sul versam sobre o Regulamento do Serviço Limitado Privado - SLP, aprovado por meio da Resolução nº 617, de 19 de junho de 2013 (inciso II do artigo 9º), e sobre o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, aprovado por meio da Resolução nº 651, de 13 de abril de 2015 (§1º do artigo 38). Já a sugestão da Anatel em Santa Catarina versa sobre a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências (§2º do art. 8º).

- **Análise da SPR** Com relação à sugestão sobre o Regulamento do SLP, ressaltamos que a reavaliação da regulamentação deste serviço está incluída no escopo do item 46 da Agenda Regulatória 2019-2020, sobre simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações. Com relação à sugestão sobre o Regulamento do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico e do Serviço Limitado Móvel Marítimo, ressaltamos que o artigo citado foi recentemente alterado por meio da Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, que aprovou o Regulamento Geral de Outorgas - RGO. Por fim, com relação à sugestão sobre a Lei nº 5.070/1966, ainda que a alteração legal não esteja na competência desta Agência, ressaltamos que a questão da obrigatoriedade de abertura de PADO (inclusive para aplicação de caducidade em serviço de interesse restrito em caso de não pagamento tempestivo de TFF, conforme apontado na sugestão) está em análise no item 12 da Agenda Regulatória 2019-2020, que versa sobre a reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória. Sendo assim, as três sugestões recebidas conforme acima já se encontram em debate em outros projetos normativos da Agenda Regulatória 2019-2020, não sendo necessária a inclusão de itens específicos sobre isso."

5.55. Examinadas as sugestões externas, as considerações da Área Técnica não merecem reparo.

5.56. Por meio do Memorando-Circular nº 4/2020/PRRE/SPR (SEI nº5400929) encaminhado às demais Superintendências da Agência, a SPR solicitou apoio *no sentido de nos subsidiar, até 30 de abril de 2020, com novas iniciativas regulamentares que devam ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022*", tendo registrado respostas apenas da Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação (SOR) e da Superintendência de Competição (SCP).

5.57. Após exame da SPR, as novas ações propostas pelas Superintendências para a Agenda Regulatória do biênio 2021-2020, de acordo com o Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº5600347), são:

"3.18. Diante disso, as novas ações propostas para a Agenda Regulatória do biênio 2021-2022 são:

- **Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.**

Descrição: Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC prestado no Regime

Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.

- *Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.*

Descrição: *Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.*

- *Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).*

Descrição: *Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).*

- *Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.*

Descrição: *Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.*

- *Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.*

Descrição: *Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC"*

5.58. A Revisão das áreas de tarifação do STFC, as Atualizações do PDFF e Reavaliação de mercados relevantes são iniciativas realizadas periodicamente e que serão amplamente discutidas em seus respectivos processos, *non decet* se estender sobre sua importância.

5.59. Quanto à Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada (EILD), é de se destacar a implementação e evolução do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), sendo de se esperar que o Regulamento aprovado pela Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, necessite de atualizações para acompanhá-lo.

5.60. Considero muito oportuna a Reavaliação da Regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), haja vista as diversas solicitações de apoio que a Anatel recebe dos órgãos penitenciários para sua correta e efetiva implantação. Vale citar, a título exemplificativo, a solicitação feita à esta Agência pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), via o Ofício nº 7457/2020/DEBAN/SETEL/MCTIC, protocolizado em 12 de fevereiro de 2020 sob o número (SEI nº 5275430), sobre pedido do Departamento Nacional Penitenciário, Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), de instalação de bloqueadores de

signal em 3 (três) presídios.

5.61. Concluo que a inclusão da iniciativa de Reavaliação da Regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR) e seu desenvolvimento na Agenda Regulatória 2021-2022 é não somente tempestiva, mas muito necessária para se discutirem formas de melhorar as condições e a ampliação do uso dos equipamentos BSR em apoio às políticas públicas de segurança.

5.62. Portanto, entendo pertinente a inclusão das iniciativas identificadas pelas Áreas Técnicas, conforme a análise feita pela SPR, com os acréscimos daquelas que, tendo origem neste Conselho, não foram açambarcadas na proposta.

VII - Das atualizações e consolidações

VII.1 - Do item 4

5.63. Trata-se da iniciativa do "Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros" na Minuta de Portaria proposta pela SPR (SEI nº5518878). Tal Edital de Licitação objetiva a conferência de direitos de exploração de satélites brasileiros, visando possibilitar a continuidade do uso de recursos de órbita e espectro notificados em nome da Administração Brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como a ocupação de outras posições orbitais e faixas de frequências associadas de interesse do setor.

5.64. A elaboração do Edital é objeto do Processo nº 53500.024725/2019-37 e a iniciativa foi classificada, na Agenda Regulatória 2021-2022, com a prioridade "urgente", com meta de aprovação final no primeiro semestre de 2021.

5.65. Na 884ª Reunião do Conselho Diretor, de 14 de maio de 2020, converteu-se a deliberação do Processo nº 53500.024725/2019-37 em diligência, nos termos do Despacho Ordinatório SEI nº5557235, para que a SPR avaliasse pertinência de considerar os resultados da iniciativa de "Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos" antes de submeter a proposta de Edital a este Conselho Diretor:

"Despacho Ordinatório

Processo nº 53500.024725/2019-37

Interessado: Agência Nacional de Telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de Edital de Licitação para conferência de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros, decidiu, em sua Reunião nº 884, de 14 de maio de 2020, tendo por fundamento a Análise nº 37/2020/CB (SEI nº 5413056):

a) converter a presente deliberação em diligência à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) para que a área, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

a.1) avalie a necessidade de atualização da Agenda Regulatória, no que diz respeito às iniciativas 38 (Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos - Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) e 49 (Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros), caso entenda necessário, levando-se em conta a importância da aprovação da regulamentação previamente à do presente Edital; e,

a.2) submeta a proposta de Edital sob análise, mais uma vez ao Conselho Diretor:

a.2.1) caso se opte pela realização de licitação posteriormente à aprovação da regulamentação de que trata o item 38 da Agenda Regulatória; ou,

a.2.2) caso passe a considerar, que por questões relativas à manutenção da posição orbital brasileira, não se mostre viável aguardar a aprovação de que trata o item anterior; e,

b) por fim, determinar que, no caso do item 5.12.a, a proposta de Edital a ser encaminhada ao Conselho Diretor deverá guardar aderência à regulamentação vigente quando da submissão da Matéria;"

5.66. Destaco que, caso a SPR opte por propor a realização de licitação posteriormente à conclusão da "Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos", em especial após a unificação dos itens 25 e 26 da Agenda Regulatória, que se trata a seguir, é o caso de se atualizar, sem prejuízo à execução da Consulta Pública, a prioridade e o prazo de aprovação final deste item.

VII.2 - Dos itens 25 e 26

5.67. No Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº600347), a SPR analisou sugestão da SOR para unificar os itens 37 (Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku) e 38 (Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos) da Agenda Regulatória 2019-2020, entendendo ser recomendável realizá-lo após os respectivos procedimentos de Consulta Pública, da seguinte forma:

"• Análise a SPR: A SPR concorda com a unificação dos dois itens. Entretanto, há que se destacar que os dois processos encontram-se em fases distintas. Enquanto o primeiro encontra-se no Conselho Diretor para deliberação quanto à Consulta Pública, o segundo está na área técnica para análise do Parecer da Procuradoria Federal Especializada e posterior encaminhamento ao Conselho Diretor para deliberação quanto à Consulta Pública. Assim, sugerimos que os projetos devem ser mantidos separadamente na Agenda Regulatória até a aprovação das duas Consultas Públicas, avaliando-se sua unificação após as consultas à sociedade."

5.68. Na 886ª Reunião do Conselho Diretor, aprovou-se a conversão em diligência no sentido de se unificar os itens 37 e 38 em um Regulamento Geral de Satélites. A Análise nº 140/2020/MM, de 18 de junho de 2020 (SEI nº 5613631), referindo-se à ideia de simplificação regulatória já vislumbrada para Área Técnica, assim considerou:

"4.35. Essa ideia não pôde ter prosseguimento, pois, no momento da elaboração do relatório de AIR, a atual Agenda Regulatória havia definido diferentes prazos para o andamento dos itens nº 37 e 38: para o item 37, a Portaria nº 542/2019 estabeleceu como meta o primeiro semestre de 2019 para a elaboração do Relatório de AIR, e o primeiro semestre de 2020 para a publicação da Consulta Pública. Já para o item 38, o Relatório de AIR estava previsto para o segundo semestre de 2020.

4.36. Entretanto, com a revisão da Agenda Regulatória, aprovada pela Portaria nº 278/2020, alterou-se as metas para o item nº 38, da seguinte forma: para o segundo semestre de 2019, elaboração do Relatório de AIR e publicação da Consulta Pública; para o primeiro semestre de 2020, a aprovação final do novo regulamento.

4.37. Outro ponto que dificultava a discussão da revisão da Resolução nº 220/2000 era a iminência da alteração da Lei Geral de Telecomunicações, que

impactaria a análise a ser feita. Nessa toada, **com a aprovação da Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019, tornou-se possível e relevante antecipar a discussão para alteração do Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite.**

4.38. Portanto, após a alteração das metas da Agenda Regulatória, bem como da LGT, as iniciativas regulatórias passaram a ter cronogramas mais compatíveis, **o que possibilita analisar a oportunidade de discussão conjunta das matérias.**

(...)

4.41. Sobre a proposta da área técnica, especificamente **sobre a ideia de unificação regulatória**, a PFE assim se manifestou:

h) A proposta relativa ao item nº 37 da Agenda Regulatória, constante do Processo Administrativo nº 53500.012173/2019-14, muito embora já tenha sido encaminhada ao Conselho Diretor da Agência, ainda não foi objeto de deliberação. No ponto, esta Procuradoria ressalta a importância de que as propostas estejam alinhadas e, se for o caso, caminhem, o quanto possível, de forma conjunta, de modo a manter a coerência entre os projetos apresentados. Ademais, o ideal seria, caso possível, que ambas as propostas sejam unificadas antes mesmo da submissão ao procedimento de Consulta Pública, para que as contribuições apresentadas possam considerar os termos da norma a ser editada em sua integralidade.

(...)

4.44. Nota-se que a área técnica, mesmo considerando que a unificação seja o melhor caminho a ser seguido, considerou fazê-lo somente após a publicação das Consultas[sic] Públicas individuais relativas aos itens nº 37 e 38, por necessidade de seguir a Agenda Regulatória e considerando que o item nº 37 já havia sido encaminhado ao Conselho Diretor.

4.45. Entretanto, considero que a melhor solução seja partir para a unificação antes mesmo da disponibilização das propostas a comentários do público. Isso porque, com uma única minuta de Resolução, o processo de ouvir a sociedade e receber suas contribuições se torna mais claro e transparente, e potencialmente reduz os custos operacionais da Agência, que terá que analisar as contribuições recebidas no contexto de um único instrumento. Essa visão foi expressada também pela PFE, conforme visto acima.

4.46. Pelos motivos expostos, julgo pertinente converter a presente deliberação em diligência, para que seja elaborada nova Minuta de Resolução, considerando as alterações regulamentares propostas no âmbito dos itens nº 37 e 38 da Agenda Regulatória, para posterior disponibilização da proposta aos comentários do Público em Geral. Adicionalmente, deverão ser propostos ajustes da Agenda Regulatória, unificando os itens mencionados, e promovendo a revisão das metas estabelecidas."

5.69. Proponho, diante do arrazoadado pelo Conselheiro Moisés Moreira, a consolidação dos correspondentes itens 25 e 26 da minuta da Agenda Regulatória (SEI nº5518878), mantendo-se a meta comum de aprovação final no segundo semestre de 2021.

VII.3 - Do item 28

5.70. Trata-se do item "Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)", Processo nº 53500.012178/2019-47, assim descrita na Minuta proposta pela SPR (SEI nº 5518878):

28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Processo nº 53500.012178/2019-47 Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
----	---	---	-----------	---	------------------	---	-----------------

5.71. Verifica-se, no Processo nº 53500.012178/2019-47, que a SPR promove, de 18 de junho a 18 de agosto de 2020 e na forma da Consulta Pública nº 51, de 16 de junho de 2020 (SEI nº 5658239), Tomada de Subsídios sobre diversos temas da Revisão do RUE, entre eles a 'Prorrogação da autorização de uso de radiofrequências':

Documento de Tomada de Subsídios (SEI nº 5658490):

"Objeto da Tomada de Subsídios

Trata-se do projeto de revisão do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016. A iniciativa está prevista no item 41 da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, aprovada pela Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, e atualizada pela Portaria nº 278, de 06 de março de 2020.

Em uma avaliação preliminar, identificou-se a necessidade de abordar os seguintes temas no projeto:

- *Tema 1 – Incorporação das determinações do Conselho Diretor constantes do projeto de revisão do Modelo de Gestão do Espectro;*
- *Tema 2 – Tratamento regulatório para emissões não intencionais;*
- *Tema 3 – Coordenação de uso de radiofrequências;*
- *Tema 4 – Prorrogação da autorização de uso de radiofrequências;*
- *Tema 5 – Acesso ao espectro e mercado secundário;*
- *Tema 6 – Autorização em caráter secundário;*
- *Tema 7 – Consolidação normativa." (destacou-se)*

5.72. O tema trata da alteração promovida na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT) pela Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019, a qual inaugurou a possibilidade de que as autorizações de uso de radiofrequências possam ser prorrogadas múltiplas vezes, uma vez atendidos os requisitos correspondentes, e do Decreto nº 10.402, de 17 de junho de 2020, que a regulamentou.

5.73. Tendo em vista a importância de tal alteração, sugiro destacá-la no item correspondente à "Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)" da Agenda Regulatória 2021-2022, nos seguintes termos:

28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Processo nº 53500.012178/2019-47 Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, <u>prorrogação de autorização de uso de radiofrequência à luz da Lei nº 13.879/2019 e do Decreto nº</u>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
----	---	--	-----------	---	------------------	---	-----------------

10.402/2020, bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.

VII.4 - Do item 31

5.74. O item 31 da Minuta de Portaria proposta pela SPR (SEI nº5518878) trata da iniciativa "Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel"

5.75. Na 886ª Reunião do Conselho Diretor, em 18 de junho de 2020, aprovou-se o Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias, nos termos do Acórdão nº 326, de 19 de junho de 2020 (SEI nº 5673878).

5.76. Dessa maneira, concluiu-se a iniciativa, razão pela qual sugiro a excluir a iniciativa referente a esse Regulamento.

VIII - Da organização das ações regulamentares para o biênio 2021-2022

5.77. Como dito, a proposta de Agenda Regulatória para o próximo biênio elaborada pela SPR relaciona **36** (trinta e seis) Projetos de Regulamentação, cada qual com metas semestrais que indicam a fase processual a ser cumprida entre o primeiro semestre de 2021 e o segundo semestre de 2022.

5.78. Ao longo das edições da Agenda Regulatória, novos formatos e procedimentos têm sido incorporados para conferir ao instrumento de planejamento das atividades de normatização maior objetividade e transparência.

5.79. Na presente proposta, os Projetos de Regulamentação foram divididos em **8** (oito) Temas e **16** (dezesesseis) Subtemas na planilha eletrônica SEI nº5488162, na qual cada Projeto de Regulamentação compõe uma linha na tabela de seu respectivo Subtema, seguidos de uma sucinta descrição, das metas a serem cumpridas nos quatro semestres do biênio de vigência da Agenda e de sua classificação de prioridade:

SUBTEMA	TEMA	TOTAL	%	PRIORITÁRIO	URGENTE	ORDINÁRIO	NOVO	CONTINUAÇÃO
Modelo de prestação e ampliação do acesso	Prestação dos serviços de telecomunicações	4	11,1%	3	1	0	0	4
Regras gerais de prestação de serviços	Prestação dos serviços de telecomunicações	4	11,1%	4	0	0	0	4
Direito dos consumidores	Prestação dos serviços de telecomunicações	2	5,6%	1	0	1	0	2
Qualidade	Prestação dos serviços de telecomunicações	0	0,0%	0	0	0	0	0
Fiscalização regulatória	Fiscalização regulatória	2	5,6%	1	0	1	0	2
Promoção da competição e resolução de conflitos	Gestão Econômica da prestação	4	11,1%	2	0	2	2	2
Preços e tarifas	Gestão Econômica da prestação	1	2,8%	0	0	1	1	0
Certificação e homologação	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Espectro de radiofrequências	Recursos à prestação	12	33,3%	1	0	11	2	10
Outorga de serviços e licenciamento de estações	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Numeração	Recursos à prestação	1	2,8%	1	0	0	0	1
Satélites	Recursos à prestação	0	0,0%	0	0	0	0	0
Finanças e arrecadação	Finanças e arrecadação	1	2,8%	1	0	0	0	1
Gestão interna	Gestão interna	3	8,3%	2	0	1	0	3
Simplificação e transparência regulatória	Simplificação e transparência regulatória	2	5,6%	1	0	1	0	2
Dados setoriais	Dados setoriais	0	0,0%	0	0	0	0	0
TOTAL		36	100,0%	17	1	18	5	31

5.80. O agrupamento das iniciativas regulatórias e regulamentares por Temas e Subtemas, prática da Agenda Regulatória vigente, confere maior clareza para a Agenda e facilita a coordenação e o controle interno das atividades necessárias à execução de cada um dos Projetos de Regulamentação, uma vez que as iniciativas que compõem cada Tema e Subtema geralmente possuem semelhanças entre si e envolvem, via de regra, as mesmas Gerências, Grupos de Trabalho e recursos de trabalho.

IX - Da priorização das iniciativas

5.81. As ações regulamentares naturalmente concorrem umas com as outras em termos de força de trabalho, situação em que, havendo o devido direcionamento prévio na Agenda, iniciativas urgentes e prioritárias deverão ser primeiramente desenvolvidas, em detrimento das ordinárias, segundo a definição que consta na Minuta proposta:

"Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, na forma do Anexo a esta Portaria.

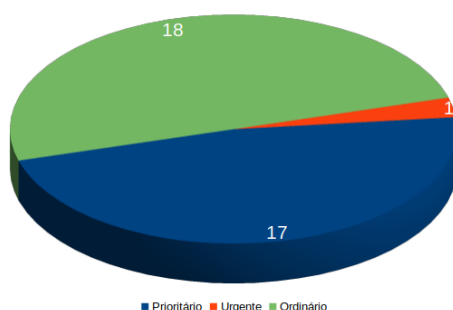
Parágrafo único. Os Projetos de Regulamentação recebem as seguintes classificações de priorização nesta Agenda Regulatória:

I - Prioritário: iniciativas de grande relevância e impacto setorial, bem como de direta repercussão em outros temas regulatórios, devendo, quando necessário, se sobrepor aos Projetos ordinários;

II - Urgente: iniciativas que merecem tratamento célere e prioritário, seja por risco na demora, seja pela existência de prazos e limites temporais previstos em lei, dentre outras possibilidades, devendo ter tratamento imediato; e,

III - Ordinário: todas as demais iniciativas."

5.82. Como na Agenda 2019-2020, a SPR sugeriu definir **17** (dezessete) projetos como "prioritários"; (ii) **1** (um) projeto como "urgente"; e (iii) **18** (dezoito) como "ordinários":



5.83. Os **31** (trinta e um) projetos advindos da continuidade de ações da Agenda atual tiveram suas prioridades mantidas. Examinando-se os autos do Processo nº 53500.035584/2018-05, observa-se que a construção da Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020 adotou a premissa de alinhamento ao planejamento estratégico e tático da Agência, conforme se pode depreender do Informe nº 95/2018/SEI/PRRE/SPR (SEI nº 3021161):

"3.4. Além disso, todas as ações dispostas na Agenda Regulatória estão integralmente alinhadas ao Plano Estratégico da Anatel, aprovado pela Portaria n.º 174, de 11 de fevereiro de 2015, em especial aos objetivos estratégicos de resultado ali previstos.

(...)

Das iniciativas regulamentares constantes na proposta de Agenda

3.10. Por se tratar de instrumento de gestão, a Agenda Regulatória deve estar alinhada ao planejamento estratégico da Anatel, guardando as iniciativas regulamentares correlação com os objetivos estratégicos de resultado aprovados por meio da Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015, do Conselho Diretor

3.11. A implementação do planejamento estratégico se dá por meio de seu desdobramento em um planejamento tático e, em último nível, operacional.

3.12. De fato, no que tange ao processo de regulamentação, a camada tática do planejamento estratégico é definida pela Agenda Regulatória. Ato contínuo, os projetos constantes da Agenda Regulatória se desdobram em atividades no plano operacional da SPR.

3.13. Este encadeamento dos planos visa garantir o cumprimento das metas

constantes na Agenda Regulatória e, em última instância, dos objetivos constantes no planejamento estratégico da Agência.

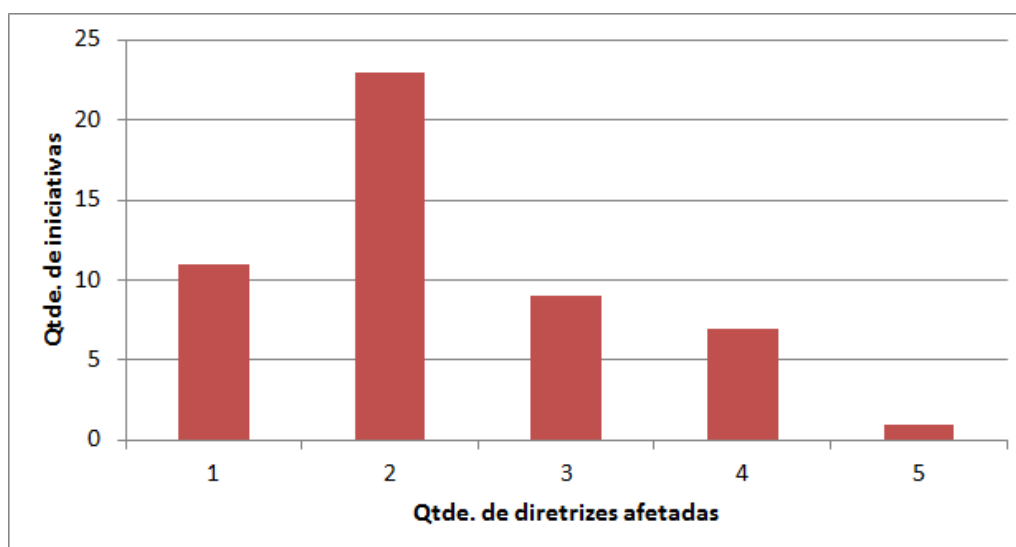
3.14. Neste sentido, as iniciativas constantes da presente proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020 têm essencialmente duas origens:

* A continuação das iniciativas constantes da Agenda 2017-2018 ainda não finalizadas, iniciativas estas que estavam atreladas ao planejamento tático da Agência para os anos de 2017 e 2018;

* Novas iniciativas regulamentares mapeadas pelas áreas internas da Anatel durante a construção da proposta de planejamento tático para o biênio 2019-2020". (grifos da Área Técnica)"

5.84. Para aquela Agenda, a priorização foi realizada por meio da atribuição de um ponto para cada das "Diretrizes para a elaboração do Plano Tático 2019-2020", aprovadas pela Portaria nº 99/2018, diretamente afetadas pela iniciativa, somando-se as pontuações ao final. Atribuiu-se o grau de "prioritário" àquelas iniciativas alinhadas a 3 (três) ou mais pontos. É o que se pode ver no trecho, a seguir transcrito, da Análise nº 215/2018/SEI/EC (SEI nº3566403), de lavra do Conselheiro Emmanoel Campelo, Relator da submissão à Consulta Pública da minuta da Agenda Regulatória 2019-2020:

"4.63. Com o intuito de se realizar a priorização, as iniciativas foram relacionadas às Diretrizes para a elaboração do Plano Tático 2019-2020, aprovadas pela Portaria nº 99, de 28 de maio de 2018, conforme Anexo II (SEI nº 3606950). Para tanto, atribuiu-se um ponto para cada diretriz diretamente afetada pela iniciativa, somando-se as pontuações ao final. O resultado desse somatório resultou na seguinte distribuição:



4.64. A fim de buscar uma adequada ponderação entre as ações prioritárias e ordinárias, considerou-se que as iniciativas com somatório igual ou superior a 3 devam ser priorizadas..."

5.85. Quanto às novas iniciativas, a SPR solicitou às áreas internas da Agência que essas fossem pensadas à luz do planejamento estratégico da Agência e dos problemas que pretendem resolver. Aquele corpo técnico afirmou que restava claro que as iniciativas normativas propostas para o biênio 2021-2022 estariam alinhadas aos objetivos estratégicos de resultado da Agência, conforme aponta a Tabela 2 do Informe nº 79/2020/PRRE/SPR (SEI nº5600347), no qual se verifica a correlação de cada projeto com quatro objetivos estratégicos:

a) **Objetivo 1:** promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;

- b) **Objetivo 2:** estimular a competição e a sustentabilidade do setor;
- c) **Objetivo 3:** promover a satisfação dos consumidores; e
- d) **Objetivo 4:** promover a disseminação de dados e informações setoriais.

5.86. Ainda que o alinhamento dos novos projetos aos objetivos estratégicos de resultado tenha sido realizado, recomendo, sem prejuízos à continuidade da deliberação da submissão dos autos à Consulta Pública, que a Área Técnica reveja a priorização realizada, assim como seus critérios, frente ao Plano Tático 2021-2022 da Anatel, cuja previsão de aprovação é setembro de 2020, de acordo com o que foi apresentado na 46ª Reunião do Grupo de Implantação e Acompanhamento do Planejamento Estratégico (GIAPE), ocorrida em no último 26 de junho.

X - Do acompanhamento da Agenda Regulatória

5.87. Desde a aprovação da Agenda Regulatória 2019-2020, recomenda-se a periodicidade de acompanhamento semestral para que esse ocorra de forma conjunta com o acompanhamento Plano Tático da Agência, garantindo-se o sincronismo entre as informações apresentadas. De igual forma, determinou-se que as informações da Agenda estejam sempre disponíveis em ambiente virtual, a fim de que, a qualquer momento, seja possível consultar a situação de cada projeto regulamentar, bem como todas as informações relacionadas.

5.88. Observa-se que a Minuta de Portaria que aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5518878) dispõe sobre seu acompanhamento periódico nos seguintes termos:

*"Art. 2º Determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que elabore **semestralmente** relatório de acompanhamento das iniciativas regulamentares constantes da Agenda ora aprovada."* (grifou-se)

5.89. Quanto à disponibilidade das informações em ambiente virtual, em que se pese já existir um conjunto de páginas no sítio da Anatel para acompanhamento^[1] e não se possa entender que exista qualquer intenção o descontinuar por parte da Área Técnica, a Minuta de Portaria restou silente. Proponho o acréscimo de um novo artigo, com o conteúdo semelhante àquele constante da Portaria nº 542/2019, para que reste clara, principalmente à sociedade, a continuidade do provimento dessas informações:

"Art. Xº Determinar à SPR que disponibilize e mantenha atualizado, em ambiente virtual, na página da Anatel na internet para consulta do público em geral, ~~painel de~~ acompanhamento individualizado das iniciativas."

5.90. Para que a Área Técnica tenha flexibilidade em determinar a forma mais eficiente de disponibilizar tais informações, optei por excluir a expressão "painel" existente na Portaria nº 542/2019. Com isso, busquei permitir que a Área Técnica examine formas de visualização do acompanhamento da Agenda Regulatória sem necessariamente se prender ao modelo *dashboard*, desde que seja fácil perceber e acompanhar as principais discussões e a evolução da regulamentação, em cada área de atuação normativa da Agência.

5.91. Nos moldes da Portaria nº 542/2019, a Minuta de Portaria que aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 (SEI nº 5518878) dispõe sobre a apresentação da avaliação quanto à necessidades de readequação no último relatório do primeiro ano do biênio:

"Art. 3º Determinar à SPR que inclua, no último relatório de acompanhamento do ano de 2021, avaliação quanto à necessidade de readequação das iniciativas e metas constantes da Agenda, conforme o caso."

5.92. Tal previsão busca evitar que a Agenda Regulatória perca sua função de planejamento, caso passe a ter, a partir de determinado momento, metas ineficazes. Disponibiliza-se, portanto, um momento apropriado para criteriosa revisão.

XI - Da evolução quantitativa dos projetos em Agenda Regulatória

5.93. A SPR destacou adecrescente quantidade de projetos regulamentares em Agenda Regulatória, como mostra o gráfico de evolução abaixo:

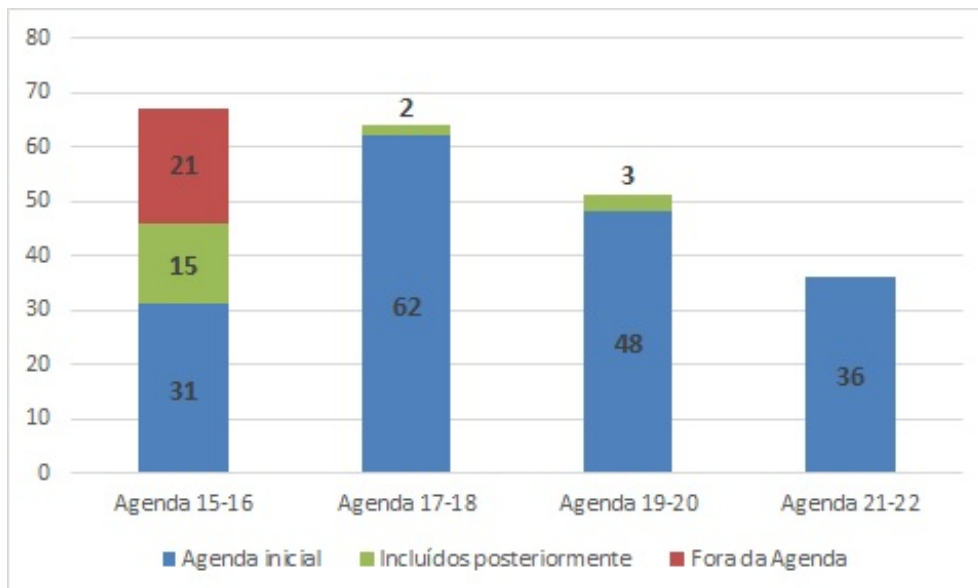


Gráfico 1 - Evolução da quantidade de projetos normativos nas Agendas Regulatórias desde 2015

5.94. A queda da quantidade de itens da Agenda para o corrente biênio (51) para a atual proposta (36), representa redução de aproximadamente **29,4%** (vinte e nove vírgula quatro por cento).

5.95. Segundo a Área Técnica, tal redução seria fruto da: (i) conclusão de muitos projetos que estavam em andamento na Agência; e (ii) melhor estruturação dos projetos, que tem deixado de tratar de alterações pontuais regulamentares para atacar os problemas de maneira sistematizada, por meio da execução de AIR.

5.96. A Área Técnica reputou a redução de forma positiva, pois se espera que ela permita melhor priorização das atividades regulamentares na Agência, tanto na Área Técnica quanto no Conselho Diretor, para garantir maior execução das ações de caráter mais estratégico.

5.97. De recente histórico, é fácil constatar que o processo de regulamentação da Agência tem elaborado regulamentos com viés estruturante, podendo-se citar o *Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias*, o *Regulamento Geral de Outorgas*, o *Regulamento Geral de Licenciamento* e o *Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares* como exemplo de ações aprovadas neste ano de 2020.

5.98. Neste momento em que se debate a quarta redação da Agenda Regulatória, cumpre-se elogiar o trabalho das Áreas Técnicas, capitaneadas pela SPR, de sensível evolução deste instrumento em suas três edições desde sua institucionalização, a qual contribuiu para a visibilidade da execução das políticas públicas e da melhoria do ambiente regulatório do setor de telecomunicações.

XII - Considerações finais

5.99. Em razão dos ajustes propostos na presente Análise, elaborei nova Minuta da Portaria de aprovação da Agenda Regulatória (SEI nº 5687470) para que seja submetida ao Procedimento de Consulta Pública. De forma a se evidenciar as alterações, acostei aos autos versão com marcas de revisão (SEI nº 5720114).

5.100. Conforme exposto no item em que tratei da priorização dos projetos de regulamentação, proponho que a Área Técnica elabore, para melhor entendimento, os critérios e razões de priorização das novas iniciativas. Tal esclarecimento pode ser realizado sem prejuízo da realização da Consulta Pública, devendo ser apresentado junto à análise das Contribuições coletadas

no procedimento.

5.101. Com essas novas minutas, proponho a submissão da Agenda Regulatória ao procedimento de Consulta Pública da proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

6. CONCLUSÃO

6.1. Voto por:

a) determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que:

a.1) apresente os resultados da revisão e aprimoramento do processo de elaboração normativa, considerando o disposto na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, e os apontamentos do Relatório de Atividades da Ouvidoria (SEI nº3919972), até 30 de novembro de 2020, nos autos do Processo nº 53500.019691/2020-01;

a.2) sem prejuízo à realização do procedimento de Consulta Pública, reveja a priorização das iniciativas, frente ao Plano Tático 2021-2022, cuja previsão de aprovação é setembro de 2020.

b) submeter ao procedimento de Consulta Pública a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2020-2021, na forma da Minuta de Portaria (SEI nº5687470), pelo prazo de 30 (trinta) dias.

7. NOTAS

[1] Disponível no endereço <https://www.anatel.gov.br/setorregulado/agenda-regulatoria/apresentacao-agenda>.

8. ANEXOS

8.1. Anexo I: Minuta de Portaria (SEI nº 5687470).

8.2. Anexo II: Minuta de Portaria com marcas de revisão (SEI nº 5687644).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Conselheiro Relator**, em 03/07/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5624158** e o código CRC **A577DC52**.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

MINUTA DE PORTARIA

Aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES Exercício das atribuições que lhe confere o art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o processo de gestão estratégica orientada a resultados implantado na Agência e suportado por seu Plano Estratégico 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que a Agenda Regulatória é instrumento de planejamento que agrega as ações regulatórias consideradas prioritárias e que serão objeto de estudo ou tratamento da Agência durante sua vigência;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em uma Reunião nº XXX, de XX de XXXXX de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.014780/2020-52,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os Projetos de Regulamentação recebem as seguintes classificações de priorização nesta Agenda Regulatória:

I - Prioritário: iniciativas de grande relevância e impacto setorial, bem como de direta repercussão em outros temas regulatórios, devendo, quando necessário, se sobrepor aos Projetos ordinários;

II - Urgente: iniciativas que merecem tratamento célere e prioritário, seja por risco na demora, seja pela existência de prazos e limites temporais previstos em lei, dentre outras possibilidades, devendo ter tratamento imediato; e,

III - Ordinário: todas as demais iniciativas.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que elabore semestralmente relatório de acompanhamento das iniciativas regulamentares constantes da Agenda ora aprovada.

Art. 3º Determinar à SPR que disponibilize e mantenha atualizado, em ambiente virtual, na página da Anatel na internet para consulta do público em geral, acompanhamento individualizado das iniciativas.

Art. 4º Determinar à SPR que inclua, no último relatório de acompanhamento do ano de 2021, avaliação quanto à necessidade de readequação das iniciativas e metas constantes da

Agenda, conforme o caso.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Conselheiro Relator**, em 03/07/2020, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5687470** e o código CRC **CBE19307**.

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA 2021-2022

TEMA: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Subtema: Modelo de prestação e ampliação do acesso

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação	Processo nº 53500.056574/2017-14 Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas - PGO, a elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes.					
2	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional	<p>Processo nº 53500.004083/2018-79</p> <p>Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). Este projeto inclui, ainda, a análise quanto à viabilidade de inserção no Edital das faixas de 3,3 a 3,4 GHz e 26 GHz e, se for o caso, a edição das alterações regulamentares necessárias.</p>	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
		Processo nº 53500.012164/2019-					

3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais	23 Edital de Licitação para autorização das demais radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, com foco na operação por prestadores regionais.	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
4	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros	Processo nº 53500.024725/2019-37 Edital de Licitação para conferência de direitos de exploração de satélites brasileiros, visando possibilitar a continuidade do uso de recursos de órbita e espectro notificados em nome da Administração Brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como a ocupação de outras posições orbitais e faixas de frequências associadas de interesse do setor.	Urgente	Aprovação final	-	-	-

Subtema: Regras gerais de prestação de serviços

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		Processo nº 53500.056388/2017-85 Reavaliação da regulamentação sobre					

5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros. Inclui também a avaliação sobre a necessidade de se estabelecer regulamentação sobre indenização de bens reversíveis com vistas a criar as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina	Processo nº 53500.060032/2017-46 Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, tais como regras de qualidade, licenciamento, atendimento, dentre outros.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
		Processo nº					

		53500.078752/2017-68						
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência, em especial sobre aspectos que envolvam a interlocução entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os órgãos de segurança pública (bloqueio de Estações Móveis impedidas, interceptação de chamadas, quebra de sigilo, entre outros). Adicionalmente, o projeto visa a elaboração de análises e estudos sobre a necessidade ou não de regulamentação que possibilite a implementação de medidas de proteção e segurança das redes e serviços das operadoras de telecomunicações. A segurança das redes é hoje um dos grandes problemas da nova economia digital. São diversos os países que vem enfrentando os problemas relacionados à segurança cibernética e realizando grandes investimentos na busca da disponibilidade, confidencialidade e integridade das informações no ambiente cibernético. Como os dados trafegam em redes de telecomunicações cabe à Anatel atuar dentro de suas competências a fim de garantir e fiscalizar a	Prioritário	Aprovação final	-	-	-	

		proteção dessa primeira linha de frente, a exemplo de outros reguladores como FCC (EUA), Anacom (Portugal), KISA (Coréia do Sul), Ofcom (Reino Unido) que atualizam constantemente suas diretrizes.					
8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	<p>Processo nº 53500.040174/2018-78</p> <p>Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, em atenção ao estabelecido na Cláusula 3.2 dos modelos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados em 31 de dezembro de 2020 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.</p>	Prioritário	-	Aprovação final	-	-

Subtema: Direito dos consumidores

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		<p>Processo nº 53500.061949/2017-68</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de</p>					

9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações	7 de março de 2014, visando analisar pontos da regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do Grupo de Implantação do Regulamento - GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente.	Prioritário	-	Aprovação final	-	-
10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações	Processo nº 53500.033628/2018-54 Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 623, de 18 de outubro de 2013, visando aprimoramento de seu funcionamento, tendo em vista a experiência adquirida com os primeiros mandatos, encerrados em 2016.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-

TEMA: FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
		Processo nº 53500.205186/2015-10					

11	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória	Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
12	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)	Processo nº 53500.012166/2019-12 Reavaliação da regulamentação sobre termos de ajustamento de conduta (TAC), em especial o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC), aprovado pela Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013, com vistas a aprimorar a atuação regulatória adotando-se modelo responsivo, em que o controle é proporcional à conduta do regulado.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

TEMA: GESTÃO ECONÔMICA DA PRESTAÇÃO

Subtema: Promoção da competição e resolução de conflitos

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
13	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações	Processo nº 53500.014686/2018-89 Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, aprovada pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da Anatel e da Aneel.	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
14	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais	Processo nº 53500.014835/2020-24 Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais, nos termos das diretrizes metodológicas para definição de mercados relevantes e dos critérios para identificação de grupo com poder de mercado significativo, incluídas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e incluídas pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
15	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de	Nova iniciativa regulamentar Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	-	Aprovação final

	nº 694, de 17 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.	novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.					
16	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.	Nova iniciativa regulamentar Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regimentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.	Ordinário	-	-	-	Relatório de AIR

Subtema: Preços e tarifas

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
17	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	Nova iniciativa regulamentar Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	-

		dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.					
18	Reavaliação das taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações	Nova iniciativa regulamentar. Avaliação estruturada sobre as taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações quanto aos aspectos transversais de equilíbrio da arrecadação institucional, questões federativas de ordem fiscal e eventual impacto competitivo sobre o setor	Prioritário	Relatório de AIR	-	-	-

TEMA: RECURSOS À PRESTAÇÃO

Subtema: Numeração

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
19	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços	Processo nº 53500.059950/2017-22 Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações.					
--	--	---	--	--	--	--	--

Subtema: Espectro de radiofrequências

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
20	Reavaliação da Regulamentação da Banda S	<p>Processo nº 53500.015486/2016-81</p> <p>Revisão da regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.</p>	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
21	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (<i>White Spaces</i>) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	<p>Processo nº 53500.054797/2018-28</p> <p>Elaboração de regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV <i>White Spaces</i>, que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-

		Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).					
22	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.	Processo nº 53500.044911/2018-10 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
23	Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	Processo nº 53500.012170/2019-81 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
24	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDF 2021).	Processo nº 53500.012171/2019-25 Atualização do PDFF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
		Processo nº 53500.012172/2019-70 Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto					

25	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo. Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
26	Regulamento Geral de Satélites	Unificação dos Processos 53500.012173/2019-14 e 53500.012175/2019-11 Consolidação da Norma nº 288/2002 e da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições, alteração de artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, alterações das faixas de frequências para	Ordinário	-	Aprovação final	-	-

		facilitar a coordenação e entrada em operação de satélites operando na faixa Ku, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização					
27	Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)	<p>Processo nº 53500.012177/2019-01</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução nº 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro.</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro	<p>Processo nº 53500.012178/2019-47</p> <p>Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

	Uso do Espectro (RUE)	ISM, prorrogação de autorização de uso de radiofrequência à luz da Lei 13.879/2019, bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.					
29	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.	Nova iniciativa regulamentar Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	-
30	Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).	Nova iniciativa regulamentar Atualização periódica do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)	Ordinário	-	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final

TEMA: GESTÃO INTERNA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
31	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel	Processo nº 53500.052390/2017-85 Reavaliação do Regimento Interno da Anatel, conforme diretrizes constantes da Portaria nº 1.701, de 8 de dezembro de 2016	Prioritário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-
		Processo nº 53500.017117/2019-76 Revisão da estrutura e					

32	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs	regimento interno, incluindo seus os procedimentos operacionais, das Comissões Brasileiras de Comunicações estabelecidos por meio da Resolução 347, de 22 de agosto de 2003. Devido à participação ampliada de diversos setores da sociedade nas atividades das CBCs e do reiterado interesse de participação do Conselho Diretor nas discussões mantidas nas Comissões, é preciso reavaliar a referida Resolução de forma a atualizá-la e agregar possíveis novos elementos possibilitados pelo processo de revisão no âmbito da agenda regulatória.	Ordinário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-
33	Reorganização dos Colegiados da Anatel	Processo nº 53500.016190/2019-21 Recriação dos colegiados instituídos por atos da Agência que ainda guardam relação com suas atividades finalísticas e a extinção expressa dos demais, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
34	Reavaliação do Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI)	Nova iniciativa regulamentar Revisão e Reavaliação do Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI), aprovado pela Resolução nº 53, de 14 setembro de 1998.	Ordinário	Relatório de AIR	-	-	-

TEMA: SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
35	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.059638/2017-39</p> <p>A convergência das redes e serviços de telecomunicações tem se tornado uma realidade cada vez mais presente no setor. Diversos serviços são oferecidos por meio de uma mesma plataforma, ou pelo menos na forma de ofertas conjuntas (ainda que por plataformas distintas). Nesta linha, a regulamentação tem também convergido a fim de tratar cada temática de maneira única para os diversos serviços. Exemplos recentes são a regulamentação sobre direitos de consumidores de serviços de telecomunicações, editada pela Agência em 2014, e de qualidade destes serviços, atualmente em unificação na Agência, além da regulamentação afeta à competição que já traz uma natureza transversal aos diferentes serviços de telecomunicações. Ato contínuo, os regulamentos dos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, em especial os quatro maiores, também devem evoluir neste sentido, simplificando e unificando tais regras no que for possível.</p>	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

36	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)	<p>Processo nº 53500.012180/2019-16</p> <p>Avaliação com relação à necessidade ou não de revogação de diversos dispositivos normativos cujo escopo não esteja incluído em outras iniciativas da presente Agenda Regulatória.</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
----	--	--	-----------	---	-----------------	---	---

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5687470

-
-

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

MINUTA DE PORTARIA

Aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o processo de gestão estratégica orientada a resultados implantado na Agência e suportado por seu Plano Estratégico 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que a Agenda Regulatória é instrumento de planejamento que agrega as ações regulatórias consideradas prioritárias e que serão objeto de estudo ou tratamento da Agência durante sua vigência;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº XXX, de XX de XXXXX de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº [53500.014780/2020-52](#),

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2021-2022, na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. - Os Projetos de Regulamentação recebem as seguintes classificações de priorização nesta Agenda Regulatória:

I - Prioritário: iniciativas de grande relevância e impacto setorial, bem como de direta repercussão em outros temas regulatórios, devendo, quando necessário, se sobrepor aos Projetos ordinários;

II - Urgente: iniciativas que merecem tratamento célere e prioritário, seja por risco na demora, seja pela existência de prazos e limites temporais previstos em lei, dentre outras possibilidades, devendo ter tratamento imediato; e,

III - Ordinário: todas as demais iniciativas.

Art. 2º - Determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que elabore semestralmente relatório de acompanhamento das iniciativas regulamentares constantes da Agenda ora aprovada.

Art. ~~3º~~3º Determinar à SPR que disponibilize e mantenha atualizado, em ambiente virtual, na página da Anatel na internet para consulta do público em geral, acompanhamento individualizado das iniciativas.

Art. 4º Determinar à SPR que inclua, no último relatório de acompanhamento do ano de 2021, avaliação quanto à necessidade de readequação das iniciativas e metas constantes da Agenda, conforme o caso.

Art. ~~4º~~5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Anatel.

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA ~~2019-2020~~2021-2022

TEMA: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Subtema: Modelo de prestação e ampliação do acesso

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
1	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações: (i) PGO, Termo de Autorização único e Temas relevantes para alteração da legislação de telecomunicações; e (ii) regulamento de adaptação	Processo nº 53500.056574/2017-14 Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas - PGO, a	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes.					
2	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive por meio de redes ditas de quinta geração (5G), em áreas de abrangência regionais ou nacional	<p>Processo nº 53500.004083/2018-79</p> <p>Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, especialmente as faixas de 700 MHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz, bem como outras faixas de radiofrequências do SMP disponíveis ou que estejam próximas de seu vencimento, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, especialmente para redes com tecnologia dita de quinta geração (5G). Este projeto inclui, ainda, a análise quanto à viabilidade de inserção no Edital das faixas de 3,3 a 3,4 GHz e 26 GHz e, se for o caso, a edição das alterações regulamentares necessárias.</p>	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

3	Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadores regionais	Processo nº 53500.012164/2019-23 Edital de Licitação para autorização das demais radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada, com foco na operação por prestadores regionais.	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
4	Edital de Licitação de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros	Processo nº 53500.024725/2019-37 Edital de Licitação para conferência de direitos de exploração de satélites brasileiros, visando possibilitar a continuidade do uso de recursos de órbita e espectro notificados em nome da Administração Brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT), bem como a ocupação de outras posições orbitais e faixas de frequências associadas de interesse do setor.	Urgente	Aprovação final	-	-	-

Subtema: Regras gerais de prestação de serviços

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
5	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	Processo nº 53500.056388/2017-85 Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros. Inclui também a avaliação sobre a necessidade de se estabelecer regulamentação sobre indenização de bens reversíveis com vistas a criar as condições necessárias para análise dos pedidos de indenização de bens reversíveis não amortizados durante a vigência da concessão.					
6	Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina	Processo nº 53500.060032/2017-46 Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, tais como regras de qualidade, licenciamento, atendimento, dentre outros.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
7	Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações	Processo nº 53500.078752/2017-68 Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência, em especial sobre aspectos que envolvam	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

		<p>a interlocução entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os órgãos de segurança pública (bloqueio de Estações Móveis impedidas, interceptação de chamadas, quebra de sigilo, entre outros). Adicionalmente, o projeto visa a elaboração de análises e estudos sobre a necessidade ou não de regulamentação que possibilite a implementação de medidas de proteção e segurança das redes e serviços das operadoras de telecomunicações. A segurança das redes é hoje um dos grandes problemas da nova economia digital. São diversos os países que vem enfrentando os problemas relacionados à segurança cibernética e realizando grandes investimentos na busca da disponibilidade, confidencialidade e integridade das informações no ambiente cibernético. Como os dados trafegam em redes de telecomunicações cabe à Anatel atuar dentro de suas competências a fim de garantir e fiscalizar a proteção dessa primeira linha de frente, a exemplo de outros reguladores como FCC (EUA), Anacom (Portugal), KISA (Coréia do Sul), Ofcom (Reino Unido) que atualizam constantemente suas diretrizes.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

8	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	<p>Processo nº 53500.040174/2018-78</p> <p>Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, em atenção ao estabelecido na Cláusula 3.2 dos modelos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados em 31 de dezembro de 2020 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.</p>	Prioritário	-	Aprovação final	-	-
---	--	---	-------------	---	-----------------	---	---

Subtema: Direito dos consumidores

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
9	Reavaliação da regulamentação sobre direito dos consumidores de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.061949/2017-68</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, visando analisar pontos da regulamento que foram apontados como problemas ao longo de sua implantação, conforme documentação do</p>	Prioritário	-	Aprovação final	-	-

		Grupo de Implantação do Regulamento - GIRGC, bem como demais temas que venham a ser identificados como passíveis de aprimoramento pela equipe de projeto, mantendo a segurança jurídica e os avanços já conquistados na citada regulamentação, mas tornando-a mais efetiva e coerente.					
10	Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.033628/2018-54</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 623, de 18 de outubro de 2013, visando aprimoramento de seu funcionamento, tendo em vista a experiência adquirida com os primeiros mandatos, encerrados em 2016.</p>	Ordinário	Aprovação final	-	-	-

TEMA: FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022

11	Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória	<p>Processo nº 53500.205186/2015-10</p> <p>Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.</p>	Ordinário	Aprovaç ão final	-	-	-
12	Revisão do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)	<p>Processo nº 53500.012166/2019-12</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre termos de ajustamento de conduta (TAC), em especial o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC), aprovado pela Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013, com vistas a aprimorar a atuação</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovaçã o final

		regulatória adotando-se modelo responsivo, em que o controle é proporcional à conduta do regulado.					
--	--	--	--	--	--	--	--

TEMA: GESTÃO ECONÔMICA DA PRESTAÇÃO

Subtema: Promoção da competição e resolução de conflitos

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
13	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.014686/2018-89</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, aprovada pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da Anatel e da Aneel.</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
14	Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais	<p>Processo nº 53500.014835/2020-24</p> <p>Reavaliação do mercado relevante de distribuição de pacotes ou conteúdos audiovisuais, nos termos das diretrizes metodológicas para definição de mercados relevantes e dos critérios para identificação de grupo com poder de mercado significativo,</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

		incluídas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e incluídas pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.					
15	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (PGMC), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018.	<p>Nova iniciativa regulamentar</p> <p>Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.</p>	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	-	Aprovação final
16	Reavaliação da regulamentação de Exploração de Linha Dedicada - EILD, em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012.	<p>Nova iniciativa regulamentar</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre Exploração Industrial de Linha Dedicada - EILD, em especial o Regulamento aprovado por meio da Resolução nº 590, de 15 de maio de 2012, visando, entre outras coisas, atualizar tais regramentos após a implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado - SNOA, previsto no</p>	Ordinário	-	-	-	Relatório de AIR

		Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.					
--	--	--	--	--	--	--	--

Subtema: Preços e tarifas

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
17	Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	<p>Nova iniciativa regulamentar</p> <p>Revisão das áreas de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, que, nos termos do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado por meio da Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, poderá ser revista em intervalos não inferiores a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou solicitação da concessionária, após realização de Consulta Pública.</p>	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação final	-

18	<u>Reavaliação das taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações</u>	<u>Nova iniciativa regulamentar.</u> <u>- Avaliação estruturada sobre as taxas e contribuições aplicáveis ao setor de telecomunicações quanto aos aspectos transversais de equilíbrio da arrecadação institucional, questões federativas de ordem fiscal e eventual impacto competitivo sobre o setor</u>	<u>Prioritário</u>	<u>Relatório de AIR</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>
----	--	--	--------------------	-------------------------	----------	----------	----------

TEMA: RECURSOS À PRESTAÇÃO

Subtema: Numeração

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
1819	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - Numeração de Serviços	Processo nº 53500.059950/2017-22 Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-

Subtema: Espectro de radiofrequências

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
192 <u>0</u>	Reavaliação da Regulamentação da Banda S	Processo nº 53500.015486/2016-81 Revisão da regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160- <u>2200</u> MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
202 <u>1</u>	Regulamentação para utilização do espectro ocioso (<i>White Spaces</i>) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	Processo nº 53500.054797/2018-28 Elaboração de regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV- <i>White Spaces</i> , que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).	Ordinário	-	Aprovação final	-	-
212 <u>2</u>	Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT.	Processo nº 53500.044911/2018-10 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
222 <u>3</u>	Regulamentação das faixas de 4800- <u>4990</u> MHz	Processo nº 53500.012170/2019-81 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final

232 4	Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDFF 2021).	<p>Processo nº 53500.012171/2019-25</p> <p>Atualização do PDFF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários.</p>	Ordinário	Aprovação final	-	-	-
242 5	Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	<p>Processo nº 53500.012172/2019-70</p> <p>Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo. Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
25	Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku	<p>Processo nº 53500.012173/2019-14</p> <p>-</p> <p>Atualização das faixas de frequências para as quais se aplica a norma a fim de facilitar a coordenação e a posterior entrada em operação de satélites</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-

		operando nas faixas de frequências planejadas-					
26	Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) Regulamento Geral de Satélites	<p>Processo nº Unificação dos Processos 53500.012173/2019-14 e 53500.012175/2019-11</p> <p>Atualização do regulamentoConsolidação da Norma nº 288/2002 e da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições aplicáveis a esses Regulamentos, alteração de determinados artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, alterações das faixas de frequências para facilitar a coordenação e entrada em operação de satélites operando na faixa Ku, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização-</p> <p>-</p>	Ordinário	-	Aprovaç ão final	-	-
27	Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução nº 548/2010)	<p>Processo nº 53500.012177/2019-01</p> <p>Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução nº 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-</p>	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovaçã o final

		a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro.					
28	Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Processo nº 53500.012178/2019-47 Adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, <u>prorrogação de autorização de uso de radiofrequência à luz da Lei 13.879/2019</u> , bem como previsão de definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.	Ordinário	-	Consulta Pública	-	Aprovaçã o final
29	Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), em especial a aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002.	Nova iniciativa regulamentar Revisão da Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), aprovada pela Resolução nº 308, de 11 de setembro de 2002, considerando, entre outros aspectos, as atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico.	Ordinário	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovaçã o final	-
30	Atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF 2022).	Nova iniciativa regulamentar Atualização periódica do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)	Ordinário	-	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovaçã o final

TEMA: FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
31	Elaboração de regulamentação sobre Arrecadação de Receitas	Processo nº 53500.062704/2017-58 - Atualmente, a regulamentação dos	Prioritário	Aprovaçã o final	-	-	-

	<p>Tributárias da Anatel</p>	<p>tributos cobrados pela Anatel, realizada por meio das Resoluções nº 247/2000 e nº 255/2001, apresenta inconsistências com o texto legal e normas vigentes, além de não especificar solução jurídica para alguns dos problemas enfrentados pela área responsável pela arrecadação. As lacunas e inadequações na normativa atual se devem à existência de erros técnicos na elaboração do seu texto e ao grande lapso temporal transcorrido desde a sua edição (aproximadamente, 15 anos). A revisão completa dessas resoluções e sua posterior consolidação em um único instrumento normativo é absolutamente necessária, sob pena de aumentar o número de demandas judiciais envolvendo os tributos em questão e tornar ainda mais grave o quadro de insegurança jurídica ao qual estão submetidas as prestadoras e os agentes públicos responsáveis pela arrecadação e processamento das demandas administrativas (PAFs). Além disso, deve-se considerar o fato de que a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, um dos tributos cuja cobrança compete à Agência, não foi regulamentada ainda. Portanto, à oportunidade de revisar as resoluções mencionadas soma-se a necessidade evidente de regulamentar a CFRP, com a elaboração de um único regulamento que contemple todos os tributos cuja capacidade</p>					
--	------------------------------	---	--	--	--	--	--

		tributária ativa foi atribuída à Anatel. Por fim, com as melhorias havidas na cobrança de tributos, é oportuno que se avalie a necessidade de manter ou não a previsão de caducidade para o caso de inadimplência de taxas do Fistel, considerando que a Anatel já dispõe de outros meios no exercício de suas atividades, dentre os quais o bloqueio da entidade nos sistemas para realização de operações indispensáveis à prestação do serviço.					
--	--	--	--	--	--	--	--

TEMA: GESTÃO INTERNA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
<u>3231</u>	Elaboração de novo Regimento Interno da Anatel	Processo nº 53500.052390/2017-85 Reavaliação do Regimento Interno da Anatel, conforme diretrizes constantes da Portaria nº 1.701, de 8 de dezembro de 2016	Prioritário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-
<u>3332</u>	Reavaliação da estrutura e regimento interno das Comissões Brasileiras de Comunicações - CBCs	Processo nº 53500.017117/2019-76 Revisão da estrutura e regimento interno, incluindo seus os procedimentos operacionais, das Comissões Brasileiras de Comunicações estabelecidos por meio da Resolução 347, de 22 de agosto de 2003. Devido à participação ampliada de diversos setores da sociedade nas atividades das CBCs e do reiterado interesse de participação do Conselho Diretor nas discussões mantidas nas Comissões, é preciso reavaliar a referida Resolução de	Ordinário	Consulta Pública	-	Aprovação final	-

		forma a atualizá-la e agregar possíveis novos elementos possibilitados pelo processo de revisão no âmbito da agenda regulatória.					
34 33	Reorganização dos Colegiados da Anatel	Processo nº 53500.016190/2019-21 Recriação dos colegiados instituídos por atos da Agência que ainda guardam relação com suas atividades finalísticas e a extinção expressa dos demais, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.	Prioritário	Aprovação final	-	-	-
34	<u>Reavaliação do Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI)</u>	<u>Nova iniciativa regulamentar</u> - <u>Revisão e Reavaliação do Regimento Interno do Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI), aprovado pela Resolução nº 53, de 14 setembro de 1998.</u>	<u>Ordinário</u>	<u>Relatório de AIR</u>	=	=	=

TEMA: SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA REGULATÓRIA

SEQ.	INICIATIVA REGULAMENTAR	DESCRIÇÃO	PRIORIZAÇÃO	METAS			
				1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022

35	Simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações	<p>Processo nº 53500.059638/2017-39</p> <p>A convergência das redes e serviços de telecomunicações tem se tornado uma realidade cada vez mais presente no setor. Diversos serviços são oferecidos por meio de uma mesma plataforma, ou pelo menos na forma de ofertas conjuntas (ainda que por plataformas distintas). Nesta linha, a regulamentação tem também convergido a fim de tratar cada temática de maneira única para os diversos serviços. Exemplos recentes são a regulamentação sobre direitos de consumidores de serviços de telecomunicações, editada pela Agência em 2014, e de qualidade destes serviços, atualmente em unificação na Agência, além da regulamentação afeta à competição que já traz uma natureza transversal aos diferentes serviços de telecomunicações. Ato contínuo, os regulamentos dos diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, em especial os quatro maiores, também devem evoluir neste sentido, simplificando e unificando tais regras no que for possível.</p>	Prioritário	-	Consulta Pública	-	Aprovação final
36	Revogação de normativos (guilhotina regulatória)	<p>Processo nº 53500.012180/2019-16</p> <p>Avaliação com relação à necessidade ou não de revogação de diversos dispositivos normativos cujo escopo não esteja incluído em outras</p>	Ordinário	-	Aprovação final	-	-

		iniciativas da presente Agenda Regulatória.					
--	--	--	--	--	--	--	--

Processo:

53500.014780/2020-52 - Planejamento Estratégico: Agenda Regulatória

Colegiado:

Conselho Diretor

Data da Sessão:

02/07/2020 15:00:00

Relator:

Vicente Bandeira de Aquino Neto

Dispositivo:

a: O Conselho Diretor, por unanimidade, decidiu aprovar a realização de consulta pública, nos termos do voto do Relator.

b: O Conselho Diretor, por unanimidade, determinou demais providências, nos termos do voto do Relator.

Presentes: Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto, Relator, Conselheiro Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Conselheiro Moisés Queiroz Moreira, Conselheiro Substituto Carlos Manuel Baigorri e Presidente Leonardo Euler de Moraes, Presidente.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ACÓRDÃO Nº 378, DE 06 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53500.014780/2020-52

Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Conselheiro Relator: Vicente Bandeira de Aquino Neto

Fórum Deliberativo: Reunião nº 887, de 2 de julho de 2020

EMENTA

CONSULTA PÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. AGENDA REGULATÓRIA PARA O BIÊNIO 2021-2022. PRÁTICA DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE. AJUSTES À PROPOSTA. SUBMISSÃO AO PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA PC (TRINTA) DIAS.

1. A Agenda Regulatória é um importante instrumento de gestão adotado pela Agência para a consecução de sua missão institucional de desenvolver o setor de telecomunicações e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços à população.
2. A Agenda relaciona as principais iniciativas regulatórias e regulamentares que ocuparão a agenda do Órgão Regulador nos dois anos seguintes a sua aprovação, conferindo maior transparência pública, previsibilidade e eficiência na atuação da Agência.
3. A submissão da proposta de Agenda Regulatória ao procedimento de Consulta Pública, apesar de não ser obrigatória em virtude de inexistência de previsão regulamentar ou legal, é importante medida de transparência e participação da sociedade, na medida em que externa o planejamento normativo da Agência, constituindo prática recorrente em sua elaboração.
4. A aprovação de novos Regulamentos e a consolidação de iniciativas regulamentares deram causa a ajustes da proposta encaminhada pela Área Técnica.
5. Pela realização de Consulta Pública, por 30 (trinta) dias, para submeter a proposta ajustada da Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022 às críticas e sugestões do público em geral, nos termos regimentais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 153/2020/VA (SEI nº 5624158), integrante deste acórdão, submeter ao procedimento de Consulta Pública a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2020-2021, na forma da Minuta de Portaria (SEI nº 5687470), pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Participaram da deliberação o Presidente Leonardo Euler de Moraes, os Conselheiros Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Moisés Queiroz Moreira e Vicente Bandeira de Aquino Neto e o Conselheiro Substituto Carlos Manuel Baigorri.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho,**



em 06/07/2020, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5726418** e o código CRC **93294F06**.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5726418

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHO ORDINATÓRIO

Processo nº 53500.014780/2020-52

Interessado: Agência Nacional de Telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, referente à Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, decidiu, em sua Reunião nº 887, de 2 de julho de 2020, tendo por fundamento a Análise nº 153/2020/VA (SEI nº 5624158), determinar à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) que:

a) apresente os resultados da revisão e aprimoramento do processo de elaboração normativa, considerando o disposto na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, e os apontamentos do Relatório de Atividades da Ouvidoria (SEI nº 3919972), até 30 de novembro de 2020, nos autos do Processo nº 53500.019691/2020-01; e,

b) sem prejuízo à realização do procedimento de Consulta Pública, reveja a priorização das iniciativas, frente ao Plano Tático 2021-2022, cuja previsão de aprovação é setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho**, em 06/07/2020, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5726453** e o código CRC **C450BE92**.

Referência: Processo nº 53500.014780/2020-52

SEI nº 5726453

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 56, DE 06 DE JULHO DE 2020

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), pelo [art. 42](#) da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo [art. 67](#) do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 887, de 2 de julho de 2020, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.014780/2020-52, a proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 56, DE 6 DE JULHO DE 2020
Proposta de Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022
Setor de Autarquias Sul – SAUS – Quadra 6, Bloco F, Térreo – Biblioteca
CEP: 70070-940 – Brasília/DF

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público no SACP ou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho**, em 06/07/2020, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5726474** e o código CRC **BD08E7BC**.